



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 759

Segunda-feira - 13 de Junho de 2011

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2
Antônio Carlos	3
Biguaçu	3
Caçador.....	10
Campo Alegre	10
Canoinhas.....	11
Catanduvas.....	13
Chapadão do Lageado	14
Concórdia	15
Coronel Martins.....	16
Curitibanos	17
Fraiburgo.....	18
Garopaba.....	20
Garuva	23
Gaspar	24
Herval do Oeste	26
Imbituba	32
Itapoá	38
Joaçaba.....	43
Lindóia do Sul	47
Luzerna	47
Massaranduba.....	47
Meleiro	48
Nova Trento	48
Novo Horizonte	55
Paial.....	55
Pinheiro Preto	56
Porto União.....	56
Rio do Sul.....	57
São Lourenço do Oeste.....	61
São Pedro de Alcântara.....	64
Schroeder	64
Timbó	81
Tunápolis.....	81
Videira.....	83

Associações

AMFRI	86
-------------	----

Consórcios

CIGA	87
------------	----

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme e Guilherme Noronha - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA MUNICIPAL

Balancete Financeiro Prefeitura - Maio 2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Maio/2011

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	1.422.356,32	Despesa Orçamentária	1.038.524,80
RECEITA TRIBUTARIA	130.182,22	Despesas exceto Intra-orçamentárias	1.032.837,56
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	15.270,87	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	455.686,21
RECEITA PATRIMONIAL	21.382,14	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	66,95
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.210.898,79	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	429.372,05
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.080,53	INVESTIMENTOS	97.449,88
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	40.541,77	AMORTIZACAO DA DIVIDA	50.262,47
		Despesas Intra-orçamentárias	5.687,24
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.687,24
Receita Extra - Orçamentária	1.263.257,29	Despesa Extra - Orçamentária	1.545.117,83
DEPOSITOS	69.221,31	DEPOSITOS	69.199,28
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	69.221,31	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	69.199,28
DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	69.221,31	DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	69.199,28
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	1.194.002,23	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	1.182.002,55
OBRIGACOES A PAGAR	1.143.672,81	OBRIGACOES A PAGAR	1.131.673,13
FORNECEDORES	546.782,88	FORNECEDORES	535.904,84
PESSOAL A PAGAR	380.701,89	PESSOAL A PAGAR	379.638,92
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	76.497,09	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	76.438,42
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	15.263,71	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	15.263,71
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	118.740,00	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	118.740,00
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	5.687,24	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	5.687,24
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	50.329,42	CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	50.329,42
OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	50.329,42	OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	50.329,42
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	33,75	INTERFERENCIAS PASSIVAS	293.916,00
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	33,75	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	293.916,00
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	33,75	REPASSE CONCEDIDO	293.916,00
Saldos anteriores	3.299.318,04	Saldos atuais	3.401.289,02
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	288.695,55	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	2.999.357,11
BANCO C/ MOVIMENTO	2.643.255,81	BANCO C/ MOVIMENTO	235.729,48
BANCOS C/ VINCULADAS	367.366,68	BANCOS C/ VINCULADAS	166.202,43
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
POUPANÇA	0,00	POUPANÇA	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	5.984.931,65	Total	5.984.931,65

AGUA DOCE , 10/06/2011

NELCI F. TRENTA BORTOLINI

Prefeita Municipal

JOSELI A. S. M. R. TRENTA

Contador CRC 022069/0-8

Antônio Carlos

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 1.327/2011

LEI Nº 1.327/2011

Autoriza a aquisição de imóvel pelo Poder Executivo Municipal e dá outras providências.

PEDRO PAULO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Antônio Carlos em Exercício, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizada, por compra e venda ou desapropriação, a aquisição de uma área de terra contendo 3.663,18 (três mil, seiscentos e sessenta e três virgula dezoito metros quadrados), situada na Rua Pedro Gerônimo Guessier, Rachadel, Antônio Carlos/SC, matriculada no Registro de Imóveis da Comarca de Biguaçu sob o n.º 14.775, do Livro n.º 2 CC, fls. 173, conforme memorial e planta em anexo, sendo que inexistem quaisquer benfeitorias no citado terreno e com o valor estabelecido em Laudo de Avaliação de R\$380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais)

Art. 2º O Imóvel em questão se destina à construção da nova Escola Municipal da localidade de Rachadel.

Art. 3º A despesa decorrente dessa Lei correrá por conta do Orçamento Fiscal vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 5º Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 07 de junho de 2011.

PEDRO PAULO DOS SANTOS

Prefeito Municipal em Exercício

Decreto Nº 059/2011

DECRETO Nº 059/2011

Abre Crédito Especial - Superávit Financeiro no Orçamento Programa de 2011.

PEDRO PAULO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 1.326 de 17 de Maio de 2011.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 22.000,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0005.2.020-3.3.50.00.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 22.000,00.

Artigo 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair superávit financeiro R\$ 22.000,00.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 10 de Junho de 2011.

PEDRO PAULO DOS SANTOS

Prefeito Municipal Em Exercício

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 10 de Junho de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Edital de Notificação

Edital de Notificação

Assunto: Notificação para devolução de recursos por ausência de prestação de contas.

Valor do repasse: R\$ 5.000,00

Data: 28/08/2009

Nota de empenho: Nº 2594

Ordem de pagamento: Nº 3309

Cheque: Nº 850.126

Tendo em vista que as tentativas de citação pessoal do notificado restaram infrutíferas, a Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos NOTIFICA o Senhor JAIRO FERNANDES DA CRUZ, Ex-Presidente da Associação Musical de Biguaçu, nos termos do artigo 4º, da Instrução Normativa nº TC 03/2007, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação desta notificação, recolher ao Tesouro Municipal, através de depósito no Banco do Brasil, Agência 3634-x conta 15.649-3, a importância abaixo indicada, como forma de reparar o dano que essa entidade causou ao erário de Antônio Carlos em razão da ausência de prestação de contas do repasse acima referido, conforme exige o artigo 70, parágrafo único da Constituição Federal.

O não atendimento no prazo acima estabelecido ensejará a instauração de tomada de contas especial, na forma estabelecida na Instrução Normativa acima referida, inscrição do débito em dívida ativa para cobrança judicial.

Valor do principal R\$ 5.000,00

Correção monetária - Inflação medida pelo INPC de julho/2009 a fevereiro/2011 (9,48%)

R\$ 474,00

Juros de 1% ao mês (19% sobre o valor corrigido equivalente ao período de setembro de 2009 a março de 2011)

R\$ 1.040,06

TOTAL R\$ 6.514,06

DR. DOUGLAS CLASEN

Assessor Jurídico

Biguaçu

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de Pregão Presencial 007/2011 - FUNREBOM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 007/2011 - FUNREBOM

OBJETO: aquisição de notebooks para uso dos setores de ensino, instrução, material e logística do Corpo de Bombeiros de Biguaçu.

Data da abertura da documentação e proposta de preços: 28/06/2011 às 14:00 hrs. Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um CD ou pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3279-8010, 8020 e 8048.

Biguaçu 09 de junho de 2011.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Aviso de Revogação do Processo Licitatório PP 105

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

GERENCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

PP105/2011-PMB

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Senhor José Castelo Deschamps, torna público para conhecimento de todos os interessados, a Revogação do Processo Licitatório PP105/2011-PMB, que tem por objeto "aquisição de um computador para a Secretaria de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer e também equipamentos e acessórios para utilização na execução do trabalho técnico socioambiental integrante do Projeto de Macrodrenagem Urbana de Biguaçu do Programa de Drenagem Urbana Sustentável", tendo em vista que nenhuma empresa demonstrou interesse em participar do referido Pregão, sendo que para o item 12, o valor cotado pela empresa participante ficou acima do valor referência emitido pelo Setor de Compras da PMB.

Biguaçu, 08 de junho de 2011.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Publicação de Chamada Pública Nº 004/2011/PMB

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 004/2011/PMB

O Município de Biguaçu, pessoa jurídica de direito público, com sede situada à Praça Nereu Ramos, nº 90, Centro, Biguaçu/SC, através da Secretaria Municipal de Saúde de Biguaçu - SMS, com sede na Rua Coronel Teixeira Oliveira, 243, Centro, Biguaçu - SC, torna público que fará realizar seleção e possível contratação de entidades filantrópicas e privadas prestadoras de serviços de saúde, interessadas em participar de forma complementar ao Sistema Único de Saúde do Município de Biguaçu.

1. DO OBJETO

Seleção e possível contratação de entidades filantrópicas e privadas prestadoras de serviços de saúde para a realização de Consultas Médicas em Atenção Especializada, discriminados no Grupo 03 da "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS", que se encontra disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://sigtap.datasus.gov.br/>, conforme detalhamento no Termo de Referência (Anexo I).

1.1. O Termo de Referência (Anexo I) apresenta de forma detalhada as Especialidades Médicas de interesse da Secretaria Municipal de Saúde, conforme nomenclatura e codificação da na "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS".

2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1 Constituição Federal, art. 199; Lei 8.080/90, arts. 24 e seguintes; Lei 8.666/93 e alterações; Portaria GM/MS nº 1606 de 11 de setembro de 2001.

3. DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

Os interessados deverão apresentar a documentação de habilitação e qualificação técnica exigida em envelopes separados fechados dirigidos ao Setor de Licitações e Compras da Secretaria Municipal de Saúde de Biguaçu, a partir da publicação deste Edital, das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min, na Secretaria Municipal de Saúde de Biguaçu, situada na Rua Coronel Teixeira Oliveira, nº 243, de maneira que os interessados poderão aderir livremente a qualquer tempo, desde que satisfaçam os requisitos e expressamente acatem as condições do poder público.

O credenciamento terá vigência de (01) um ano, a partir da assinatura do contrato de credenciamento, prorrogável por igual período ou indefinidamente, enquanto houver interesse da Secretaria Municipal de Saúde.

Ao Município reserva-se o direito de, justificadamente, anular ou revogar o presente edital, sem que caibam reclamações ou indenizações.

3.1 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Os documentos correspondentes à habilitação serão entregues em original ou em cópia autenticada em Cartório, em envelope hermeticamente fechado de forma a não permitir a visualização de seu conteúdo, com a seguinte descrição externa:

ENVELOPE 01 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE GERÊNCIA DE CONTROLE E AVALIAÇÃO

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 004/2011/PMB

RAZÃO OU DENOMINAÇÃO SOCIAL E ENDEREÇO DO PROPONENTE

3.1.1 - RELATIVOS À CAPACIDADE JURÍDICA

a) Identificação do proponente, com CNPJ, nome, endereço, inscrição municipal e todas as formas de contato (telefone, fax e e-mail);

b) Cédula de Identidade e Certidão de Matrícula na Junta Comercial, no caso de firma individual;

c) Ato Constitutivo (estatuto ou contrato social) devidamente registrado e acompanhado das alterações posteriores, em se tratando de Sociedades Comerciais, e, no caso de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

d) Registro do Ato Constitutivo, no caso de Sociedades Civis, acompanhada de alterações e prova de diretoria em exercício;

e) Decreto de Autorização, devidamente arquivado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

f) Declaração afirmando estar ciente das condições do Edital de Chamada Pública nº. 004/2011/PMB, que assume a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-se às penalidades legais e a sumária desclassificação do chamamento, e que fornecerá quaisquer informações complementares solicitadas pela Comissão Permanente de Licitação para Contratação de Prestadores de Serviços de Saúde, conforme Anexo II;

g) Declaração de aceitação das condições e preços estabelecidos neste Edital, estando também ciente de que os reajustes aplicados aos referidos procedimentos obedeceram às determinações do Ministério da Saúde, conforme Anexo III;

h) Alvará Sanitário Atualizado, expedido pela Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual;

i) Alvará de Funcionamento Atualizado ou Alvará de Funcionamento "ex officio";

j) Dados de identificação de conta bancária: identificação do Banco, número da agência e da conta corrente;

k) Declaração emitida pela empresa atestando que atende ao inciso III, art. 7º da Constituição Federal (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo condição de aprendiz).

3.1.2 - RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL

a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Certidões de regularidade de situação para com a Fazenda Federal (Receita Federal e Dívida Ativa da União), Estadual e Municipal, sendo os dois últimos expedidos pela localidade sede;

d) Certidão de regularidade relativa à Previdência Social (INSS);

e) Certidão de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), fornecida pela Caixa Econômica Federal, de acordo com o art. 27, "a", da Lei Federal nº 8.036 de 11/05/1990.

3.1.3 - RELATIVOS À IDONEIDADE FINANCEIRA

a) Demonstrativos financeiros consistentes do balanço e demonstração de resultados do último exercício social, considerados forma e calendários legais, assinados pelo contador da firma reconhecida;

b) Certidões Negativas de pedido de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

3.2 - OBSERVAÇÕES

3.2.1 - As certidões que não indicarem o prazo de validade deverão ter sido expedidas, no máximo, até 180 (cento e oitenta) dias antes da data de recebimento das propostas;

3.2.2 - Os balanços deverão conter as assinaturas dos sócios e do contador responsável da proponente, o número das folhas do livro diário, bem como seu registro na Junta Comercial ou Cartório de registro de Títulos e documentos;

3.3 - DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E OFERTA DE SERVIÇOS

A proponente deverá apresentar para qualificação técnica e oferta de serviços no Envelope nº. 02, hermeticamente lacrado de forma a não permitir a visualização de seu conteúdo, em original ou em cópia autenticada em Cartório, os seguintes documentos:

ENVELOPE 02 - DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E

OFERTA DE SERVIÇOS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE COORDENADORIA DE CONTROLE E AVALIAÇÃO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2011/PMB

3.3.1) Ofício indicando a oferta proposta para consultas Especializadas, devendo relacionar em quais especialidades pretende participar e a quantidade/mês disponível, obedecendo a nomenclatura e codificação contidas na Tabela de Procedimentos do Ministério da Saúde, conforme apresentado no anexo I;

3.3.2) Comprovante de cadastramento no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES);

3.3.3) Registro ou inscrição na entidade profissional competente;

3.3.4) Relação nominal dos profissionais que compõem a equipe técnica do prestador, informando nome, CPF, carga horária semanal, cargo, função e número de inscrição no respectivo Conselho Profissional, quando for o caso (Anexo IV);

3.3.5) Certificado de especialidade devidamente reconhecido pela respectiva entidade de classe, RG e CPF do responsável técnico pelo serviço a ser contratado.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E OBRIGAÇÕES DOS CONTRATADOS

4.1 Apresentar a documentação exigida neste Edital;

4.2 Só poderão participar prestadores de serviços com sede em Biguaçu;

4.3 Atender somente os pacientes agendados pela Central de Regulação dos Serviços de Média Complexidade do município de Biguaçu;

4.4 As Consultas Especializadas serão realizadas com horário marcado, em agendas previamente definidas com a Gerência de Regulação da Diretoria de Alta Complexidade, Regulação, Avaliação, Controle e Auditoria;

4.5 Os prestadores habilitados deverão adequar os formulários utilizados pela clínica, em conformidade com a legislação do SUS, devendo a Gerência de Controle e Avaliação auxiliar com todas as orientações e modelos necessários;

4.6 Não haverá qualquer distinção entre o atendimento dos pacientes encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde e os demais pacientes atendidos pelo prestador;

4.7 Os serviços contratados deverão ser prestados pelos profissionais pertencentes ao quadro de funcionários do prestador, de acordo com as condições e especificações estabelecidas neste instrumento e no contrato;

4.8 Os prestadores responderão exclusiva e integralmente pela utilização de pessoal para a execução do objeto contratado, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a Secretaria Municipal de Saúde;

4.9 Os prestadores manter-se-ão, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações anteriores e com as condições de habilitação exigidas neste instrumento;

4.10 Utilizar o sistema SIA/SUS para apresentação da produção mensal;

4.11 Todos os prestadores contratados ficarão sujeitos à auditoria da SMS durante a vigência do contrato.

4.12 As empresas que possuírem matriz e filial (is) participarão somente com um CNPJ, com o qual, receberão os pagamentos caso sejam contratadas. É condição deste Edital, a sede da empresa estar no Município de Biguaçu. O CNPJ será identificado em ofício de encaminhamento e nos respectivos documentos exigidos nos Itens 3.1 e 3.3 deste Edital.

4.13 Não poderá haver qualquer impedimento às vistorias técnicas que serão realizadas pela Comissão de Chamada Pública da Secretaria Municipal de Saúde;

5. NÃO PODERÃO CONTRATAR

5.1 - Aqueles que deixarem de cumprir qualquer item deste Edital;

5.2 - Prestadores declarados inidôneos por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou Distrito Federal;

5.3 - É vedada a participação de Prestadores consorciados entre si para realizarem prestação de serviços em saúde.

6. DA DISTRIBUIÇÃO DO TETO FINANCEIRO PARA AS CONSULTAS ESPECIALIZADAS

6.1 - A definição do teto financeiro a ser distribuído aos prestadores habilitados para Consultas Especializadas de que trata este Edital, será definido a partir da Programação Pactuada e Integrada - PPI, do cálculo da quantidade de Consultas Médicas Especializadas necessárias versus a oferta municipal, de acordo com critérios abaixo:

a) O aumento da demanda reprimida em relação a oferta municipal de consultas especializadas, seja pela ausência de especialidades médicas, ou devido a necessidade de cobertura de licenças médicas, outros afastamentos, demissões a pedido, ou situação em que haja interrupção da oferta de qualquer especialidade médica necessária ao Sistema Municipal de Saúde;

b) Fica estabelecido que a distribuição de que trata o item 8.1.a deste Edital, será temporária e que a existência de prestadores habilitados e ora contratados para as Consultas Especializadas de que trata este Edital, não substitui a obrigatoriedade da Secretaria Municipal de Saúde em suprir seu quadro efetivo de Especialistas, seja por processo de seleção, ou através de Concursos Públicos;

7. DAS VISTORIAS TÉCNICAS

7.1 - A Comissão de Chamada Pública da Secretaria Municipal de Saúde de Biguaçu realizará visitas técnicas nas empresas participantes, independente de prévio agendamento, para verificação da capacidade instalada e das reais condições de atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

7.2 - As vistorias técnicas serão realizadas a qualquer momento, mesmo após a assinatura do contrato, a critério da Comissão de Chamada Pública da Secretaria Municipal de Saúde de Biguaçu.

8. DA SELEÇÃO

8.1 Serão selecionados os prestadores que atenderem a todas as exigências do presente edital e obtiverem declaração de não objeção à assinatura do contrato expedida pela Comissão após a realização da vistoria técnica.

9. DO CONTRATO

9.1 - Os prestadores selecionados serão chamados para assinatura do contrato, cuja minuta segue no Anexo V deste Edital, conforme necessidade e conveniência da Secretaria Municipal de Saúde, momento em que tomarão conhecimento do seu teto financeiro.

9.2 - No momento da assinatura do contrato, caso não haja aceitação do prestador selecionado, deverá ser assinado Termo de Desistência.

9.3 - Em caso de desistência de algum prestador selecionado, o seu teto financeiro será redistribuído entre os demais interessados aptos a contratar.

9.4 - A assinatura do contrato e a distribuição do teto financeiro ficarão a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Saúde.

10. DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DO PAGAMENTO

10.1 - Todos os contratados utilizarão o SIA/SUS - Sistema de Informação Ambulatorial do SUS para realização do fechamento de sua produção mensal, que será validado e pago após a conferência com o relatório de produção do SISREG - Sistema Nacional de Regulação.

10.2 - O relatório de produção mensal será entregue na Gerência de Controle, Avaliação da Secretaria Municipal de Saúde até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à prestação do serviço.

10.3 - Após 20 (vinte) dias da entrega do relatório de produção, a Secretaria Municipal de Saúde disponibilizará o relatório de crítica contendo os valores aprovados para pagamento, conforme cronograma do Ministério da Saúde.

10.4 - A partir da divulgação do relatório de crítica da Secretaria Municipal de Saúde, o prestador deverá apresentar a(s) Nota(s) Fiscal (is) na Gerência de Controle e Avaliação para o respectivo "aceite" e encaminhamento ao Departamento Administrativo Financeiro para efetuar o pagamento.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 - Estando os prestadores selecionados aptos a contratar com o município, será providenciado o processo de Inexigibilidade de Licitação, de acordo com o art. 25 da Lei 8.666/93, tendo em vista que a competição resta faticamente impossibilitada, já que é de interesse da coletividade que o maior número possível de empresas preste serviços de procedimentos com finalidade diagnóstica, no intuito de ampliar e facilitar o acesso da população.

11.2 - O extrato do presente Edital será publicado no Diário Oficial dos Municípios, na íntegra.

11.3 - A Comissão de Contratualização dos Prestadores de Serviços de Saúde de Biguaçu terá o prazo de até 07 (sete) dias após o recebimento dos envelopes de documentação para avaliar e divulgar o resultado.

11.4 - O prazo para entrega dos documentos estabelecido no Item 3 deste Edital poderá ser prorrogado a critério da Secretaria Municipal de Saúde.

11.5 - Fazem parte deste Edital os seguintes documentos: Anexo I - Termo de Referência; Anexo II - Declaração de Aceitação do Edital; Anexo III - Declaração de Aceitação dos Preços; Anexo IV - Relação de profissionais que compõem a equipe técnica; Anexo V - Minuta do contrato.

11.6 Esclarecimentos e informações a respeito deste Edital serão

prestados pela Comissão de Chamada Pública da Secretaria Municipal de Saúde de Biguaçu, em dias úteis das 14 as 18 horas, no Setor de Regulação, situado da Secretaria Municipal de Saúde de Biguaçu, situado na Rua Coronel Teixeira Oliveira, nº 243.

Biguaçu, 06 de junho de 2011.

Leandro Adriano de Barros
Mariana Torquato dos Santos
Clemilson Augusto de Souza
Evania Maria Delavy Fagundes
Diogo Demarchi Silva

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Este Termo de Referência tem como finalidade detalhar a necessidade da

Secretaria Municipal de Saúde para o procedimento:

03.01.01.007-2 - CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA, descrito na "TABELA DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS, ÓRTESES E PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS (OPM) DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS".

Segundo o Ministério da Saúde, para este procedimento, estão previstas as Especialidades descritas por CBO - Classificação Brasileira de Ocupação distribuída de acordo com a tabela abaixo:

03.01.01.007-2 - CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA

CBO (*)	ESPECIALIDADE
223101	Médico acupunturista
223102	Médico alergista e imunologista
223104	Médico anestesiolista
223105	Médico angiologista
223106	Médico cardiologista
223107	Médico cirurgião cardiovascular
223108	Médico cirurgião de cabeça e pescoço
223109	Médico cirurgião do aparelho digestivo
223110	Médico cirurgião geral
223111	Médico cirurgião pediátrico
223112	Médico cirurgião plástico
223113	Médico cirurgião torácico
223115	Médico clínico
223117	Médico dermatologista
223125	Médico endocrinologista e metabologista
223126	Médico fisiatra
223127	Médico fonoaudiólogo
223128	Médico gastroenterologista
223129	Médico generalista
223130	Médico geneticista
223132	Médico ginecologista e obstetra
223133	Médico hematologista
223134	Médico hemoterapeuta
223135	Médico homeopata
223136	Médico infectologista
223138	Médico mastologista
223139	Médico nefrologista
223140	Médico neurocirurgião
223141	Médico neurofisiologista
223142	Médico neurologista
223143	Médico nutrologista
223144	Médico oftalmologista
223145	Médico oncologista

223146	Médico ortopedista e traumatologista
223147	Médico otorrinolaringologista
223149	Médico pediatra
223151	Médico pneumologista
223152	Médico proctologista
223153	Médico psiquiatra
223154	Médico radioterapeuta
223155	Médico reumatologista
223157	Médico urologista
2231A1	Médico broncoesofagologista
2231A2	Médico hansenologista
2231F3	Médico cirurgião vascular
2231F4	Médico cancerologista pediátrico
2231F5	Médico cancerologista cirúrgico
2231F6	Médico cancerologista clínico

(*) CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÃO

As empresas Proponentes encaminharão a proposta de oferta mensal para o Procedimento 03.01.01.007-2 - CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA, devendo discriminar em qual (is) CBO(s) será (ao) ofertada(s) a(s) consulta(s) especializada(s) de interesse.

Ressaltamos que para cada CBO descrito acima, poderão ser oferecidas consultas para pacientes adultos e crianças.

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO EDITAL

A empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, com sede na _____, Biguaçu-SC, inscrita no CNPJ nº _____, por meio de seu sócio-gerente ou representante legal, abaixo firmado, vem declarar que possui pleno conhecimento, e manifestar inteira concordância, com todos os termos do EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº004/2011/PMB, que trata da seleção e possível contratação de entidades privadas prestadoras de serviços de saúde para a realização de Consultas Médicas em Atenção Especializada, discriminados no Grupo 03 da "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS", que se encontra disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://sigtap.datasus.gov.br/>, assumindo a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-se às penalidades legais e a sumária desclassificação do chamamento, e que fornecerá quaisquer informações complementares solicitadas pela Comissão de Chamada Pública da Secretaria Municipal de Saúde de Biguaçu.

Biguaçu,

NOME:

CPF:

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DOS PREÇOS

A empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, com sede na _____, Biguaçu-SC, inscrita no CNPJ nº _____, por meio de seu sócio-gerente ou representante legal, abaixo firmado, em atenção ao EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 004/2011/PMB, vem manifestar sua aceitação aos preços praticados pela "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS", estando também ciente de que os reajustes aplicados aos referidos procedimentos obedeceram às determinações do Ministério da Saúde.

Biguaçu,

NOME:

CPF:

ANEXO IV

RELAÇÃO DE PROFISSIONAIS QUE COMPÕEM EQUIPE TÉCNICA
Empresa: CNPJ:

Nome do profissional:

CPF :

Cargo:

Número no Conselho Profissional (quando for o caso):

Biguaçu,

NOME: CPF:

ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, E

O Município de Biguaçu, pessoa jurídica de direito público, com sede situada à Praça Nereu Ramos, nº 90, Centro, Biguaçu/SC, através da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.999.257/0001-00, situada à Rua Coronel Teixeira Oliveira n.º 243, Bairro Centro, Biguaçu/SC, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo Secretário LEANDRO ADRIANO DE BARROS, portador do RG n.º 44155271-SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o n.º 048.348.758-70, e , resolvem firmar o presente contrato, decorrente do Edital de Chamada Pública nº 004/2011, cujo Edital fica fazendo parte integrante deste, mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Seleção e possível contratação de entidades privadas prestadoras de serviços de saúde para a realização de Consultas Médicas em Atenção Especializada, discriminados no Grupo 03 da "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS", que se encontra disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://sigtap.datasus.gov.br/> e conforme especificações descritas no Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente contrato será regido na íntegra pela Constituição Federal, art. 199; Lei 8.080/90, arts. 24 e seguintes; Lei 8.666/93 e alterações, Portaria GM/MS nº 1606 de 11 de setembro de 2001 e demais normas da legislação vigente aplicável.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO TETO FINANCEIRO

O valor mensal do teto financeiro será de até R\$ __, apurado mediante a aplicação dos critérios técnicos descritos no Edital de Chamada Pública nº 004/2011.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente deste contrato correrá por conta do Orçamento Fiscal de 2011 do Fundo Municipal de Saúde de Biguaçu, conforme descrito na Cláusula Terceira deste Termo, com as seguintes características:

Órgão:

Funcional:

Projeto/Atividade:

Elemento da Despesa: Fonte de Recursos:

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A prestação dos serviços deverá ocorrer conforme as condições a seguir estabelecidas, além daquelas previstas no Edital:

a) Oferecer atendimento igualitário entre os pacientes encaminhados pela

SMS e os demais pacientes atendidos pelo prestador;

b) Prestar os serviços através de profissionais pertencentes aos quadros do CONTRATADO, de acordo com as condições e especificações estabelecidas neste instrumento e no contrato;

c) Não transferir a outrem as obrigações assumidas no contrato, salvo autorização, por escrito, da SMS, sob pena de rescisão do contrato;

d) A base de remuneração para as consultas especializadas será os valores previstos na "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS";

e) Responsabilizar-se exclusiva e integralmente pela utilização de pessoal para a execução do objeto contratado, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a SMS;

f) Utilização do sistema SIA/SUS para apresentação da produção mensal;

g) Realização de vistorias técnicas a critério da contratante;

CLÁUSULA SEXTA - DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DO PAGAMENTO

a) O CONTRATADO deverá utilizar o Sistema SIA - Sistema de Informação Ambulatorial/SUS - Sistema Único de Saúde Sistema (SIA/SUS) para realização do fechamento de sua produção mensal, que será validado e pago após a conferência;

b) O relatório de produção mensal deverá ser entregue ao Setor de Regulação da Secretaria Municipal de Saúde até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à prestação do serviço;

c) Após 20 (vinte) dias da entrega do relatório de produção, a Secretaria Municipal de Saúde disponibilizará o relatório de crítica contendo os valores aprovados para pagamento no site:

d) A partir da divulgação do relatório de crítica da Secretaria Municipal de Saúde, o prestador deverá apresentar a Nota Fiscal ao Setor de Licitações e Compras para o respectivo "aceite" e encaminhamento ao Departamento Administrativo Financeiro para efetuar o pagamento;

e) O pagamento será efetuado através da apresentação da Nota Fiscal, em reais, devidamente conferida e aceita pela CONTRATANTE, mediante depósito em conta bancária, correspondente aos serviços efetivamente prestados.

Parágrafo Único: A Nota Fiscal será emitida com o valor correspondente ao relatório de crítica emitido mensalmente pela CONTRATANTE, utilizando-se o Sistema SIA - Sistema de Informação

Ambulatorial/SUS - Sistema Único de Saúde Sistema (SIA/SUS).

CLÁUSULA SÉTIMA- DO REAJUSTE DE PREÇO

Os preços serão reajustados de acordo com a "Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS", dentro das normas do Ministério da Saúde, através da publicação de portarias específicas.

CLÁUSULA OITAVA - DA SUSPENSÃO POR INTERESSE DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, suspender a prestação dos serviços, ou de parte deles, desde que notifique por escrito à CONTRATADA, conforme preceitua a Lei n.º 8.666/93 em seu artigo 78, inciso XIV.

CLÁUSULA NONA - GESTOR DO CONTRATO

A CONTRATANTE designa a servidor LEANDRO ADRIANO DE BARROS, para atuar como fiscal responsável pela execução do presente contrato, conforme determina o artigo 67 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O prazo do contrato terá vigência a partir da data de assinatura até 31 de dezembro de 2011, podendo ser prorrogado através de Termos Aditivos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

O presente Termo deverá ser publicado, em extrato, no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Este contrato poderá ser alterado, exceto em seu objeto, nos casos previstos no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, através de Termos Aditivos e por acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

O presente contrato poderá ser rescindido nos casos previstos no artigo 78 da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se o disposto no seu artigo 77.

Parágrafo Único: Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Biguaçu, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões resultantes do presente contrato não resolvidas na esfera administrativa.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam o presente contrato na data abaixo indicada, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Biguaçu,
CONTRATANTE
CONTRATADO

Testemunhas:

Aditivo 01 de contrato 10.075/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ADITIVO N. 01 DO CONTRATO Nº 10.075/2011, AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM PARA USO DAS UNIDADES DE SAÚDE E PRONTO-ATENDIMENTO DE BIGUAÇU, CELEBRADO COM O MUNICIPIO DE BIGUAÇU e Joaquim Eugenio Monteiro de Barros e Cia Ltda, de acordo com o PE Nº 02/2011 - FMS.

Valor: R\$ 10.340,00

Publicação de Contrato 10.035/2011

Publicação do contrato N º 10.035/2011
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Contrato nº 10.035/2011. Objeto: Aquisição de material de consumo, permanente e medicamentos veterinários para uso da Vigilância Epidemiológica (controle de zoonoses) do Município de Biguaçu.

Contratada: KCR comércio de equipamentos Ltda ME

Valor: \$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais) de acordo com PE 17/2011 - FMS.

Publicação de Contrato 10.039/2011

Publicação do contrato N º 10.039/2011
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Contrato nº 10.039/2011. Objeto: Aquisição de material de consumo, permanente e medicamentos veterinários para uso da Vigilância Epidemiológica (controle de zoonoses) do Município de Biguaçu.

Contratada: Prestomedi distribuidora de medicamentos Ltda

Valor: R\$ 557,61 (Quinhentos e cinquenta e sete reais e sessenta e um centavos) de acordo com PE 17/2011 - FMS.

Publicação de Contrato 10.041/2011

Publicação do contrato N º 10.041/2011
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Contrato nº 10.041/2011. Objeto: Aquisição de material de consumo, permanente e medicamentos veterinários para uso da Vigilância Epidemiológica (controle de zoonoses) do Município de Biguaçu.

Contratada: Vetmax produtos agropecuários Ltda epp

Valor: R\$ 1.955,00 (Um mil novecentos e cinquenta e cinco reais) de acordo com PE 17/2011 - FMS.

Caçador

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 4.807

DECRETO nº 4.807, de 06 de abril de 2011.

Suplementa e anula Dotação Orçamentária do Fundo Municipal de Saúde.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Municipal nº 2.784 de 22/12/2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a seguinte Dotação Orçamentária do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais):

04.01-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.037 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.3.90.00.02 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Soma R\$ 100.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação orçamentária realizada na forma disposta no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes da anulação da dotação orçamentária abaixo discriminada do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais):

04.01-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.037 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.1.90.00.02 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Soma R\$ 100.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 06 de abril de 2.011.

SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO

Prefeita Municipal.

Campo Alegre

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 6.564 de 09 de Junho de 2011

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.564 DE 09 DE JUNHO DE 2011

INSTITUI PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de Abril de 1990; DECRETA:

Art.1º) Institui PONTO FACULTATIVO nas Repartições Públicas Municipais, no dia 24 de junho de 2011 (sexta-feira), ressalvadas as necessidades de serviços de cada Secretaria Municipal, Departamento e suas respectivas Divisões, voltando com expediente normal no dia 27 de junho de 2011 (segunda-feira).

Art.2º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 09 de junho de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 09/06/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.256 de 10 de Junho de 2011

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.256 DE 10 DE JUNHO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Técnica em Enfermagem -VANESSA MIRIAM NEUBAUER, Matrícula Funcional nº 000441, Registro no Sistema sob nº 954337, referente ao período aquisitivo 16 de setembro de 2009 a 15 de setembro de 2010.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 13 de junho de 2011 á 22 de junho de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de junho de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/06/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Processo Licitatório Nº 20/2011 - Pregão (presencial)
Registro de Preços**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO (presencial) Nº 20/2011- Registro de Preços

O objeto da licitação consiste no REGISTRO DE PREÇOS para contratação de mão de obra mecânica para manutenção para os veículos do Fundo Municipal de Saúde, conforme segue:

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
1	200	Horas	Mão de obra mecânica, conserto e troca de peças para os veículos: - Uno Mille Fire 1.0- ano 2003 – MDK 9421; - Uno Mille Fire Flex 2006–MCZ 7504; - Courier Rontan 2001 – MCJ 9521;	35,00	7.000,00

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
2	100	Horas	Mão de obra mecânica, conserto e troca de peças para o veículo: Kombi – ano 1999 – MEE 2120	35,00	3.500,00

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
3	150	Horas	Mão de obra mecânica, conserto e troca de peças para o veículo: Renault Master Ambulância ano 2004- MEB 3631	35,00	5.250,00

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
4	150	Horas	Mão de obra mecânica, conserto e troca de peças para o veículo: Peugeot Boxer 330M ano 2006 – MFS 5790	35,00	5.250,00

- Critério julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM.

Data/horário/local entrega envelopes documentação/propostas: até às 09h45min, do dia 27/06/2011, no Protocolo da Prefeitura Municipal de Campo Alegre-SC.

DIA: 27/06/2011

HORA: 10 HORAS

Local: Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DOS RECURSOS

Entidade: 1 – Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 91.00 – Fundo Municipal de Saúde; Unidade: 91.04 – Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Terapêutica; Função: 10 – Saúde; Subfunção: 303 – Suporte Profilático e Terapêutico; Programa: 56 – Serviços Especializados de Diagnóstico e Terapia; Projeto: 2.117 – Manutenção das Atividades de Diagnóstico e Terapia; Elemento de Despesa: 3.90.309.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros, Pessoa Jurídica; Recurso: 0.1099 – Receitas: 0.1099 – Receitas Impostos e Transf. de Impostos - Saúde (código reduzido: 46).

- Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

- Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão

acessar o site www.campoalegre.sc.gov.br, no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 20/2011 - FMS" .

- A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 09 de junho de 2011.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Canoinhas

PREFEITURA MUNICIPAL

Anulação do Edital de Concorrência Pública n.º FUNSAE 01/2010

FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO N.º FUNSAE 01/2010

CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º FUNSAE 01/2010

AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, neste ato Presidente do FUNSAE, no uso de suas atribuições legais, tona público, que, mediante determinação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, constante do processo n.º REP-10/00606098, publicado no dia 10 de junho de 2011, no Diário Oficial Eletrônico n.º 759 do TCE, o qual apontou várias irregularidades no referido edital, promoveu, com base no artigo 49 da Lei Federal 8.666/93, a anulação do Processo licitatório n.º FUNSAE 01/2010, na modalidade de Concorrência Pública n.º FUNSAE 01/2010. Informações de Segunda a Sexta-feira, das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, fone (47) 3621 7705.

LEOBERTO WEINERT

Presidente do Fundo

Edital Nº 035/2011 Convoca Candidatos Aprovados no Concurso Público Previsto no Edital Nº 002/2007.

EDITAL Nº 035/2011

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 002/2007.

O Secretário Municipal de Administração e Finanças, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 002/2007, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 76 de 08 de maio 2008;

Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 002/2007, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, situado na Rua Felipe Schmidt

nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Número de inscrição no PIS/PASEP;
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concorrentes apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga,

convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças e Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 03 de junho de 2011.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

EDITAL Nº. 035/2011

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO 057 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM

LUCI SOLANGE TRETNER

ALCIR ANTONIO FEIJÓ DA COSTA

CARGO 058 - ODONTÓLOGO

DEISE OLSEN NERCOLINI

Edital Nº. 036/2011 Convoca Candidatos Aprovados No Concurso Público Previsto No Edital Nº 002/2007.

EDITAL Nº. 036/2011

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 002/2007.

O Secretário Municipal de Administração e Finanças, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 002/2007, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 76 de 08 de maio 2008;

Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 002/2007, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional,



se for o caso;

j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;

k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;

l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;

m) Número de inscrição no PIS/PASEP;

n) 1 Fotografia 3X4 recente;

o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);

p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças e Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 06 de junho de 2011.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

EDITAL Nº. 036/2011

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO 007 - AGENTE ADMINISTRATIVO

JAMIR PAULO SPERANDIO

JOCIMAR DA SILVA

Catanduvás

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 1.760/2011 de 06 de Maio de 2011.

DECRETO Nº 1.760/2011 DE 06 DE MAIO DE 2011.

"AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO DECORRER DO EXERCÍCIO, NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvás-SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 103, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 2.292/10 de 22 de Dezembro de 2010 e Lei Federal nº 4.320/64.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Setor Contábil autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 142.800,00 (Cento e quarenta e dois mil e oitocentos reais), nas seguintes Dotações Orçamentárias.

ÓRGÃO 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
UNID. ORÇ. 0605 PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL

606 EXTENSÃO RURAL

1064 Aquisição de Veículos, Máquinas e Equipamentos

201 189 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos Alienação de Bens R\$ 39.800,00

ÓRGÃO 07 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
UNID. ORÇ. 0701 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

122 ADMINISTRAÇÃO GERAL

0074 Sentenças Judiciais

249 100 OUT. DESPESAS CORRENTES - Rec. Próprios R\$ 68.000,00

843 SERVIÇOS DA DÍVIDA INTERNA

0072 Amortização e Encargos da Dívida Fundada

217 100 OUT. DESPESAS CORRENTES - Rec. Próprios R\$ 25.000,00

218 100 DESPESAS DE CAPITAL - Rec. Próprios R\$ 10.000,00

§ 1º - Os recursos mencionados no Artigo Primeiro, serão oriundos do Provável Excesso de Arrecadação no decorrer do exercício financeiro.

Art. 2º - Fica o Setor Contábil autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 33.508,03 (Trinta e três mil, quinhentos e oito reais e três centavos), no Fundo Municipal de Saúde, na seguinte Dotação Orçamentária.

ÓRGÃO 25 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS
UNID. ORÇ. 2501 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS
301 ATENÇÃO BÁSICA

1101 Ampliação e Reforma PSF Centro e Bairros

37 123/54 DESPESAS DE CAPITAL - Rec. Convênio da União PSF R\$ 33.508,03

§ 1º - Os recursos mencionados no Artigo Segundo, serão oriundos do Provável Excesso de Arrecadação no decorrer do exercício financeiro.

Art. 3º - Fica o Setor Contábil autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 23.000,00 (Vinte e três mil reais), no Fundo Municipal de Assistência Social, nas seguintes Dotações Orçamentárias.

ÓRGÃO 30 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



UNID. ORÇ. 0301 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
2076 Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social
1 152/67 OUT. DESPESAS CORRENTES- Convênio CREAS R\$ 12.000,00

2087 Transferência ao Patronato
21 100 OUT. DESPESAS CORRENTES- Recursos Próprios R\$ 11.000,00

§ 1º - Os recursos mencionados no Artigo Terceiro, serão oriundos do Provável Excesso de Arrecadação no decorrer do exercício financeiro.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas SC, 06 de Maio de 2011.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA
Sec. Municipal de Administração.

Registrado e Publicado por esta Secretaria em 06/05/2011.

Decreto Nº 1.761/11 de 06 de Maio de 2011.

DECRETO Nº 1.761/11 DE 06 DE MAIO DE 2011.

"AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO CONSOLIDADO APURADO EM 2010 NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-Sc, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 103, Inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 2.292/10 de 22 de Dezembro de 2010, em seu Artigo 9º Inciso II e Lei Federal nº 4.320/64, em seu artigo nº 43 § 2º.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Setor Contábil autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 19.300,79 (Dezenove mil e trezentos reais e setenta e nove centavos), na seguinte Dotação Orçamentária.

ÓRGÃO 25 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS
UNID. ORÇ. 2501 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS
304 VIGILÂNCIA SANITÁRIA
2095 Manutenção da Vigilância Sanitária
31 170/15 DESPESAS DE CAPITAL - Rec. Convenio Vig. Sanitária R\$ 19.300,79

§ 1º - Os recursos mencionados no Artigo Primeiro, são oriundos de Convênio da Vigilância Sanitária e Epidemiológica, resultante do Superávit Financeiro de 2010.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas SC, 06 de Maio de 2011.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA
Sec. Municipal de Administração.

Registrado e Publicado por esta Secretaria em 06/05/2011.

Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 0065/2011 - Edital de Pregão Presencial Nº 0020/2011

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0065/2011

EDITAL DE PREGAO PRESENCIAL Nº 0020/2011

Objeto: O objeto da presente licitação consiste na contratação de profissionais, com habilitação na área de recreação, música, artesanato e ginástica para o desenvolvimento das atividades do Fundo Municipal de Assistência Social.

Abertura das Propostas: às 15:00 horas do dia 27 de junho de 2011.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível em 14 de junho de 2011 no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas, SC, das 7:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144 ramal 230.

Catanduvas - SC, 10 de junho de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal.

Chapadão do Lageado

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 275/2011 de 10.06.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

P O R T A R I A Nº 275/2011

- CONSIDERANDO que o servidor ocupante do cargo efetivo de Operário - 40 horas, aprovado no Concurso Público nº. 001/2011, está lotado na Administração Central;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, Inciso VII e pelo art. 70, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e em conformidade com o art. 9º da Lei Complementar nº. 007/99 e o art.131 da Lei Complementar nº. 008/99;

RESOLVE:

Art. 1º Designar ADEMIR FRANÇA, ocupante do cargo efetivo de Operário-40 horas, nomeado pela Portaria nº. 272, de 01.06.2011, para exercer suas funções junto a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, a partir de 13.06.2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 10 de junho de 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 276/2011 de 10.06.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

P O R T A R I A Nº 276/2011

- CONSIDERANDO que o servidor ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos - 40 horas, aprovado no Concurso Público nº. 001/2011, está lotado na Administração Central;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, Inciso VII e pelo art. 70, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e em conformidade com o art. 9º da Lei Complementar nº. 007/99 e o art.131 da Lei Complementar nº. 008/99;

RESOLVE:

Art. 1º Designar CARLOS ROBERTO GOEDERT, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos-40 horas, nomeado pela Portaria nº. 272, de 01.06.2011, para exercer suas funções junto a Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio, a partir de 13.06.2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 10 de junho de 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 277/2011 de 10.06.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

P O R T A R I A Nº 277/2011

- CONSIDERANDO que o servidor ocupante do cargo efetivo de Mecânico - 40 horas, aprovado no Concurso Público nº. 001/2011, está lotado na Administração Central;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, Inciso VII e pelo art. 70, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e em conformidade com o art. 9º da Lei Complementar nº. 007/99 e o art.131 da Lei Complementar nº. 008/99;

RESOLVE:

Art. 1º Designar MAURICIO SYPRIANI, ocupante do cargo efetivo de Mecânico-40 horas, nomeado pela Portaria nº. 272, de 01.06.2011, para exercer suas funções junto a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, a partir de 13.06.2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 10 de junho de 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 278/2011 de 10.06.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

P O R T A R I A Nº 278/2011

- CONSIDERANDO que a servidora ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais-40 horas, aprovada no Concurso

Público nº. 001/2011, está lotado na Administração Central;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, Inciso VII e pelo art. 70, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e em conformidade com o art. 9º da Lei Complementar nº. 007/99 e o art.131 da Lei Complementar nº. 008/99;

RESOLVE:

Art. 1º Designar PATRICA APARECIDA BATISTA, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais-40 horas, nomeada pela Portaria nº. 272, de 01.06.2011, para exercer suas funções junto a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, no Centro Educacional e Esportivo Valdemiro Manoel Chiquio, a partir de 13.06.2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 10 de junho de 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 279/2011 de 10.06.2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

P O R T A R I A Nº 279/2011

- CONSIDERANDO que a servidora ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais-40 horas, aprovada no Concurso Público nº. 001/2011, está lotada na Administração Central;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, Inciso VII e pelo art. 70, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e em conformidade com o art. 9º da Lei Complementar nº. 007/99 e o art.131 da Lei Complementar nº. 008/99;

RESOLVE:

Art. 1º Designar MARCIANE LOPES, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais-40 horas, nomeada pela Portaria nº. 272, de 01.06.2011, para exercer suas funções junto a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, no Centro Educacional e Esportivo Valdemiro Manoel Chiquio, a partir de 13.06.2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 10 de junho de 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA MUNICIPAL

Edital de Notificação Convênio - PCONCÓRDIAFMASPBVII/Idosos/e ou Crianças de Zero a Seis Anos e suas Famílias

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio - PCONCÓRDIAFMAS-PBVII/IDOSOS/E OU CRIANÇAS DE ZERO A SEIS ANOS E SUAS FAMÍLIAS, o valor de R\$ 1.688,40 (mil seiscentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos) .

Concórdia SC, 10 de junho de 2011.

MAURO KICHEL

Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

CÂMARA DE VEREADORES

Decreto Legislativo Nº 2.351

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.351, DE 8 DE JUNHO DE 2011.

Homologa os Termos de Autorização de Uso Gratuito nºs 3/2011 e 4/2011, celebrados entre o Município de Concórdia e a Associação de Moradores de Linha Maria Goreti; o Esporte Clube Palmeiras.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso III do artigo 10 da Lei Orgânica do Município de Concórdia e consoante deliberação do Plenário,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica homologado o Termo de Autorização de Uso Gratuito nº 3/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e a Associação de Moradores de Linha Maria Goreti, em 8 de abril de 2011.

Parágrafo único. O Termo tem por objeto a autorização de uso gratuito, a título precário, à Associação, da área de terras de 2.500,00m², para regularização da sede.

Art. 2º Fica homologado o Termo de Autorização de Uso Gratuito nº 4/2011, celebrado entre o Município de Concórdia e o Esporte Clube Palmeiras, em 19 de abril de 2011.

Parágrafo único. O Termo tem por objeto a autorização de uso gratuito, a título precário, ao Clube, da área de terras de 4.246,92m², para regularização da sede e do campo de futebol.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 8 de junho de 2011.

LEOCIR DOMINGO ZANELLA

Presidente

DIRCEU BIONDO

1º Secretário

Decreto Legislativo Nº 2.352

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.352, DE 8 DE JUNHO DE 2011.

Homologa os Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica - Unidades Consumidoras nºs 12231555, 18482398 e 19161706, celebrados entre a Celesc Distribuição S.A. e o Município de Concórdia.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso III do artigo 10 da Lei Orgânica do Município de Concórdia e consoante deliberação do Plenário,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica homologado o Contrato de Fornecimento de Energia Elétrica - Unidade Consumidora nº 12231555, celebrado entre a Celesc Distribuição S.A. e o Município de Concórdia.

Parágrafo único. O Contrato tem por objetivo regular o fornecimento de energia elétrica pela distribuidora ao consumidor, na

modalidade tarifária convencional.

Art. 2º Fica homologado o Contrato de Fornecimento de Energia Elétrica - Unidade Consumidora nº 18482398, celebrado entre a Celesc Distribuição S.A. e o Município de Concórdia.

Parágrafo único. O Contrato tem por objetivo regular o fornecimento de energia elétrica pela distribuidora ao consumidor, na modalidade tarifária convencional.

Art. 3º Fica homologado o Contrato de Fornecimento de Energia Elétrica - Unidade Consumidora nº 19161706, celebrado entre a Celesc Distribuição S.A. e o Município de Concórdia.

Parágrafo único. O Contrato tem por objetivo regular o fornecimento de energia elétrica pela distribuidora ao consumidor, na modalidade tarifária convencional.

Art. 4º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 8 de junho de 2011.

LEOCIR DOMINGO ZANELLA

Presidente

DIRCEU BIONDO

1º Secretário

Decreto Legislativo Nº 2.353

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.353, DE 8 DE JUNHO DE 2011.

Homologa o Termo de Permissão de Uso, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA e o Município de Concórdia.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso III do artigo 10 da Lei Orgânica do Município de Concórdia e consoante deliberação do Plenário,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica homologado o Termo de Permissão de Uso, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA e o Município de Concórdia.

Parágrafo único. O Termo objetiva a permissão de uso, a título gratuito, do imóvel dito espelho d'água, Área Aquícola para Unidade Demonstrativa no estado de Santa Catarina, área de 2.000m² (dois mil metros quadrados) no Reservatório da UHE de Itá, Região Hidrográfica do Rio Uruguai.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 8 de junho de 2011.

LEOCIR DOMINGO ZANELLA

Presidente

DIRCEU BIONDO

1º Secretário

Coronel Martins

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº. 102, de 09 de Junho de 2011.

DECRETO Nº. 102, DE 09 DE JUNHO DE 2011.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECAÇÃO DE RECURSOS DO FNDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina,

no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual nº. 535, de 03/08/2010, Lei da LDO nº. 536, de 10/08/2010, Lei Orçamentária Anual nº. 540, de 18/11/2010, e pelo Artigo 94 da Lei Orgânica do Município de Coronel Martins, de 12/12/2005.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar pelo excesso de arrecadação de recursos oriundos de convênio com o FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, para construção da Creche Municipal, na fonte 01.22.00.00.54, no valor de R\$ 153.467,29 (cento e cinquenta e três mil quatrocentos e sessenta e sete reais e vinte e nove centavos).

(A) Orçados 2011	(B) Valor Arrecadado	(A-B) Excesso
1,00	153.468,29	153.467,29

Art. 2º O recurso do excesso de arrecadação no valor de R\$ 153.467,29 (cento e cinquenta e três mil quatrocentos e sessenta e sete reais e vinte e nove centavos) será utilizado na seguinte programação de despesa:

04.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

12.365.0034.1.029 - IMPLANTAÇÃO DA CRECHE MUNICIPAL

Categoria Descrição Fonte Valor

4.4.90.00.00.00 Aplicações Diretas 01.22.00.00.54 153.467,29

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 09 de junho de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Curitibanos

PREFEITURA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 102/2011

Contrato Nº.: 102/2011

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Valor : 8.931,00 (oito mil novecentos e trinta e um reais)

Vigência : Início: 02/05/2011 Término: 01/07/2011

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2010

Objeto : Aquisição de métodos contraceptivos para o Programa de Planejamento Familiar.

Curitibanos, 8 de Junho de 2011

Contrato Nº.: 103/2011

Contrato Nº.: 103/2011

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : CENTERMEDI COM. DE PROD. HOSP. LTDA

Valor : 16.179,80 (dezesesseis mil cento e setenta e nove reais e oitenta centavos)

Vigência : Início: 02/05/2011 Término: 01/07/2011

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2010

Objeto : Aquisição de métodos contraceptivos para o Programa de Planejamento Familiar.

Curitibanos, 8 de Junho de 2011

Contrato Nº.: 104/2011

Contrato Nº.: 104/2011

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : PRO-DIET FARMACEUTICA LTDA - Curitiba 0001-40

Valor : 2.808,00 (dois mil oitocentos e oito reais)

Vigência : Início: 02/05/2011 Término: 01/07/2011

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2010

Objeto : Aquisição de métodos contraceptivos para o Programa de Planejamento Familiar.

Curitibanos, 8 de Junho de 2011

Contrato Nº.: 105/2011

Contrato Nº.: 105/2011

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : DECAR PECAS E ACESSORIOS LTDA

Valor : 5.174,00 (cinco mil cento e setenta e quatro reais)

Vigência : Início: 02/05/2011 Término: 01/07/2011

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 16/2011

Objeto : Aquisição de peças e prestação de serviços mecânicos para manutenção de veículos pertencentes à frota municipal vinculados ao Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos.

Curitibanos, 8 de Junho de 2011

Contrato Nº.: 106/2011

Contrato Nº.: 106/2011

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : CJ Distribuidora de Auto Peças Ltda

Valor : 663,47 (seiscentos e sessenta e três reais e quarenta e sete centavos)

Vigência : Início: 02/05/2011 Término: 01/07/2011

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 16/2011

Objeto : Aquisição de peças para reposição em veículos pertencentes à frota municipal vinculados o Fundo Municipal de Saúde.

Curitibanos, 8 de Junho de 2011

Contrato Nº.: 107/2011

Contrato Nº.: 107/2011

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : Albgraf Formulários Contínuos Ltda

Valor : 560,00 (quinhentos e sessenta reais)

Vigência : Início: 02/05/2011 Término: 01/07/2011

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 26/2010

Objeto : Aquisição de formulário de receituário uma via para manutenção de atividades em Unidades de Saúde do município.

Curitibanos, 8 de Junho de 2011

Contrato Nº.: 108/2011

Contrato Nº.: 108/2011

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : Cor Urbana Ind. Com. Confecções Ltda ME

Valor : 2.240,00 (dois mil duzentos e quarenta reais)

Vigência : Início: 03/05/2011 Término: 01/07/2011

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 18/2010

Objeto : Aquisição de camisetas para agentes comunitários de saúde.

Curitibanos, 8 de Junho de 2011

Contrato Nº.: 109/2011

Contrato Nº.: 109/2011

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : Gráfica Guaramirim Ltda.

Valor : 870,00 (oitocentos e setenta reais)

Vigência : Início: 06/05/2011 Término: 06/07/2011

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 26/2010

Objeto : Aquisição de folders para promoção de ações de prevenção de Vigilância Epidemiológica.

Curitiba, 8 de Junho de 2011

Contrato Nº.: 110/2011

Contrato Nº.: 110/2011

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : Sumny Impressos Graficos Ltda ME

Valor : 1.831,50 (um mil oitocentos e trinta e um reais e cinquenta centavos)

Vigência : Início: 06/05/2011 Término: 06/07/2011

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 26/2010

Objeto : Aquisição de material informativo para promoção de ações de prevenção de Vigilância Epidemiológica.

Curitiba, 8 de Junho de 2011

Contrato Nº.: 111/2011

Contrato Nº.: 111/2011

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : Gráfica Guaramirim Ltda.

Valor : 1.450,00 (um mil quatrocentos e cinquenta reais)

Vigência : Início: 23/05/2011 Término: 22/07/2011

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 26/2010

Objeto : Aquisição de material gráfico para manutenção de atividades em Unidades de Saúde do município, e materiais para implementação de campanhas de saúde promovidas pelo Fundo Municipal de Saúde.

Curitiba, 8 de Junho de 2011

Contrato Nº.: 112/2011

Contrato Nº.: 112/2011

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : Marcos Martarello - ME

Valor : 13.650,00 (treze mil seiscentos e cinquenta reais)

Vigência : Início: 23/05/2011 Término: 31/12/2011

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 21/2011

Objeto : Aquisição de refeições (prato pronto), para serem servidas a paciente na sede do CAPS.

Curitiba, 8 de Junho de 2011

Contrato Nº.: 113/2011

Contrato Nº.: 113/2011

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : Martarello & Cia. Ltda. ME

Valor : 3.900,00 (três mil e novecentos reais)

Vigência : Início: 23/05/2011 Término: 31/12/2011

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 21/2011

Objeto : Aquisição de refeições por quilo (buffet), para serem servidas na sede da contratada aos participantes durante a realização das etapas do PET-SAÚDE e a servidores municipais participantes das atividades durante a realização das campanhas de vacinação.

Curitiba, 8 de Junho de 2011

Contrato Nº.: 114/2011

Contrato Nº.: 114/2011

Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : FS Ind. Com. de Uniformes Ltda

Valor : 13.865,00 (treze mil oitocentos e sessenta e cinco reais)

Vigência : Início: 30/05/2011 Término: 01/08/2011

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 18/2010

Objeto : Aquisição de jaquetas de uniforme para uso de servidores vinculados ao Fundo Municipal de Saúde.

Curitiba, 8 de Junho de 2011

Fraiburgo**PREFEITURA MUNICIPAL****Portaria Nº 1300/2011**

PORTARIA N.º 1.300 DE 10 DE JUNHO DE 2011.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0014 de 05 de maio de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE OPERACIONAL, para atender excepcional interesse público, na área da Infra-Estrutura;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, PEDRO PAULO DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 649.397.669-34, na função de AGENTE OPERACIONAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 13 de junho de 2011 até 01 de agosto de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de junho de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1301/2011

PORTARIA N.º 1.301 DE 10 DE JUNHO DE 2011.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0014 de 05 de maio de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE OPERACIONAL, para atender excepcional interesse público, na área da Infra-Estrutura;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, LUCIANO MONTEIRO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 041.142.399-10, na função de AGENTE OPERACIONAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 13 de junho de 2011 até 01 de agosto de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de junho de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1302/2011

PORTARIA N.º 1.302 DE 10 DE JUNHO DE 2011.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0014 de 05 de maio de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE OPERACIONAL, para atender excepcional interesse público, na área da Infra-Estrutura;
Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, VADAIK CHAVES DE SOUZA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 042.159.139-00, na função de AGENTE OPERACIONAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 13 de junho de 2011 até 01 de agosto de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de junho de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1303/2011

PORTARIA Nº 1.303, DE 10 DE JUNHO DE 2011.
Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, o servidor ANDERSON GREGORIO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 053.983.029-14, nomeado no cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, com carga horária de 40 horas semanais, em 10 de junho de 2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de junho de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1304/2011

PORTARIA N.º 1.304 DE 10 DE JUNHO DE 2011.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 023 de 11 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;
Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;
Considerando que está substituindo a servidora MARIA SALETE SCHNEIKER, que se encontra afastada em auxílio doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARIA FÁTIMA DE OLIVEIRA CONTE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 445.611.729-04, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 11 de junho de 2011 até 31 de julho de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de junho de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1305/2011

PORTARIA N.º 1.305 DE 10 DE JUNHO DE 2011.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0024 de 17 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;
Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, SOLANGE DE SOUZA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 049.739.349-25, na

função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 13 de junho de 2011 até 31 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de junho de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1306/2011

PORTARIA N.º 1.306 DE 10 DE JUNHO DE 2011.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 023 de 11 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que está substituindo a servidora SOFIA CAROLINA BECKEMBACH MISSEL, que se encontra afastada em auxílio doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARIA ROSÁRIA RIBEIRO DA SILVA ANDERSON, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 781.776.859-53, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de agosto de 2011 até 01 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de junho de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1307/2011

PORTARIA N.º 1.307 DE 10 DE JUNHO DE 2011.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0023 de 11 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para

a prestação de serviço;

Considerando que esta substituindo a servidora BELONIDA APA-RECIDA DE JESUS LINS, que se encontra em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, GESSI FERREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 019.468.489-05, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 13 de junho de 2011 até 03 de agosto de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de junho de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Intimação Edital Início Arbitramento

Notificação

Aos 09 dias do mês de junho do ano de 2011, a Fiscalização Tributária do Município de Fraiburgo - SC, faz saber à empresa MECÂNICA E CHAPEAÇÃO W.E. LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 08.979.977/0001-04, pelo presente TERMO DE INÍCIO DE ARBITRAMENTO FISCAL, que a partir da presente data, o Termo de Início de Ação Fiscal estará sendo efetuado pelo arbitramento, das bases tributárias, conforme dispõem o Artigo 573 e seus incisos da Lei Complementar nº 053/2003 - CTM.

Fraiburgo-SC., 09 de junho de 2011.

ROBERTO MIYASHIRO JUNIOR

Auditor Fiscal

Garopaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto N.º 078/2011

DECRETO N.º 078, DE 08 DE JUNHO DE 2011.

HOMOLOGA O REGULAMENTO DA XIII QUERMESSE E 1ª FESTA NACIONAL DO BACALHAU BRASILEIRO, DISPÕE SOBRE A COMISSÃO CENTRAL ORGANIZADORA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal n. 1.530, de 25 de maio de 2011 e demais legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º. Fica Homologado o Regulamento da XIII Quermesse e 1ª Festa Nacional do Bacalhau Brasileiro, conforme Anexo Único do presente Decreto.

Art. 2º. A Comissão Central Organizadora da XIII Quermesse e 1ª Festa Nacional do Bacalhau Brasileiro, responsável pela organização, execução e coordenação do evento, no ano de 2011, será formada pelos seguintes representantes:

I - Representantes do Executivo Municipal: Marcus V. Israel, Andréia Kravetz e Ronye Paes;

II - Representante da Câmara Municipal de Vereadores de

Garopaba: Mauro Santos do Nascimento;
III - Representante da ACIG: Leonir dos Santos Pereira;
IV - Representante da Ação Social São Joaquim de Garopaba: Joaquim Rogério de Oliveira

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de Junho de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 13/06/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA
Secretária Municipal de Administração

ANEXO ÚNICO

REGULAMENTO

XIII QUERMESSE E 1ª FESTA NACIONAL DO BACALHAU BRASILEIRO

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Este regulamento define as regras de funcionamento da XIII Quermesse e 1ª Festa Nacional do Bacalhau Brasileiro, em observância ao estabelecido na Lei Municipal 1.530 de 25 de maio de 2011

Art. 2º. A XIII Quermesse e 1ª Festa Nacional do Bacalhau Brasileiro serão realizadas nos dias 22 a 26 de junho de 2011, na Praça Governador Ivo Silveira e ruas de seu entorno.

Art. 3º. A XIII Quermesse Municipal e a 1ª Festa Nacional do Bacalhau Brasileiro serão desenvolvidas em parceria com a "Ação Social São Joaquim da Garopaba, entidade civil sem fins lucrativos, inscrição no CNPJ 83.807.107/0001-73, a ser realizado nos dias 22 a 26 de junho de 2011.

Art. 4º. Conforme definido na Lei Municipal número 1.530 de 25 de maio de 2011, o Poder Executivo Municipal fica autorizado a celebrar instrumento de permissão de uso junto a Ação Social São Joaquim da Garopaba com a finalidade de permitir a exploração através de instalação de 18 (dezoito) barracas comerciais e 3 (três) espaços para equipamentos gastronômicos, no espaço público da Praça Governador Ivo Silveira e ruas do seu entorno, local do evento em 2011, durante a realização das festividades da XIII Quermesse e 1ª Festa Nacional do Bacalhau Brasileiro.

DAS FINALIDADES

Art. 5º. A XIII Quermesse e 1ª Festa Nacional do Bacalhau Brasileiro tem como finalidades:

I - Valorizar a cultura popular regional;

II - Estimular o uso do pescado "abrotea" como prato gastronômico local;

III - Promover a integração multicultural, notadamente com o litoral catarinense e Rio Grande do Sul;

IV - Ser um instrumento de geração de emprego e renda no período de baixa temporada turística.

DOS OBJETIVOS

Art. 6º. O objetivo geral é realizar o evento de baixa temporada turística: "13ª Quermesse e 1ª Festa Nacional do Bacalhau Brasileiro", voltado à promoção comercial/ gastronômica do Bacalhau brasileiro, associado à valorização da multiculturalidade existente na região sul do Brasil

Art. 7º. São objetivos específicos do evento:

I - Promover comercialmente o bacalhau brasileiro, com ênfase nas possibilidades gastronômicas do pescado, que tem pouco apelo comercial, por desconhecimento de suas possibilidades nutricionais, equivalentes ao bacalhau importado;

II - Estimular entre pescadores, moradores, visitantes e empresários da gastronomia local, o aumento do consumo do bacalhau brasileiro, para torná-lo atrativo comercialmente, enquanto pescado de ciclo de inverno, quando a comunidade sofre os efeitos da baixa temporada turístico-balneária;

III - Promover oficinas de troca de conhecimentos e experiências sobre o bacalhau brasileiro para um maior conhecimento da espécie, valores nutricionais e possibilidades gastronômicas, voltado a sua valorização entre os pescados regionais;

IV - Mostrar os valores culturais de base açoriana que constituem as raízes culturais da comunidade, associado à multiculturalidade presentes no sul do Brasil;

V - Estimular a presença na baixa temporada, de visitantes que se fazem presentes na temporada de verão, tendo como estímulo a gastronomia e a diversidade cultural, principalmente as referentes à cultura de base açoriana e gaúcha, já que a maioria dos turistas que freqüentam o balneário de Garopaba são procedentes do visinho estado do Rio Grande do Sul;

VI - Promover a valorização sociocultural dos moradores tradicionais que se dedicam a atividade pesqueira e agrícola, que inclui os pratos gastronômicos típicos, suas histórias de pescador e agricultor e seus equipamentos e habilidade;

VII - Integrar no evento a religiosidade, a cultura popular e a gastronomia regional, promovendo a parceria entre instituições e segmentos sociais diferentes, entorno da divulgação da comunidade enquanto destino turístico de baixa temporada.

VIII - Possibilitar as comunidades litorâneas à convivência, In loco, com seus valores culturais, mostrando a amplitude dos mesmos e a importância de serem preservados com prova de orgulho de suas origens étnico culturais.

DA ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO VENTO

Art. 8º. A Comissão Central Organizadora da XIII Quermesse e 1ª Festa Nacional do Bacalhau Brasileiro, responsável pela organização, execução e coordenação do evento será formada por:

I - Três representantes do executivo municipal;

II - Um representante da Câmara de vereadores de Garopaba;

III - Um representante da ACIG;

IV - Um representante da Ação Social São Joaquim de Garopaba.

Parágrafo Único. A Comissão Central Organizadora designará o Coordenador executivo do evento.

Art. 9º. À Comissão Organizadora caberá:

I - Promover a realização do evento, atendendo a todos os seus aspectos políticos, técnicos, administrativos e financeiros;

II - Responsabilizar-se pela programação e documentação;

III - Elaborar o Relatório Final;

IV - Articular os apoios operacionais e institucionais para a realização do evento, como espaço físico, infra-estrutura, programação, segurança, alimentação, transportes e equipamentos.

Art. 10. Caberá ao coordenador executivo em parceria com a Comissão Central Organizadora:

I - Coordenar as atividades e ações necessárias à realização da festa;

II - Convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias da Comissão Organizadora, para deliberar questões referentes ao evento.

DA PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

Art. 11. A programação do evento XIII Quermesse e 1ª Festa Nacional do Bacalhau Brasileiro será ampla, com enfoque na diversidade programática, com ênfase na multiculturalidade.

Parágrafo Único. Integrarão a programação:

I - Escolha/ desfile da rainha

II - Desfile/ concurso de carro de bois;

II - Alvorada matinal, com desfile de cavalos pelas principais ruas da cidade;

III - Seminário "Cultura Açoriana Catarinense e Gaúcha- Dois elos da corrente imigratória do século XVIII";

IV - Oficina gastronômica sobre a "abrotea'- bacalhau brasileiro;

V - Shows nacional (Daniel, Candieiro)

VI - Show internacional (Beatles Cover - Argentina)

VII - Shows Estaduais (Tché Guri, Zawajus, Galdérios, Os Peraútas)

VIII - Shows regionais/ locais - diversos

IX - Apresentações folclóricas

X - Apresentações de danças

XI - Apresentações infantis

XII - Elaboração de tapetes para a procissão de Corpus Cristo

XIII - Missa Festiva

XIV - Procissão de Corpus Cristo

Art.12. A Abertura da XIII Quermesse e 1ª Festa Nacional do Bacalhau Brasileiro se realizará no dia 22 de junho de 2011, às 20:30 horas, no palco central do evento, na praça Ivo Silveira

Art.13. A cada dia do evento será homenageado as manifestação cultural.

I - Dia 21/06 - 19:00 horas: Seminário "Cultura Açoriana Catarinense e Gaúcha- Dois elos da corrente imigratória do século XVIII";

II - Dia 22 - Homenagem a Cultura gaúcha;

III - Dia 23 - Homenagem a Cultura de base Italiana;

IV - Dia 24- Homenagem a Cultura de base Açoriana/ Portuguesa;

V - Dia 25 - Homenagem a Cultura de base Alemã;

VI - Dia 26 - Homenagem a multiculturalidade.

Art.14. O detalhamento da programação constará de folder, podendo sofrer mudanças em função da desistência de grupos convidados ou ajustes na programação

DA INFRA-ESTRUTURA DO EVENTO

Art. 15. A infra-estrutura do evento XIII Quermesse e 1ª Festa Nacional do Bacalhau Brasileiro será montada na Praça Ivo Silveira, e ruas adjacentes, contendo os seguintes itens:

I - palco principal (16mx 12m);

II - palco secundário (12m x 10 m);

III - estandes de exposição empresarial/cultural (20 unidades 3m x 3m= 9 m2); no valor de 5.000,00 unitário.

IV - praça de gastronomia 1 (lona de 300 M2 para consumo e lona de 75 m2 para instalações de cozinha dos 3 restaurantes com área individual de 4mx 4m = 16 m2);

V - praça de gastronomia 2 (lona de 200 m2 e estande de 6m x 5 m = 30 m2) para instalar o restaurante Tainha na Telha , explorado pela instituição social Rede Feminina de Combate ao Câncer;

VI - 19 barracas de produtos culturais de 16 instituições sociais;

VII - instalações sanitárias;

VIII - Local de venda das fichas para consumo na área do evento;

XIX - Café típico no salão paróquia;

X - Local para exposição de animais da comunidade

DOS RECURSOS

Art. 19. As despesas com a realização da XIII Quermesse e 1ª Festa Nacional do Bacalhau Brasileiro serão da Prefeitura Municipal de Garopaba e da Ação Social São Joaquim.

§1º. As despesas a serem pagas pela Prefeitura Municipal são de recursos próprios, autorizados pela Câmara Municipal através da Lei 1.530 de 25 de maio de 2011.

§2º. As despesas a serem pagas pela Ação Social São Joaquim são de recursos oriundos de:

I - Convênio com o Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Turismo, Esporte e Cultura no valor de 100.000,00;

II - Recursos resultantes da cobrança de 10% do faturamento bruto das barracas e restaurantes autorizadas a funcionar durante o evento no espaço da festa;

DA DIVULGAÇÃO PUBLICIDADE

Art. 20. A divulgação do evento será de responsabilidade da Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes, com recursos previstos nos custos do evento:

I - Cartaz - 500 unidades - Serão fixados em Garopaba, nos municípios da região da Grande Florianópolis e Sul de Santa Catarina; e enviados para o Rio Grande do Sul e veículos de comunicação;

II - Folder - 10.000 unidades - Serão distribuídos as agências de viagens, hotéis, restaurantes, órgãos de turismo das prefeituras municipais e governo do estado, comércio local, veículos de comunicação;

III - Veiculação em rádios locais, regionais e estaduais, adequado aos valores disponíveis, proporcional aos recursos captados via patrocinadores;

VI - Veiculação em jornais locais, regionais e estaduais, adequado aos recursos disponíveis, proporcional aos valores captados via patrocinadores;

VII - Divulgação por meio eletrônico.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21. Os casos omissos não previstos neste Regulamento serão resolvidos pela Comissão Organizadora.

Garopaba, 10 de junho de 2010

MARCUS VINICIUS ISRAEL

Secretário de Turismo, Cultura e Esporte

Aviso de Licitação PR48/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 48/2011

O Município de Garopaba torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para REGISTRO DE PREÇO do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, em conformidade com a Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, objetivando a aquisição de óleos e lubrificantes para atender os veículos que compõe a frota municipal. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" serão recebidos no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até às 09h25 horas do dia 27/06/2011.

A sessão se dará a partir das 09h30min horas do dia 27/06/2011, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.garopaba.sc.gov.br

Garopaba, 10 de Junho de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação PR49/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 49/2011

O Município de Garopaba torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para REGISTRO DE PREÇO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, representado pelo MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO

LINEAR, objetivando a contratação de empresa(s) para prestação de serviços técnicos especializados em manutenção preventiva e corretiva, através de serviços mecânicos e elétricos, nos veículos diesel pertencentes à frota da Prefeitura Municipal de Garopaba, com o fornecimento de peças e acessórios originais de fábrica, destinados aos referidos veículos, cujas solicitações se verificarão em função da necessidade e interesse da Prefeitura Municipal de Garopaba.

Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até às 14h25min do dia 27/06/2011.

A sessão se dará a partir das 14h30 horas do dia 27/06/2011, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.garopaba.sc.gov.br

Garopaba, 16 de maio de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Garuva

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto nº 40/2011

DECRETO Nº 40, DE 07 DE JUNHO DE 2011

"Convoca a VII Conferência Municipal de Assistência Social."

O Prefeito Municipal DE GARUVA, em conjunto com o presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para implementação da Política de Assistência Social do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada a VII Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada nos dias 4 e 5 de Julho de 2011 tendo como tema central: "Consolidar o SUAS e valorizar seus trabalhadores."

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de Assistência Social

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

Aviso de Definição de Data

AVISO DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS

A Prefeitura Municipal de Garuva comunica que a data de abertura dos envelopes de Propostas referente ao Processo Licitatório Nº 013/2011 - Tomada de preços para Serviços, que tem como objeto a Contratação de empresa para prestação de serviços de Assessoria Técnica para orientação na elaboração e acompanhamento de processos administrativos, no âmbito do Distrito Federal, junto aos órgãos governamentais federais, organismos internacionais, embaixadas e gabinetes de deputados e senadores, será dia 20/06/2011 às 09:00h.

Garuva, 09 de junho de 2011.
JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº. 4.356/11

DECRETO Nº. 4.356, DE 02 DE JUNHO DE 2011.

ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE TRANSPORTES E OBRAS E DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO E DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, incisos II e VI, da Lei Municipal nº. 3.289, de 20 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado em R\$11.266,30 (onze mil, duzentos e sessenta e seis reais e trinta centavos), o saldo das seguinte dotação do orçamento vigente da Procuradoria-Geral do Município.

Órgão: 11 Procuradoria-Geral do Município

Unidade: 23 Procuradoria-Geral do Município

Funcional Programática: 00003.00092.00020 Gestão da Procuradoria do Município

Atividade: 2.200100 Manutenção da Procuradoria-Geral

Dotação 194 - 3.3.3.9.0 Aplicações diretas R\$ 11.266,30

Art. 2º Por conta da anulação do art. 1º deste Decreto, fica destinado o valor de R\$11.266,30 (onze mil, duzentos e sessenta e seis reais e trinta centavos) à suplementação do saldo da seguinte dotação orçamentária da Procuradoria-Geral do Município, conforme indicado.

Órgão: 11 Procuradoria-Geral do Município

Unidade: 23 Procuradoria-Geral do Município

Funcional Programática: 00003.00092.00020 Gestão da Procuradoria do Município

Atividade: 2.200100 Manutenção da Procuradoria-Geral

Dotação 193 - 3.3.3.9.0 Aplicações diretas R\$ 11.266,30

Art. 3º Em razão de superávit financeiro, ficam suplementados, nos valores indicados, totalizando R\$ 1.875.000,00 (um milhão, oitocentos e setenta e cinco mil reais), os saldos das dotações a seguir da Secretaria Municipal de Transportes e Obras e da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento.

Órgão: 8 Secretaria Municipal de Transportes e Obras

Unidade: 13 Secretaria Municipal de Transportes e Obras

Funcional Programática: 00015.00451.00014 Gestão da Secretaria de Transportes e Obras

Projeto: 1.100253 Pavimentação de ruas

Dotação 405 - 3.3.3.9.0 Aplicações diretas R\$ 400.000,00

Atividade: 2.200074 Manutenção da Secretaria de Transp. e Obras

Dotação 262 - 3.3.3.9.0 Aplicações diretas R\$ 875.000,00

Órgão: 9 Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento

Unidade: 19 Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento

Funcional Programática: 00015.00452.00019 Gestão na Secretaria

Municipal de Planejamento e Desenvolvimento
Projeto: 1.1000123 Reforma da Ponte Hercílio Deeke/Belchior Bai-xo

Dotação 407 - 3.4.4.9.0 Aplicações diretas R\$ 600.000,00

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 02 de junho de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Decreto Nº. 4.357 de 07 de Junho de 2011.

DECRETO Nº. 4.357 DE 07 DE JUNHO DE 2011.

NOMEIA CAMILA DE OLIVEIRA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE ENCARGADO DE TRANSPORTES COLETIVOS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no art. 10 da Lei Municipal nº 1.357, de 28 de maio de 1992,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada, a partir de 08 de junho, a servidora CAMILA DE OLIVEIRA, portador do CPF nº 076.621.949-65, para o cargo de Encarregado de Transportes Coletivos, Nível CC, Ref. 21, com 40 horas semanais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 07 de junho de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº. 4.358, de 07 de Junho de 2011.

DECRETO Nº. 4.358, DE 07 DE JUNHO DE 2011.

EXONERA A PEDIDO ROSA MARIA MELATO DO CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADORA DO CAPS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no art. 10 da Lei Municipal nº 1.357, de 28 de maio de 1992,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada a pedido, a partir de 08 de junho de 2011, ROSA MARIA MELATO, portadora do CPF nº. 834.795.119-53 e da CI nº. 1.630.997-9, do cargo em comissão de Coordenadora do Centro de Atendimento Psico-Social, Nível CC, Ref. 55, com 40 horas semanais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 07 de junho de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Errata ao Decreto Nº 4.351/11

O Prefeito Municipal DE GASPAR, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, RETIFICA a publicação do Decreto 4.351/2011, veiculada no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, Edição nº 753, de 03 de junho de 2011 nos seguintes termos:

Onde se lê:

LUIZ EDUARDO MOS	LE-ESCRITURÁRIO	40	1º	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
M A I S A AGUIAR VOTRI	ESCRITURÁRIO	40	2º	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
JAIR MA-LICSCKI	ESCRITURÁRIO	40	3º	SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
ANA CLAUDIA DE MEDEIROS	ESCRITURARIO	40	4º	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
JONAS JOÃO DA LUZ	MOTORISTA DE CAMINHÃO	40	1º	SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
L E O C I R BRITZKE	MOTORISTA DE CAMINHÃO	40	2º	SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
WELLINSON LIMA SANTOS	AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS III - OPERADOR DE MÁQUINA	40	1º	SECRETARIA DA AGRICULTURA
ADRIEL URBANO	AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS III - OPERADOR DE MÁQUINA	40	2º	SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
M A I C O U VOLTOLINI	AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS III - OPERADOR DE MÁQUINA	40	3º	SECRETARIA DA AGRICULTURA

Leia-se:

LUIZ EDUARDO MOS	LE-ESCRITURÁRIO	40	5º	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
M A I S A AGUIAR VOTRI	ESCRITURÁRIO	40	6º	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
JAIR MA-LICSCKI	ESCRITURÁRIO	40	7º	SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
ANA CLAUDIA DE MEDEIROS	ESCRITURARIO	40	8º	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
JONAS JOÃO DA LUZ	MOTORISTA DE CAMINHÃO	40	3º	SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
L E O C I R BRITZKE	MOTORISTA DE CAMINHÃO	40	4º	SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
WELLINSON LIMA SANTOS	AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS III - OPERADOR DE MÁQUINA	40	6º	SECRETARIA DA AGRICULTURA
ADRIEL URBANO	AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS III - OPERADOR DE MÁQUINA	40	7º	SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

M A I C O U VOLTOLINI	AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS III - OPERADOR DE MÁQUINA	40	8º	SECRETARIA DA AGRICULTURA
-----------------------	---	----	----	---------------------------

Gaspar - SC, 07 de junho de 2011.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Errata à portaria Nº 2.445/11

O Prefeito Municipal DE GASPAR, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, RETIFICA a publicação da Portaria 2.445, de 23 de maio de 2011, veiculada no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, Edição nº 746 de 25 de maio de 2011 nos seguintes termos:

Onde se lê no art. 1º:

Fica dispensado de suas atividades, a pedido, a partir desta data,()

Leia-se:

Fica dispensado de suas atividades, a pedido, a partir de 31 de maio,()

Gaspar - SC, 09 de junho de 2011.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Extrato da Inexigibilidade Nº 84/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
Extrato da Inexigibilidade nº 84/2011

Objeto: aquisição de coleções paradidáticas para o acervo dos Centros de Desenvolvimento Infantil. Contratado: CIRANDA CULTURAL EDITORA E DISTRIBUIDORA LTDA (68.216.860/0001-09). Valor total: R\$ 31.960,00 (trinta e um mil, novecentos e sessenta reais). Base legal: artigo 25, inciso I da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 06 de Junho de 2011.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

SAMAE

Aviso Pregão Presencial Nº 23/2011 - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial nº. 23/2011

OBJETO: Registro de Preços visando o fornecimento de combustíveis para a frota de veículos do SAMAE.

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante deverá ocorrer até as 08:45 horas do dia 27/06/2011.

A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 27/06/2011 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os interessados.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão obter a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar; ou no site: www.samaegaspar.com.br



Gaspar (SC), em 09 de junho de 2011.
LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI
Diretor Presidente

Extrato Dispensa de Licitação Nº 22/2011 - SAMAE
E X T R A T O
DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: 22/2011
OBJETO: Conserto, de forma emergencial, do inversor de frequência localizado na Rua: São Pedro - Bairro: Centro, entrada de acesso à ETA I - Centro.
CONTRATADO: JOÃO BOSIO - ME (12.988.993/0001-30).
VALOR TOTAL DO CONTRATO: 5.880,00 (cinco mil, oitocentos e oitenta reais).
DATA VIGÊNCIA: 07/06/2011.
DATA VENCIMENTO: 30/06/2011.
BASE LEGAL: Artigo 24, Inciso II da Lei nº. 8.666/93.

Gaspar(SC), em 07 de junho de 2011.
LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI
Diretor Presidente

Herval do Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Complementar Nº 277/2011.

LEI COMPLEMENTAR Nº. 277/2011.

"INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE HERVAL D'OESTE (SC), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Herval d'Oeste (SC), Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte, LEI COMPLEMENTAR:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. A POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE HERVAL D'OESTE tem por objetivo, respeitadas as competências da União e do Estado, melhorar a qualidade de saúde, saneamento público e manter o meio ambiente equilibrado buscando o desenvolvimento sustentável e, fornecer diretrizes ao poder público e à coletividade para a defesa, conservação e recuperação da qualidade e salubridade do saneamento.

Parágrafo único. O Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias, o Orçamento anual, os Planos, Programas e Projetos urbanísticos, assim como os demais instrumentos municipais de desenvolvimento deverão incorporar os princípios, diretrizes e prioridades contidos nesta Lei.

Art. 2º. Para os efeitos desta Lei, considera-se saneamento básico o conjunto de serviços, infraestrutura e instalações operacionais de:

I - abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

II - esgotamento sanitário: constituído pelas atividades,

infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até seu lançamento final no meio ambiente;

III - limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestrutura e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

IV - drenagem e manejo de águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infraestrutura e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas.

CAPÍTULO II
DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Art. 3º. A POLÍTICA E O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE HERVAL D'OESTE abrange todo o território do Município, devendo o mesmo, estar adequado a Política Nacional de Saneamento Básico de acordo com a Lei Federal nº 11.445/2007, com base nos seguintes princípios fundamentais:

I - universalização do acesso;

II - integralidade, compreendida como conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;

III - abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;

IV - disponibilidade, na área urbana, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;

V - articulação com as políticas de desenvolvimento urbano, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;

VI - eficiência e sustentabilidade econômica;

VII - utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;

VIII - transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;

IX - controle social;

X - segurança, qualidade e regularidade;

XI - integração das infra-estruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

Art. 4º. O Município de Herval d'Oeste poderá realizar Programas conjuntos com a União e o Estado, mediante convênios de mútua cooperação, assistência técnica e apoio institucional, com vistas a:

I - assegurar a operação e a administração eficiente do serviço de

saneamento básico que seja de interesse local e da competência do Município;

II - implantação progressiva de modelo gerencial descentralizado que valoriza a capacidade municipal de gerir suas ações;

III - assistência técnica e o apoio institucional da União e Estado ao Município poderão ser prestados por meio de convênios de cooperação técnica.

CAPÍTULO III DO INTERESSE LOCAL

Art. 5º. Para o cumprimento do disposto no artigo 30 da Constituição Federal, no que concerne ao Saneamento Básico, considera-se como de interesse local:

I - o incentivo à adoção de posturas e práticas sociais e econômicas ambientalmente sustentáveis;

II - o licenciamento e fiscalização ambiental com o controle das atividades potencial ou efetivamente degradadoras e poluidoras;

III - o acondicionamento, a coleta, o transporte, o tratamento e a disposição final dos resíduos sólidos;

IV - a captação, o tratamento e a distribuição de água, assim como o monitoramento de sua qualidade;

V - a coleta, a disposição e o tratamento de esgotos sanitários;

VI - a drenagem e a destinação final das águas;

VII - a conservação e recuperação dos rios, córregos e matas ciliares e áreas florestadas;

VIII - a garantia de crescentes níveis de salubridade ambiental, através do provimento de infra-estrutura sanitária e de condições de salubridade das edificações, ruas e logradouros públicos.

CAPÍTULO IV DOS ÓRGÃOS EXECUTORES DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Art. 6º. A execução da POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, será realizada pela Administração Direta Centralizada do Município ou pela Autarquia SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto dos Municípios de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna.

Parágrafo único. São instrumentos de execução da política de saneamento básico, os convênios, os contratos de consórcio, os contratos de programas e outros instrumentos previstos em Lei.

CAPÍTULO V DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Art. 7º. Esta Lei institui o PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, nos termos do Anexo I, parte integrante desta Lei, destinado a articular, integrar e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros para execução dos serviços públicos municipais urbanos de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, no Município de Herval d'Oeste, em conformidade com o que estabelecido na Lei Federal nº 11.445/2007.

Art. 8º. O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE HERVAL D'OESTE é composto de: Diagnóstico, Propostas, e definição

de ações e metas necessárias para atingir os objetivos, estabelecidos na Matriz de Monitoramento do Plano Municipal de Saneamento Básico, Anexo II, parte integrante desta Lei.

Parágrafo único. Fica definido o tempo de um ano para as ações imediatas, de cinco anos para as ações de curto prazo, doze anos para as ações de médio prazo e vinte anos para as ações de longo prazo, estabelecidos na matriz de monitoramento do Plano Municipal de Saneamento Básico - Anexo II, parte integrante desta lei.

Art. 9º. O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO foi elaborado para um horizonte de 20 anos, nos termos do § 2º, art.52 da Lei Federal nº 11.445/2007.

§ 1º O Plano Municipal de Saneamento, instituído por esta Lei será avaliado anualmente e revisto a cada 04 (quatro) anos, sempre anteriormente à elaboração do Plano Plurianual nos termos do § 2º, inciso II, art. 52 da Lei Federal nº 11.445/2007.

§ 2º O Poder Executivo Municipal encaminhará a proposta de revisão do PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO à Câmara de Vereadores, devendo constar as alterações, caso necessárias, a atualização e a consolidação do Plano anteriormente vigente.

§ 3º Qualquer alteração no PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO só poderá ocorrer, mediante aprovação em Audiência Pública.

CAPÍTULO VI DA GESTÃO PARTICIPATIVA

Art. 10. A gestão da política do saneamento básico no município pressupõe a participação conjunta e integrada dos diversos agentes envolvidos na política do saneamento, abrangendo os órgãos públicos, operadoras do serviço de saneamento básico, o conselho do meio ambiente, organizações não-governamentais, movimentos sociais e população envolvida, dentre outros, tendo como diretrizes:

I - criação de mecanismos e instrumentos de planejamento e de financiamento, considerando a especificidade política e social da questão do saneamento, visando, prioritariamente, assegurar proteção a saúde da população e a salubridade do meio ambiente urbano e rural;

II - promoção de programa de capacitação continuada de técnicos na área de saneamento, com entidades públicas, em convênio com universidades, centros de pesquisas tecnológicas, entidades de classe, organizações não governamentais, ou com iniciativa privada;

III - estruturação de um sistema de informações sobre saneamento, articulado ao Sistema de Informação Municipal.

Art. 11. A participação da população e de entidades relacionadas com a questão do saneamento básico deve permear cada etapa da implementação e avaliação do PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE, através da institucionalização de canais de participação e controle social, através de Conferência Municipal de Saneamento Básico.

Parágrafo único. A Conferência Municipal de Saneamento Básico ocorrerá ordinariamente a cada 04 (quatro) anos, e extraordinariamente quando convocada pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente.

Art. 12. São objetivos da Conferência Municipal de Saneamento Básico:

I - assegurar um processo amplo e democrático de participação da sociedade na elaboração e avaliação da política pública de saneamento do Município;

II - mobilizar o governo municipal e a sociedade civil para a discussão, a avaliação e a formulação das diretrizes e instrumentos de gestão da política de saneamento do Município;

III - sugerir ao Poder Executivo adequações nas ações estratégicas destinadas à implantação dos objetivos, diretrizes, programas e ações;

IV - integrar conselhos setoriais entre si e com o orçamento participativo;

V - avaliar e fiscalizar as ações contidas no Plano Municipal de Saneamento Básico, bem como medidas prioritárias nele detalhadas, na matriz de monitoramento do Plano Municipal de Saneamento Básico - Anexo II, parte integrante desta lei.

CAPITULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 13. Ficam estabelecidos os seguintes prazos, contados imediatamente após a publicação desta Lei;

I - De cento e vinte dias, para o Poder Executivo Municipal promova reformas em sua estrutura administrativa, com o objetivo de conferir plena operacionalidade à aplicação deste Plano Municipal de Saneamento Básico;

II - De cento e cinquenta dias, para que o Poder Executivo Municipal elabore e envie ao Poder Legislativo as modificações na legislação municipal que sejam imprescindíveis aos objetivos referidos nos termos do inciso anterior.

Art. 14. Visando a consecução desta Lei, integram os anexos:

Anexo I - Plano Municipal de Saneamento Básico de Herval d'Oeste.

Anexo II - Matriz de Monitoramento do Plano Municipal de Saneamento Básico de Herval d'Oeste.

Art. 15. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.16. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 25 de maio de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito

Portaria Nº 587/2011

PORTARIA Nº 587/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESIGNAR a Servidora REGINA AUGUSTA STEFFANI PARIZE (Matr. 90), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor Nível/Referência - 8/A, Anexo III, 40 horas semanais, para responder pelas funções do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Escola, Nível - DAS-1, a partir de 07 de junho de 2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal conforme preceitua o artigo 1º da Lei Complementar Nº 278/2011 de 03 de junho de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 07 de Junho de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 588/2011

PORTARIA Nº 588/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESIGNAR a Servidora LUCINEIA REGINA MACHADO (Matr. 423), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor Nível/Referência - 7/A, Anexo III, 40 horas semanais, para responder pelas funções do Cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Educação Infantil, Nível - DAS-2, a partir de 07 de junho de 2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal conforme preceitua o artigo 1º da Lei Complementar Nº 278/2011 de 03 de junho de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 07 de Junho de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 592/2011

PORTARIA Nº 592/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR, o Servidor CARLOS JACÓ ALBERTI (Matr. 2926), a partir de 08 de junho de 2011, o qual exercia as funções do Cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Desenvolvimento Rural, Nível - DAS-2, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 0192/2005, sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 08 de Junho de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 593/2011

PORTARIA Nº 593/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no

uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Dispensar a pedido, conforme requerimento anexo, a Servidora SHIRLEN FERREIRA (Matr. 3289), a partir de 09 de Junho de 2011, a qual exercia a função do Cargo de Professor, Nível 2, Referência "A", 10 horas semanais, constante do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 191/2005, sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 09 de Junho de 2011.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 594/2011

PORTARIA Nº 594/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR, o Senhor CARLOS JACÓ ALBERTI (Matr. 3356), para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Produção, Nível - DAS-1, 40 horas semanais, a partir de 09 de Junho de 2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme preceitua a LC Nº 192/2005 e alterações posteriores.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 09 de Junho de 2011.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 595/2011

PORTARIA Nº 595/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional à Servidora LUCIA DORÉ (Matr. 1553), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível 1, Referência - B, 40 horas semanais, para o Nível 1, Referência - C, quadro geral, 40 horas semanais, a partir de Maio de 2010, conforme dispõe a Lei Complementar Nº 0191/2005.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 09 de Junho de 2011.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 596/2011

PORTARIA Nº 596/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Incorporação de Adicional de Insalubridade, à Servidora LÚCIA DORÉ (Matr. 1553), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível 1, Referência "C", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme dispõe a Lei Complementar Nº 197/2006, art. 68, referente ao período aquisitivo compreendido entre Março de 2011 e Junho de 2011, num percentual de 0,66% sobre o menor vencimento pago pelo município para cargo de provimento efetivo.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 09 de Junho de 2011.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Dispensa de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE
DISPENSA DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório nº 0069/2011
Dispensa de Licitação nº 0014/2011

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste
Objeto: Locação de 03 (três) máquinas fotocopadoras multifuncionais para a Secretaria de Administração e Finanças.
Fornecedor: G7 Telecomunicações Ltda
Valor: R\$ 1.029,00 por mês.
Vigência: Até 31/12/2011.
Fundamentação Legal: Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, artigo 24, Inciso II.

Herval d'Oeste (SC), 09 de junho de 2011.

NELSON GUINDANI
Prefeito

Inexigibilidade de Licitação Nº 006/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Fundo Municipal de Saúde
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0057/2011
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/2011

OBJETO

Credenciamento de pessoa jurídica especializada em prestação de serviços na Área de Consultas médicas e exames especializados.
CONTRATADO
Centro Sul Brasileiro de Medicina Hiperbárica Ltda.
VALOR
R\$ 13.200,00
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Fundamentação legal: Artigo 25, inciso II da Lei 8.666/93 e suas atualizações.

Herval d'Oeste (SC), 08 de junho de 2011.
ADAIR JOSÉ CERON
Gestor Do Fundo

Inexigibilidade de Licitação Nº 007/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0058/2011
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 007/2011

OBJETO

Credenciamento de empresas especializadas para dar publicidade aos atos, programas educativos e campanhas institucionais do poder executivo municipal

CONTRATADO Alceu Antonio Bortese.

VALOR

CmC Preto e Branco - R\$ 10,00

CmC Capa Colorida - R\$ 12,00

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Artigo 25, da Lei 8.666/93 e suas atualizações.

Herval d'Oeste (SC), 08 de junho de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 0017/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 0062/2011

Pregão Presencial nº 0017/2011

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

Objeto: Registro de Preços Aquisição de Material de Construção, para uso da Prefeitura e Secretarias e Fundos Municipais de Herval D'Oeste pelo período de 12 meses

Data de Abertura: 29/06/2011

Horário :14:00 horas

Local: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste;

O edital poderá ser obtido no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, no link licitações, ou junto ao Paço Municipal, ao custo de R\$ 13,15 (treze reais e quinze centavos).

Fundamentação legal: Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e suas atualizações.

Herval d'Oeste (SC), 09 de junho de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 0019/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 0064/2011

Pregão Presencial nº 0019/2011

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde

Objeto: Aquisição de um veículo novo 0 KM ano/modelo 2011, para uso do Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

Data de Abertura: 27/06/2011

Horário :16:00 horas

Local: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste;

O edital poderá ser obtido no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, no link licitações, ou junto ao Paço Municipal, ao custo de R\$ 13,15 (treze reais e quinze centavos).

Fundamentação legal: Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e suas atualizações.

Herval d'Oeste (SC), 09 de junho de 2011.

ADAIR JOSÉ CERON

Gestor do Fundo

Pregão Presencial Nº 0020/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 0065/2011

Pregão Presencial nº 0020/2011

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

Objeto: Registro de Preços para a contratação futura de empresa para fornecimento e aplicação de massa asfáltica, (tapa buracos), incluindo material e mão-de-obra, os quais serão executados conforme necessidade da Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste-SC

Data de Abertura: 29/06/2011

Horário :17:00 horas

Local: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste;

O edital poderá ser obtido no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, no link licitações, ou junto ao Paço Municipal, ao custo de R\$ 13,15 (treze reais e quinze centavos).

Fundamentação legal: Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e suas atualizações.

Herval d'Oeste (SC), 09 de junho de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 0021/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 0067/2011

Pregão Presencial nº 0021/2011

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

Objeto: Contratação de serviço de arbitragem para realização de Campeonato de Futebol de Campo sênior, futsal e salão

Data de Abertura: 27/06/2011

Horário :14:00 horas

Local: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste;

O edital poderá ser obtido no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, no link licitações, ou junto ao Paço Municipal, ao custo de R\$ 13,15 (treze reais e quinze centavos).

Fundamentação legal: Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e suas atualizações.

Herval d'Oeste (SC), 09 de junho de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Primeiro Termo de Retificação ao Edital Nº 001/2011/SMS/HO de 24 de Maio de 2011.

PRIMEIRO TERMO DE RETIFICAÇÃO AO EDITAL Nº 001/2011/SMS/HO DE 24 DE MAIO DE 2011.

PRIMEIRO TERMO DE RETIFICAÇÃO AO EDITAL Nº. 001/2011/SMS/HO, QUE ALTERA AS DISPOSIÇÕES ABAIXO ESPECIFICADAS.

O Prefeito Municipal de Herval D'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público o seguinte:

Art. 1º Fica retificado o nr. deste Edital de: EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2011/SMS/HO DE 24 DE MAIO DE 2011, para: EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2011/SMS/HO DE 24 DE MAIO DE 2011.

Art. 2º Fica alterado no item II deste Edital, retificando o horário das Inscrições: das 08:00 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00.

Art. 3º Continuam inalteradas as demais disposições do pelo Edital nº. 001/2011/SMS/HO.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Herval D'Oeste, (SC), 07 de junho de 2011.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Extrato Termo Aditivo 0016/2011

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste

EXTRATO TERMO ADITIVO 0016/2011
PL 119/2010 TP 08/2010 - Contrato 064/2010
Contratante: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste - SC
Contratada: Femaks Construtora e Incorporadora Ltda.
Objeto: Acréscimo de serviços e valor no total de R\$ 43.080,28
Base Legal: Art. 57§1º incisos I,II e VI e Art. 65, Inciso I, alínea "a" da Lei 8.666/93, atualizada.

Herval d'Oeste em 01 de junho de 2011.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

ANTONIO GONÇALVES DIAS
Contratada

Ordem de Serviço Nº 010/2011 de 08 de Junho de 2011

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0068/2010
TOMADA DE PREÇOS Nº 0002/2010

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE
CONTRATADA: ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA.
ORDEM DE SERVIÇO Nº 010/2011 DE 08 DE JUNHO DE 2011

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, autoriza a empresa ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA. a iniciar a construção de Ginásio Poliesportivo com cobertura em estrutura metálica, localizada na Rua Dario Nicolau Conrado - Bairro Jardim José Rupp, no Município de Herval d'Oeste.
Localização: localizada na Rua Dario Nicolau Conrado - Bairro Jardim José Rupp.
Características: Serviços preliminares, infraestrutura, impermeabilizações, paredes, supraestrutura, esquadrias, portas e ferragens, pavimentações, revestimentos, instalações hidrossanitárias instalações elétricas, pintura e serviços finais.
Área de Construção : 1.226,50 m².
Prazo de Conclusão: 240 dias.

Herval D'oeste (SC) 08 de Junho de 2011.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA.
CONTRATADA

Revogação Ordem de Serviço Nº 014/2010

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0068/2010
TOMADA DE PREÇOS Nº 0002/2010

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE
CONTRATADA: ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA.
ORDEM DE SERVIÇO Nº 014/2010 DE 15 DE OUTUBRO DE 2010

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, em razão das Justificativas e pareceres técnicos e jurídicos apresentados, revoga a ordem de serviço 014/2010. de 15/10/2010 e determina emissão de nova ordem de serviço.

Herval D'oeste (SC) 08 de Junho de 2011.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preços Nº 008-A/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008-A/2011
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0048/2011
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0011/2011

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 31 de dezembro de 2011, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 01 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos vinte e seis dias do mês de maio de 2011, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para a eventual aquisição de uniformes e demais acessórios para diversas secretarias municipais pelo período de 12 meses, conforme descrito no Anexo 01 desta Ata, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, neste ato representado pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa Di Lunas Ind. E Com. De Confecções Ltda, neste ato representada por sua Sócia Administradora, Senhora Silvana Maria Mantoani Proner, em decorrência do processo licitatório nº 0048/2011, modalidade Pregão Presencial nº 0011/2011, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação de serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total: R\$ 17.545,00 (Dezessete mil, quinhentos e quarenta e cinco reais).

Herval d'Oeste, 01 de Junho de 2011.
NELSON GUINDANI
Prefeito
CPF: 501.589.459-72
Contratante

SILVANA MARIA MANTOANI PRONER
Sócia Administradora
CPF: 923.684.509-63
Contratada

Testemunhas:
Rubens Antonio Correia
CPF: 687.857.399-87
Daiane Lorini
CPF: 004.534.269-56

Imbituba

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto PMI Nº 056.2011

DECRETO 056, de 07 de junho de 2011.

Dispõe sobre abertura de crédito suplementar para o Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei: Lei nº 3.909, de 07 de junho de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no valor de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão:

19

- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 19.01 - Fundo Municipal de Assistência Social

Programa: 08 - Assistência Social

Projeto (Ação): 2.070 - Atendimento a Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social

Funcional programática: 08.244.0013

3.3.90.00.00.00.00.00.0091 (0007) Aplicações Diretas 6.300,00

Órgão:

19

- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 19.01 - Fundo Municipal de Assistência Social

Programa: 08 - Assistência Social

Projeto (Ação): 2.081 - Vivendo a Melhor Idade

Funcional programática: 08.241.0013

3.3.90.00.00.00.00.00.0091 (0015) Aplicações Diretas 16.700,00

Total 23.000,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão:

19

- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 19.01 - Fundo Municipal de Assistência Social

Programa: 08 - Assistência Social

Projeto (Ação): 2.067 - Manutenção do C.R.A.S.

Funcional programática: 08.244.0013

3.3.90.00.00.00.00.00.0091 (0001) Aplicações Diretas 15.000,00

Órgão:

19

- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 19.01 - Fundo Municipal de Assistência Social

Programa: 08 - Assistência Social

Projeto (Ação): 2.085 - Manutenção do PETI

Funcional programática: 08.422.0013

3.3.90.00.00.00.00.00.0091 (0016) Aplicações Diretas 8.000,00

Total 23.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 07 de junho de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Publicação de extrato de pregão presencial nº 66/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 106/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2011

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 16:00 horas do dia 27 de junho de 2011, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para prestação de serviços do ramo de segurança eletrônica. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 13 de junho de 2011.

MILENE RIBEIRO

Pregoeira Oficial

Publicação de Extrato de Pregão Presencial Nº 17/2011 (SEDESTH)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SEDESTH

PROCESSO Nº 19/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2011

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 27 de junho de 2011, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Aquisição de blocos de passes municipal para manutenção do PAIF (Programa de Atenção Integral a Família). A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 13 de junho de 2011.

MILENE RIBEIRO

Pregoeira Oficial

Publicação de Extrato de Pregão Presencial Nº 19/2011 (SAÚDE)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO Nº 23/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2011

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 15:00 horas do dia 27 de junho de 2011, licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Aquisição de manutenção de

condicionadores de ar, refrigeradores e bebedouros refrigerados. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 13 de junho de 2011.

MILENE RIBEIRO

Pregoeira Oficial

Retificação da Publicação da Homologação do Processo Seletivo Simplificado - Edital PMI/CERSP/PSS Nº 06/2009

RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL PMI/CERSP/PSS Nº 06/2009 PARA PROVIMENTO DO(S) CARGO(S) DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

De ordem do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Imbituba, através da Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal - CERSP da Prefeitura Municipal de Imbituba, considerada a ausência de lista de classificação parcial e final dos aprovados no Processo Seletivo Simplificado, objeto do Edital PMI/CERSP/PSS nº 06/2009, para provimento do(s) cargo(s) de Agente Comunitário de Saúde, código nº 532, para área nº 08, conforme aferido por esta CERSP, e no uso das atribuições legais desta, torna público a RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL PMI/CERSP/PSS Nº 06/2009, para constar a classificação final do(s) respectivo(s) aprovado(s):

LISTA DE CLASSIFICAÇÃO PARCIAL E FINAL

Classificação	Nome	Nº de Inscrição	Data de Nascimento	Provas Objetivas	Total de Pontos
1ª	Suze Mara Zanella Teixeira	10018-8	30/01/1985	160,00	160,00
2ª	Flávia de Oliveira	10449-3	16/09/1987	140,00	140,00

E para que chegue ao conhecimento de todos, é expedida a presente retificação, através do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, para que surta seus efeitos legais.

Imbituba, 09 de junho de 2011.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Presidente

Portaria DRH/SEAD nº 202/2009

MICHEL MARTINS

Secretário

Portaria DRH/SEAD n.º 527/2008

LUIZ OCTÁVIO RIBEIRO DE CASTRO ROCHA

Membro

Portaria DRH/SEAD n.º 202/2009

FERNANDA MARTINS JOÃO

Membro

Portaria DRH/SEAD n.º 341/2008

FLÁVIO DA ROSA

Membro

Portaria DRH/SEAD n.º 527/2008

CÂMARA DE VEREADORES

Decreto Legislativo Nº 003, de 07 de Junho de 2011.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 003, DE 07 DE JUNHO DE 2011.

Dispõe sobre a concessão de Medalha de Honra ao Mérito Municipal e dá outras providências..

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE IMBITUBA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 67, inciso IV da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 35, inciso IV do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e fica promulgado o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a Medalha de Honra ao Mérito Municipal ao servidor público JORGE LUIZ FAGUNDES por ter completado 25 anos de efetivas atividades profissionais no serviço público municipal, conforme determina a Lei 2.365, de 04 de junho de 2003.

Art. 2º A entrega da referida honraria será efetuada em Sessão Solene, a ser previamente convocada pelo Presidente da Câmara Municipal de Imbituba.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste Decreto Legislativo correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07 de Junho de 2011.

ROGBERTO DE FARIAS PIRES

Presidente da Câmara Municipal de Imbituba

Registre-se e Publique-se

Registrada, publicada, e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 07/06/2011 e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ALINE FORTUNATO NUNES FIGUEIREDO

Secretária Administrativa

Portaria CMI nº 046/2011

PORTARIA CMI Nº 046/2011

"Concede Licença-prêmio à Servidora ANGÉLICA DAMAZIO ALVES".

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, RESOLVE:

Conceder, a Sr.ª ANGÉLICA DAMAZIO ALVES, auxiliar de serviços, servidora da Prefeitura Municipal de Imbituba, cedida a esta Casa Legislativa por meio da Portaria SEAD Nº 02/2005, de 13 de janeiro de 2005, licença-prêmio 3 (três) meses, referentes ao período aquisitivo de 21/02/2005 a 20/02/2010, a ser gozada no período de 01/06/2011 a 29/08/2011, consoante Portaria DGP/SEAGP Nº 06/2011, de 16 de maio de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba (SC), em 03 de junho de 2011.

ROGBERTO DE FARIAS PIRES

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara

Municipal de Imbituba em 03/06/2011.

ALINE FURTUNATO NUNES FIGUEIREDO
Secretária Administrativa

Extrato de Contrato nº 008/2011

Extrato do Contrato nº 008/2011 (CMI)
Termo Aditivo de Prorrogação III ao Contrato nº 005/2009

Contratante: Câmara Municipal de Imbituba
Contratada: Empresa Betha Sistemas Ltda
Objeto: Locação de sistema (software) de informática e gerenciador de banco de dados.
Fundamento: Tomada de Preço - Melhor Técnica e Preço nº 001/2009
Valor do contrato: R\$ 11.528,40 (onze mil, quinhentos e vinte e oito reais e quarenta centavos).
Vigência: 08/06/2011
Validade: 08/06/2012

Imbituba, 01 de junho 2011.
ROGBERTO DE FARIAS PIRES
Presidente CMI

Extrato de Contrato nº 009/2011

Extrato do Contrato nº 009/2011 (CMI)
Termo Aditivo I ao Contrato nº 003/2011

Contratante: Câmara Municipal de Imbituba
Contratada: Empresa Imbituba Comércio de Derivados de Petróleo Ltda EPP
Objeto: Aquisição de gasolina comum, com entrega de forma parcelada.
Fundamento: Convite - Menor Preço nº 002/2010
Valor do contrato: R\$ 11.904,27 (onze mil, novecentos e quatro reais e vinte e sete centavos).
Vigência: 11/01/2011
Validade: 31/12/2011

Imbituba, 02 de junho 2011.
ROGBERTO DE FARIAS PIRES
Presidente CMI

Ato da Presidência Nº 19/11

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA

**Ato da Presidência nº 19/11**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, **divulga a ORDEM DO DIA** da 17ª Sessão Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa, da 13ª Legislatura, a realizar-se no dia **06 de junho de 2011** (segunda-feira), às **19h30min**, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
50	PL nº 4.108/2011	20/05/2011	Poder Executivo	José Roberto Martins	Dispõe sobre a revogação da Lei Municipal n.º 2.984, 31 de outubro de 2006, e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
51	PLC nº 227/2011	20/05/2011	Poder Executivo	José Roberto Martins	Altera a redação do Art. 215, da Lei Complementar nº 3.019, de 28 de dezembro de 2006, que instituiu o Código Tributário do Município de Imbituba e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
52	PLC nº 228/2011	23/05/2011	Poder Executivo	José Roberto Martins	Cria vaga de emprego público no Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Público Municipal e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	PLC nº 229/2011	02/06/2011	Poder Legislativo	Mesa Diretora	Dá nova redação ao Parágrafo Primeiro do Artigo 21 da Lei Complementar nº 1.145/91 que dispõe sobre a estrutura administrativa e funcional da Câmara Municipal de Imbituba e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	PDL nº 003/2011	02/06/2011	Poder Legislativo	Mesa Diretora	Dispõe sobre a concessão de Medalha de Honra ao Mérito Municipal e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
54	PL nº 4.111/2011	02/06/2011	Poder Executivo	José Roberto Martins	Dispõe sobre abertura de crédito suplementar para o Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA



55	PLC nº 230/2011	02/06/2011	Poder Executivo	José Roberto Martins	Dá nova redação ao artigo 17 da Lei nº 376, de 16 de dezembro de 1974, alterada pela Lei nº 1.765 de 5 de maio de 1998, e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
56	PLC nº 231/2011	02/06/2011	Poder Executivo	José Roberto Martins	Altera redação da Lei Complementar nº 2.623, de 19 de março de 2005, que instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba – PDDSI e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
57	PL nº 4.112/2011	02/06/2011	Poder Executivo	José Roberto Martins	Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a firmar Termo de Cooperação Técnica com o Instituto Escola de Esporte Cidadã e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 02 de junho de 2011.

Rogberto de Farias Pires
Presidente

Elísio Sgrott
Vice-Presidente

Thiago Machado
Segundo-Secretário

Ato da Presidência Nº 20/11

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA

**Ato da Presidência nº 20/11**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, **divulga a ORDEM DO DIA** da 18ª Sessão Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa, da 13ª Legislatura, a realizar-se no dia **13 de junho de 2011** (segunda-feira), às **19h30min**, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
58	PL nº 4.113/2011	09/06/2011	Poder Executivo	José Roberto Martins	Cria dispositivos na Lei nº 1.383, de 11 de abril de 1994, que define a Política Municipal de Turismo, cria o Conselho Municipal de Turismo e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	PL nº 4.109/2011	27/05/2011	Poder Legislativo	Valdir Rodrigues	Estabelece regras para a condução em vias públicas e locais de acesso público de cães de grande porte, em especial, das raças Mastim Napolitano, Pastor Alemão, Dobermann, Pit Bull, Rottweiler e American Staffordshire Terrier, bem como de suas variações e raças derivadas.	Ordinário	Única	1ª/2ª
	PL nº 4.110/2011	27/05/2011	Poder Legislativo	Valdir Rodrigues	Dispõe sobre a concessão de licença sem vencimentos aos servidores públicos municipais do Poder Legislativo e, dá outras providências.	Ordinário	Única	1ª/2ª
	Moção nº 002/2011	24/05/2011	Poder Legislativo	Jesiel Oliveira Antulino	Moção de Congratulação ao "Grande Jornal".	Ordinário	Única	Única

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 09 de junho de 2011.

Rogberto de Farias Pires
Presidente

Elísio Sgrott
Vice-Presidente

Thiago Machado
Segundo-Secretário

Itapoá

PREFEITURA MUNICIPAL

Contrato Administrativo Nº 41/2011

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 41/2011

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Perpétuo Socorro n.º 430, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário de Obras e Serviços Públicos, Sr. ELOI ROBERTO MENDES, portador do CNPF/MF nº: 437.225.559-49, e do C.I. RG nº 2/R 3136607 SSP/SC, matrícula nº 5197-7, e pelo Prefeito Municipal ERVINO SPERANDIO, brasileiro, divorciado, portador do RG nº 81.1881-7 SSP/PR e CNPF/MF nº 028.559.099-53, residente e domiciliado à Ana Maria Rodrigues de Freitas, s/ nº, nesta cidade, neste Município de Itapoá/SC, e, de outro lado a Empresa SERRANA ENGENHARIA LTDA, com sede à Rua Otomar Doerffel, nº 841, Bairro: Atiradores na cidade de Joinville/SC inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 83.073.536/0001-64 e Inscrição Estadual n.º Isento, representada neste ato por sócio, o Sr. ODAIR JOSÉ MANNRICH, portador do CNPF/MF nº 348.090.589-72 e do CI.RG nº 8/R. 592.121 SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam a Contratação de empresa especializada do ramo de engenharia sanitária para realizar a Gestão dos Resíduos produzidos pelo município, compreendendo os serviços de transporte, tratamento e destinação final em aterro sanitário devidamente licenciado para resíduos sólidos urbanos compactáveis, domiciliares, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 07/2011 - PROCESSO Nº 48/2011, de acordo com a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DOS DOCUMENTOS

Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os documentos e elementos que compõem o processo de licitação antes nominados, cujo teor é de conhecimento das partes contratantes: Normas e Especificação da ABNT, Legislação Ambiental, FATMA, IBAMA, e Proposta da Contratada, os anexos e os pareceres que formam o processo além das normas e instruções legais vigentes no país, que lhe forem atinentes.

PARÁGRAFO ÚNICO - Integra e completa o presente Contrato para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições do Edital de Licitação -Dispensa nº 07/2011.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

Contratação de empresa especializada do ramo de engenharia sanitária para realizar a Gestão dos Resíduos produzidos pelo município, compreendendo os serviços de transporte, tratamento e destinação final em aterro sanitário devidamente licenciado para resíduos sólidos urbanos compactáveis, domiciliares.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA DEFINIÇÃO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 - São conceituados como Resíduos Domiciliares, todos os resíduos que sejam classe 2 ou inertes, conforme definido pela Norma NBR - 10004 da ABNT e demais Resoluções, Portarias, Leis Federais e Estaduais;

3.2 - Os Resíduos sólidos domiciliares originários de

estabelecimentos públicos, com características de resíduos sólidos domiciliares, segue a mesma definição constante do item 3.1;

3.3 - A CONTRATADA deverá tomar as providências necessárias para evitar transtornos ao andamento normal dos trabalhos, durante a execução dos serviços.

3.4 - Todos os serviços a serem desenvolvidos deverão ser executados segundo os padrões e requisitos previstos nas normas pertinentes e vigentes do Município bem como à legislação ambiental vigente;

3.5 - DO TRANSBORDO, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES EM ATERRO SANITÁRIO LICENCIADO:

3.5.1 - O TRANSBORDO, será efetuado em local já pré-determinado pelo município, cujo local, já se encontra sob a administração, organização, cuidados e observâncias legais, em especial às exigências dos Órgãos ambientais, da empresa concessionária encarregada da coleta dos resíduos objetos do presente certame.

3.5.2 - Os resíduos provenientes da coleta domiciliar serão encaminhados para local onde a Contratada irá efetuar o transbordo, consoante item 3.1 supra, onde a Contratada deverá dispor de no mínimo de 2 (duas) caçambas receptoras dos resíduos coletados, com capacidade mínima de 25m³ para cada caçamba coletora.

3.5.3 - A Contratada deverá, efetuar o recolhimento dos resíduos objetos do presente certame, através de caminhões tipo "rollon/ roll-off" e encaminhá-los para o Aterro indicado juntamente com a Proposta apresentada. A operação de carregamento dos caminhões deverá ser efetuada de acordo com as normas estabelecidas pelos órgãos competentes, em especial FATMA E IBAMA.

3.5.4 - O local do transbordo, permanecerá sob a administração, organização, cuidados e observâncias legais, em especial às exigências dos Órgãos ambientais, da empresa concessionária encarregada da coleta dos resíduos objetos do presente certame, com exceção das caçambas citadas no item acima, as quais serão de inteira responsabilidade da contratada.

3.5.5 - Todos os resíduos resultantes da coleta domiciliar serão encaminhados pela Contratada para Aterro Sanitário devidamente licenciado, indicado pela mesma já por ocasião da apresentação da proposta.

CLÁUSULA QUARTA: DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E DURAÇÃO DO CONTRATO

O contrato terá início imediato à assinatura, e com termino esta condicionado a 3 (três) meses, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, da lei 8.666/93. O início dos trabalhos deverá ocorrer em 3 (três) dias corridos da emissão da ordem de serviço.

CLÁUSULA QUINTA: DO PREÇO

5.1. O preço total para o fornecimento do objeto deste contrato, é o apresentado na proposta da CONTRATADA, devidamente aprovado pela CONTRATANTE, o qual para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários, totaliza o valor de R\$ 137.785,59 (cento e trinta e sete mil setecentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos).

CLÁUSULA SEXTA: DAS CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

6.1. Para fins de controle de consumo e orçamentário, a CONTRATADA encaminhará as CONTRATANTES, a Fatura/Nota Fiscal da prestação de serviço, acompanhada do relatório de pesagem,

devidamente assinadas e aprovadas pelo fiscal do contrato, que se dará até o 10º (décimo) dia após aprovação e empenho.

6.2. As medições dos serviços efetivamente realizados, serão realizadas entre os dias primeiro e último de cada mês, com exceção da primeira e última que poderão ser fracionadas pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, devendo constar da folha de medição o período efetivo da realização dos serviços;

6.2.1. Os serviços efetivamente executados e medidos serão pagos dentro do prazo de 10 (dez) dias, contados da data final do período de aferição.

6.3. As medições serão elaboradas pelo fiscal do contrato com base nos quantitativos e preços unitários constantes da proposta da CONTRATADA;

6.4. A parcela fonte do serviço considerado incompleto, defeituosa ou fora das especificações do projeto, assim como das normas técnicas, não será objeto de medição;

6.5. Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da CONTRATADA incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para execução do objeto contratado, constituindo-se na única remuneração devida;

6.6. O Município de Itapoá reterá 11% sobre o valor da nota fiscal referente aos serviços para fins de quitação das obrigações junto ao INSS, de acordo com o que estabelece a Lei Federal nº 9.711/98, que determina que o tomador de obras deverá fazer o recolhimento junto ao INSS dos seus contratados. As guias quitadas junto ao INSS serão entregues a contratada mensalmente.

6.6.1. O Município de Itapoá reterá o correspondente ao ISS diretamente sobre o valor do contrato correspondente aos serviços executados, de acordo com o que estabelece a Lei Municipal complementar nº 007/2003169/04, e prejudicado nº 1.815 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

6.7. A CONTRATADA deverá encaminhar à Secretaria de Obras e Serviços Públicos o pedido de liberação da parcela. O pagamento ocorrerá após parecer favorável.

§ 1º: Para efeito de pagamento deverão ser encaminhados, também, os comprovantes dos recolhimentos do FGTS do pessoal da obra.

§ 2º: A CONTRATADA, deverá apresentar, juntamente com a(s) Nota(s) Fiscal(ais) ainda:

I- Certidão Quanto a Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Federal.

II- Certidão Quitação de Tributos e Contribuições Federais, expedida por órgão da Secretaria da Receita Federal.

III- Certidão Negativa de Débito Estadual de sua sede (matriz ou filial).

IV- Certidão Negativa de Débito Municipal de sua sede (matriz ou filial).

V- Certificado de Regularidade de Situação - CRF do FGTS.

VI- Certidão Negativa de Débitos do INSS.

§ 3º: As certidões para comprovação de regularidade só serão aceitas com prazo de validade determinado no documento ou com data de emissão não superior a cento e oitenta (180) dias.

§ 4º: A não apresentação da documentação constante do parágrafo anterior resultará no sobrestamento do processo até que se regularize a situação.

6.8. Em caso de atraso dos pagamentos por culpa exclusiva da Administração, será aplicado como índice de atualização monetária o INPC Índice Nacional de Preços do Consumidor.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO REAJUSTE

7.1. Os preços serão fixos e irrealizáveis, pelo período de 3 (três) meses, sendo vedado qualquer tipo de reajuste com periodicidade inferior a tal período, de acordo com a Lei nº 10.192/2001.

7.1.1. Os preços ofertados não poderão ser reajustados durante o período de 12 (doze) meses, a partir data base das propostas, após este período, será concedido reajuste tendo como índice oficial o IGPM-FGV, ou qualquer outro que venha a substituí-lo.

7.2. Os preços dos serviços a executar e que não estiverem em atraso no cronograma físico, serão reajustados anualmente, a contar do primeiro dia do mês subsequente ao da contratação, pela variação ocorrida desde a entrega dos envelopes.

7.2.2. As etapas que estiverem em atraso por culpa do contratado no momento do reajuste, não sofrerão alteração dos preços.

CLÁUSULA OITAVA: DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

8.1. O restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, revisão, repactuação ou realinhamento contratual será regido conforme art. 65, inciso II alínea "d" da Lei Federal nº 8.666/93, e poderão ser alterados com as devidas justificativas, para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção inicial do contrato, mantidas as condições efetivas da proposta, teor do inciso XXI, do art.37, da Constituição Federal. A Administração poderá ampliar a remuneração devida ao contratado proporcionalmente a majoração dos encargos, se verificada e devidamente comprovada, e restaurar a situação originária, de modo que a CONTRATADA não arque com encargos mais onerosos e perceba a remuneração contratual originária mente prevista.

8.1.1. Para este restabelecimento de equilíbrio econômico financeiro deverá ocorrer fato imprevisível quanto à sua ocorrência ou quanto as suas consequências; fato estranho as vontades das partes; fato inevitável; fato de causa de desequilíbrio muito grande no contrato - instabilidade econômica governamental.

8.2. O restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, revisão, repactuação ou realinhamento contratual, poderá se dar a qualquer tempo desde que comprovado os pressupostos para sua efetivação.

CLÁUSULA NONA : DOS RECURSOS PARA ATENDER ÀS DESPESAS

9.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão pela dotação orçamentárias contas:

(10) órgão - Secretaria de turismo, Meio Ambiente e Cultural, Unidade nº 04 - Departamento de águas, ficha nº 136 - projeto/atividade nº 2.122 - manutenção do Departamento de águas - elemento nº 3.3.90 - sub -elemento nº 39.99 - outros serviços terceiros pessoas jurídicas, vínculo nº 10027.

11) Secretaria de Obras e Serviços Públicos - Unidade 02 - Departamento de Serviços Públicos, Ficha: 161, no projeto/atividade: 2.053 - Transporte e destinação final do lixo, no elemento 3.3.90, sub- elemento 39.99 - outros serviços terceiros pessoas jurídicas, vínculo nº 10000.

11) Secretaria de Obras e Serviços Públicos - Unidade 02 - Departamento de Serviços Públicos, Ficha: 164, no projeto/atividade: 2.053 - Transporte e destinação final do lixo, no elemento 3.3.90, sub- elemento 39.99 - outros serviços terceiros pessoas jurídicas, vínculo nº 10000.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES

ESPECÍFICAS DA CONTRATADA

A CONTRATADA se obriga ainda a:

10.1. Conduzir os serviços em estrita observância às normas da Legislação Federal, Estadual e Municipal, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo os locais dos serviços nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

10.2. Assumir integral responsabilidade por danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes dos serviços ora contratados inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições parciais ou totais, isentando a CONTRATANTE de qualquer reclamação resultante de atos de seus prepostos ou pessoa física ou jurídica empregada ou ajustada na execução dos serviços.

10.3. Responder por quaisquer acidentes, danos ou prejuízos materiais e/ou pessoais, causados à Prefeitura, seus empregados e/ou terceiros, como consequência de imperícia, imprudência ou negligência própria ou de seus empregados.

10.4. Substituir imediatamente qualquer equipamento, por outro de características idênticas, quando o mesmo apresentar qualquer defeito técnico ou mecânico, e ficar paralisado por tempo igual ou superior a 24 (vinte e quatro) horas, e também se tal equipamento não apresentar o rendimento operacional padrão, detectado pela fiscalização.

10.5. Manter, às suas expensas, em caráter permanente, um preposto idôneo e devidamente habilitado, com poderes suficientes para representá-la em tudo o que se relacionar com os serviços contratados. A indicação do preposto deverá ser realizada formalmente e por escrito no ato da assinatura do contrato através do representante legal da empresa.

10.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste contrato ou parte dele, se forem verificados vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução ou de materiais empregados.

10.7. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da CONTRATANTE.

10.8. A arcar com a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste contrato.

10.9. Pagar os ensaios, testes e demais provas, exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto deste contrato.

10.10. Deter o ônus pela solidez e segurança do objeto deste contrato, assim como pela responsabilidade ético-profissional de sua perfeita execução, dentro dos limites estabelecidos pela lei, mesmo após o seu recebimento provisório ou definitivo.

10.11. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

10.12. A CONTRATADA deverá permitir acesso às suas dependências ou àqueles por ela utilizadas, ao fiscal da CONTRATANTE, incumbido da fiscalização, ou qualquer outro que esteja devidamente credenciado ou autorizado por ela.

10.13. Reforçar prontamente, seu efetivo de mão de obra, qualificada ou não, assim como a disponibilidade de equipamentos, sempre que solicitados pela fiscalização da Prefeitura, a fim de ser cumprida a execução dos serviços.

10.14. Participar de reuniões, quando convocadas pela Prefeitura, para discussão de assuntos referentes a execução dos serviços.

10.15. Observar, rigorosamente, o horário de funcionamento do Aterro.

10.16. Não obstante as obrigações assumidas e descritas nos itens da presente cláusula, a Contratada assume a obrigação de efetuar o recolhimento para o transporte dos resíduos objetos do presente certame, sempre observando o disposto na cláusula terceira e seus itens, em especial 3.6.2, 3.6.3, 3.6.4, 3.6.5 e 3.6.6, todos já descritos supra.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS EMPREGADOS DA CONTRATADA

11.1. A CONTRATADA obriga-se a cumprir, quanto ao pessoal empregado no objeto de que trata este Contrato, a legislação pertinente, especialmente, quanto às obrigações previdenciárias, trabalhistas, de segurança, tributária, administrativa e civil, e Convenção coletiva das categorias.

11.2. Obriga-se a contratada a afastar qualquer de seus empregados ou prepostos, quando solicitado pela CONTRATANTE mediante pedido fundamentado, em situações que provoquem riscos à segurança do pessoal próprio e/ou terceiros; e/ou ao patrimônio do Município e/ou terceiros; ou também em situações em que as determinações da fiscalização, objetivando a garantia da qualidade dos serviços, não estejam sendo obedecidas.

11.3. É de total responsabilidade da CONTRATADA, a observância das normas relativas a Segurança e Medicina do Trabalho, que deverão estar em efetivo funcionamento, durante a execução do objeto deste contrato.

11.4. As multas ou outras penalidades impostas à CONTRATADA pela Delegacia Regional do Trabalho, deverão ser pagas pela mesma.

11.5. A CONTRATANTE poderá exigir o afastamento de qualquer empregado cuja atuação e permanência no serviço prejudique a execução do objeto, ou cujo comportamento seja julgado inconveniente, devendo motivar o pedido em cada caso concreto.

11.6. Fornecer às suas expensas, todos os materiais de proteção e segurança, indispensáveis para a execução dos serviços que assim o exigirem, em quantidades compatíveis com o número de pessoas empregadas.

11.7. Fazer cumprir, pelo pessoal, as normas disciplinares e de segurança que emanarem da Prefeitura, através de recomendações ou de instruções escritas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

12.1. Os materiais necessários à execução do objeto deste contrato serão fornecidos pela CONTRATADA, de acordo com as exigências técnicas e, principalmente, qualidade, devendo obedecer as especificações técnicas do edital e as referências e fabricantes apontados na proposta da contratada.

12.2. A CONTRATADA colocará à disposição dos serviços todos os equipamentos necessários, em bom estado de conservação, em qualidade e espécie, para manter o bom andamento da mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES À CONTRATADA

13.1. Pelo atraso e inexecução total ou parcial deste contrato, a CONTRATADA sujeitar-se-á às seguintes sanções:

13.1.1. Multa

13.1.1.1. Pelo atraso injustificado no início dos serviços, inferior a 30 (trinta) dias, 1% (um por cento) sobre o valor total da proposta da contratada, além de ser o atraso entendido como recusa à execução do contrato e permitir a sua rescisão.

13.1.1.2. Pelo atraso injustificado no início dos serviços por um prazo superior a 15 (quinze) dias, 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso, sobre o valor total da proposta da contratada, até o limite de 10% (dez por cento), além de ser o atraso entendido como recusa à execução do contrato e permitir a sua rescisão.

13.1.1.3. Multa de R\$ 50,00 (cinquenta reais), por dia de atraso injustificado, por não atendimento do prazo contratual de 24 h para atendimento do transporte, contadas a partir do recebimento da notificação/solicitação.

13.1.1.4. A superação do índice de falha previsto neste edital ensejará a rescisão contratual.

13.1.2. Advertência escrita.

13.1.3. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de firmar contratos com a CONTRATANTE pelo prazo de até dois anos, aplicada pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças.

13.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a CONTRATANTE enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Secretário Municipal, a qual será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes da infração.

13.2. A multa não impede que a CONTRATANTE rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções.

13.3. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou da garantia de execução ou cobrada judicialmente.

13.4. As sanções de suspensão temporária, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas juntamente com a de multa, facultada a defesa prévia da CONTRATADA no processo de licitação, no prazo de cinco dias úteis.

13.5. Da aplicação de qualquer multa será a CONTRATADA intimada para recolhê-la aos cofres municipais no prazo de dez dias úteis.

13.6. Nenhum pagamento de medição será efetuado à CONTRATADA se esta deixar de recolher qualquer multa que lhe for imposta, dentro do prazo previsto.

13.7. A não assinatura do contrato, por parte da CONTRATADA por qualquer motivo, dentro do prazo fixado, implicará em eliminação, além da incidência de multa de 2,0% (dois por cento) do valor estimado do contrato, sem prejuízo das demais sanções previstas no art. 81, da Lei 8.666/93.

13.8. A CONTRATANTE através da Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Itapoá, convocará a licitante vencedora para assinar o Contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da convocação, sob pena de decair do

direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei 8.666/93;

13.9. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o Contrato, conforme estabelecido no subitem anterior, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades a que se refere a Lei 8.666/93;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PRERROGATIVAS DA CONTRATANTE

14. Neste contrato, são conferidas à CONTRATANTE as prerrogativas de:

14.1. Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA.

14.2. Rescindi-lo, unilateralmente, nas hipóteses da declaração de nulidade do Contrato.

14.3. Fiscalizar a sua execução, diretamente, por preposto ou através de entidade conveniada ou CONTRATADA.

14.4. Aplicar as penalidades previstas pela inexecução total ou parcial do ajustado.

14.5. Ocupar, provisoriamente, bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao seu objeto, visando acautelar a apuração administrativa de faltas contratuais, praticadas pela CONTRATADA, bem como na hipótese de rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

15. Este Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas:

15.1. Unilateralmente, pela CONTRATANTE:

15.1.1. Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação aos seus objetivos;

15.1.2. Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto.

15.2. Por acordo das partes:

15.2.1. Quando conveniente à substituição da garantia de execução;

15.2.2. Quando necessária à modificação do regime de execução do seu objeto, em face da verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originais;

15.2.3. Quando necessário à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado.

15.3. Ocorrendo supressão do objeto, e caso a CONTRATADA já houver adquirido materiais e posto no local da execução dos serviços a CONTRATANTE deverá pagá-los pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos podendo caber-lhe indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

15.4. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste para mais ou para menos, conforme o caso.

15.5. Havendo alteração unilateral deste contrato que aumente os encargos da CONTRATADA a CONTRATANTE deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

15.6. As cláusulas econômico-financeiras e monetárias deste Contrato poderão ser alteradas, mediante prévia concordância da CONTRATADA.

15.7. Na hipótese de modificação unilateral deste Contrato, as suas cláusulas econômico-financeiras deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.

15.8. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação deste Contrato, o cronograma de execução será prorrogado por igual prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS SEGUROS

16.1. A CONTRATADA é responsável pelos seguros de seu pessoal, das instalações de serviços colocadas à sua disposição e de todos os equipamentos/materiais, veículos que utilizar na execução dos serviços previstos neste contrato.

16.2. A cobertura de seguro previsto neste contrato não exclui ou diminui, em nenhum caso, as obrigações e responsabilidade da CONTRATADA, assumida em razão do contrato ou por força de Lei, ficando a CONTRATADA plenamente responsável, pois quaisquer perdas e danos não cobertos por seguro.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

17. O presente Contrato poderá ser rescindido:

17.1. De forma amigável, por acordo entre as partes, desde que haja autorização escrita e fundamentada do Secretário de Administração e Finanças e conveniência para o município.

17.2. Por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, desde que motivado, assegurado o contraditório e ampla defesa, precedido de autorização escrita e fundamentada do Secretário Municipal de Administração e com base nos seguintes motivos:

17.2.1. O não cumprimento pela CONTRATADA de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

17.2.2. O cumprimento irregular pela CONTRATADA de cláusulas contratuais, especificações, e prazos;

17.2.3. O atraso injustificado da CONTRATADA no início dos serviços;

17.2.4. A paralisação pela CONTRATADA dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;

17.2.5. O desatendimento pela CONTRATADA das determinações regulares do servidor designado para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

17.2.6. O cometimento reiterado pela CONTRATADA de faltas na sua execução, anotadas pelo servidor designado pela CONTRATANTE;

17.2.7. A decretação de falência da CONTRATADA;

17.2.8. A dissolução da CONTRATADA;

17.2.9. A alteração social, a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste contrato;

17.2.10. Razões de interesse público, invocadas pela CONTRATANTE, de alta relevância ao amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Secretário Municipal de Administração e exaradas no processo administrativo a que se refere este contrato;

17.2.11. A ocorrência, invocada pela CONTRATANTE, de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada e impeditiva da execução deste contrato.

17.3. A rescisão com fundamento no item anterior acarreta as seguintes consequências, sem prejuízos de outras, previstas na Lei Nº. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada pelas Leis nº. 8883/94 e 9648/98;

17.3.1. Assunção imediata pela CONTRATANTE do objeto deste contrato, no estado em que se encontrar, por ato próprio da CONTRATANTE e execução direta ou indireta;

17.3.2. Ocupação e utilização pela CONTRATANTE do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados, precedida de autorização do Prefeito, podendo a CONTRATANTE dar continuidades à execução direta ou indiretamente;

17.4. Por ato da CONTRATADA, desde que não tenha concorrido para a rescisão, garantido o contraditório e ampla defesa, quando a CONTRATANTE:

17.4.1. Não cumprir cláusulas deste contrato;

17.4.2. Cumprir irregularmente cláusulas contratuais;

17.4.3. Suprimir parte do objeto que acarrete modificação do valor inicial atualizado, superior a 25% (vinte e cinco por cento);

17.4.4. Suspender a execução do objeto, por ordem escrita do Secretário Municipal de Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem, guerra ou ainda, repetir suspensão que

totalizem o mesmo prazo;

17.4.5. Atrasar por mais de 90 (noventa) dias os pagamentos devidos relativos ao objeto ou às parcelas deste, já recebidos ou executados salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem ou guerra, ficando assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até ser normalizada a situação;

17.4.6. Alegar a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada e que impeça a execução deste contrato;

17.4.7. Alegar razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Secretário Municipal de Administração;

17.5. Fundamentada a rescisão em um dos itens 17.4.3. a 17.4.7 deste contrato e desde que não haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

17.5.1. Pagamento devido pelo que já estiver executado do objeto contratual até a data da rescisão;

17.5.2. Pagamento do custo da desmobilização, mediante a efetiva comprovação.

17.6. A CONTRATANTE rejeitará no todo ou em parte, o objeto ou parcela dele, cuja execução tenha sido realizada em desacordo com este contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO CONTRATO

18.1. A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que este, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

18.2. A nulidade não exonera a CONTRATANTE do dever de indenizar a CONTRATADA pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos, regularmente comprovados, contanto que não lhe sejam imputáveis, cabendo à CONTRATANTE promover a responsabilidade de quem deu causa à nulidade.

CLAUSULA DÉCIMA NONA - DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO

O recebimento, a aceitação e a fiscalização do objeto deste contrato serão realizados Secretaria de Obras e Serviços Públicos, ELOI ROBERTO E MENDES, portador do CNPF/MF nº: 437.225.559-49, matrícula nº 5197-7, e/ou pelo Secretário de Administração e Finanças, Sr. CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR, portador do CI.RG.15.128.741-7/SP e do CNPF/MF: 492.980.979-72,, ou pessoa designada pela CONTRATANTE, sendo a mesma realizada, individual ou conjuntamente, para todos os efeitos, ou técnico responsável designado pelo Município;

19.1 - A verificação e a confirmação da efetiva realização dos serviços contratados serão feitas mediante registro pelo MUNICÍPIO em boletim de inspeção de serviços, com ciência da contratada, elaborado pelo fiscal de contrato, que identificará, quando for o caso, para efeito de glosa de faturas, as irregularidades cometidas durante a execução dos serviços.

19.2 - Caso o objeto recebido não atenda as especificações estipuladas neste Contrato e no respectivo processo licitatório, ou ainda, não atenda a finalidade que dele naturalmente se espera, o órgão responsável pelo recebimento expedirá ofício à CONTRATADA (O), comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 03 (três) dias corridos, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

19.3 - Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha sido sanado o problema, o órgão solicitante dará ciência à Procuradoria Jurídica Municipal, através de Comunicação Interna - C.I., a fim de que se proceda a devida instauração procedimental, de

acordo com as normas contidas na Lei 8.666/93 e alterações, para aplicação das penalidades previstas neste edital e no presente contrato.

19.4 - A fiscalização por parte do município não exime a contratada de sua responsabilidade quanto à perfeita execução dos serviços e a observância a todos os preceitos de boa técnica.

19.5 - Toda comunicação entre a contratada e o município relacionada com os serviços deverá ser feita por escrito aos gerentes do contrato.

19.6. Cumprido o objetivo do contrato, os serviços serão recebidos definitivamente, pela área gestora do contrato, mediante termo circunstanciado (termo de recebimento) assinado pelas partes, após decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no artigo 69, combinado com o inciso i, artigo 73 da lei no 8666/93.

19.7. A Secretaria de Obras e Serviços públicos se obriga a juntar cópias do relatório de pesagem mensalmente aos autos do processo desta licitação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

20.1. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos as normas da Lei Nº 8.666, de 21.06.93, atualizada pelas Leis Nºs. 8.883 de 08.06.94 e 9.648 de 27.05.98, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: DO FORO

Para dirimir questões decorrentes deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Itapoá, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a se tornar.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente juntamente com as testemunhas nominadas.

Itapoá, 24 de maio 2011
CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
ERVINO SPERANDIO
Prefeito Municipal

CONTRANTE
ELOI ROBERTO MENDES
SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS
PÚBLICOS

CONTRATANTE
CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CONTRATADA
SERRANA ENGENHARIA LTDA
ODAIR JOSÉ MANNRICH

Testemunhas:

NOME :
CNPJ/MF:
NOME:
CNPJ/MF

Joaçaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato Alteração PP 8/2011/FAS - PL 12/2011/FAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

AVISO DE ALTERAÇÃO 1

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 12/2011/FAS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2011/FAS

O Município de Joaçaba torna pública a ALTERAÇÃO efetuada no Extrato do Edital de Pregão Presencial Nº 8/2011/FAS, cujo objeto é a "aquisição de equipamentos de processamento de dados, energéticos, áudio, vídeo, foto e aparelhos em geral a serem destinados aos serviços e projetos mantidos pela Secretaria de Ação Social, durante o exercício financeiro de 2011":

- 1) O horário de abertura fica alterado das 15 horas do dia 17/06/2011, para às 15 horas do dia 20/06/2011;
- 2) O horário para o credenciamento e entrega dos envelopes, fica alterado de até as 15 horas do dia 17/06/2011, para até as 15 horas do dia 20/06/2011.

As demais disposições do edital permanecem inalteradas.

O Edital na íntegra encontra-se disponível junto à Secretaria de Gestão Administrativa do Município, Setor de Licitações, à Avenida XV de Novembro, 378 - Telefones 0xx49 3527-8828 e 3527-8805, em dias úteis de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas, ou pelo site www.joacaba.sc.gov.br a partir da data de publicação deste aviso.

Joaçaba (SC), 09 de junho de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato Homologação PL 21 PP 19/2011 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 21/2011/FMS

O Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

- 1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 21/2011/FMS, nos seguintes termos:

- Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL NR. 19/2011/FMS

Objeto: a aquisição, de forma parcelada, de fraldas descartáveis, infantis e geriátricas, destinadas aos pacientes carentes atendidos pela Assistência Social da Secretaria Municipal de Saúde, até o mês de dezembro 2011.

- Empresas Vencedoras:

GENETICORP DO BRASIL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Valor R\$ 7.577,60

COMAPE MAQUINAS PARA ESCRITORIO LTDA

Valor R\$ 294,40

- 2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 08 de junho de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato Homologação PL 22 PP 17/2011 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 22/2011/FMS

O Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 17/2011/FMS, nos seguintes termos:

- Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL NR. 17/2011/FMS

Objeto: a aquisição de equipamentos de informática, eletro-eletrônicos e eletrodomésticos destinados à manutenção das atividades da secretaria municipal de saúde e dos programas e serviços mantidos pelo Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba.

- Empresas Vencedoras:

ADAGIL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Valor: R\$ 7.835,00

BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA

Valor R\$ 1.080,00

COMAPE MAQUINAS PARA ESCRITORIO LTDA

Valor R\$ 10.418,00

LEONARDO FELIPE PADOVA

Valor R\$ 15.060,00

ROBERTO TESSARO & CIA LTDA

Valor R\$ 19.530,00

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 07 de junho de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato Homologação TP 3/2011/PMJ - PL 43/2011/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 43/2011/PMJ

O Prefeito de Joaçaba, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 43/2011/PMJ,

- Modalidade: TP 3/2011/PMJ.

Objeto: objeto a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais necessários para a pavimentação dos passeios públicos em blocos de concreto na Avenida XV de Novembro, centro do Município de Joaçaba.

- Empresa Vencedora:

CONSTRUCÓRDIA CONSTRUÇÕES LTDA.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 257.464,08 (duzentos e cinquenta e sete reais, quatrocentos e sessenta e quatro reais e oito centavos), sendo:

R\$ 187.599,23 (cento e oitenta e sete reais, quinhentos e noventa e nove reais e vinte e três centavos), correspondente ao material e R\$ 69.864,85 (sessenta e nove mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos), correspondente aos serviços.

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 08 de junho de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato Contrato 215/2011 FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 215/2011/FMS

PL 21/2011 FMS - PP 19/2011 FMS.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADA: COMAPE MAQUINAS PARA ESCRITORIO LTDA

OBJETO: o fornecimento, pela CONTRATADA, de fraldas

descartáveis, infantis e geriátricas, destinadas aos pacientes carentes atendidos pela Assistência Social da Secretaria Municipal de Saúde, até o mês de dezembro 2011.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 294,40

VIGÊNCIA DO CONTRATO: Até 31/12/2011.

DATA DE ASSINATURA: 08/06/2011.

Extrato Contrato 216/2011 FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 216/2011/FMS

PL 21/2011 FMS - PP 19/2011 FMS.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADA: GENETICORP DO BRASIL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

OBJETO: o fornecimento, pela CONTRATADA, de fraldas descartáveis, infantis e geriátricas, destinadas aos pacientes carentes atendidos pela Assistência Social da Secretaria Municipal de Saúde, até o mês de dezembro 2011.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 7.577,60

VIGÊNCIA DO CONTRATO: Até 31/12/2011.

DATA DE ASSINATURA: 08/06/2011.

Extrato Contrato 825/2011/PMJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 825/2011/PMJ

PROVENIENTE DO PL 43/2011/PMJ - TP 03/2011/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: CONSTRUCÓRDIA CONSTRUÇÕES LTDA

OBJETO: Execução, pela CONTRATADA, dos serviços com o fornecimento dos materiais necessários para a pavimentação dos passeios públicos em blocos de concreto na Avenida XV de Novembro, centro do Município de Joaçaba.

VALOR TOTAL CONTRATADO:

R\$ 257.464,08 (duzentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e oito centavos), sendo:

R\$ 187.599,23 (cento e oitenta e sete mil, quinhentos e noventa e nove reais e vinte e três centavos), correspondente ao material e meio mecânico e

R\$ 69.864,85 (sessenta e nove mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos), correspondente aos serviços.

DATA DE ASSINATURA: 08/06/2011.

VIGÊNCIA: 120 dias, contados do recebimento pela contratada da Ordem de Serviço Inicial.

SIMAE

Portaria JHL 64/11

PORTARIA SIMAE. JHL Nº - 64/2011 DE 13/06/2011

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba e Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - CONSTITUIR de acordo com os Arts. 22º à 32 da Lei Complementar 193/2010 de 06/09/10, Comissão de Avaliação de Desempenho Setorial, para proceder Avaliação de Desempenho do Servidor Francielli Wendland Guaragni Fiorin, em estágio probatório com a seguinte composição, sendo presidida pelo primeiro: Giane Maria Marquette Lecher

Andréia Tussi

Valdirene Aparecida Dorini

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de

Julho de 2010.

Joaçaba-SC, 13 de junho de 2011.
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente

Homologação Pregão 17/2011 - SIMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 17/2011 - PR
	Processo Administrativo: 25/2011 Processo de Licitação: 25/2011 Data do Processo: 12/05/2011

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 25/2011
- b) Licitação Nr.: 17/2011-PR
- c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
- d) Data Homologação: 09/06/2011
- e) Data da Adjudicação: 09/06/2011 Sequência: 0
- f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE COPA/COZINHA PARA REPOSIÇÃO DE ESTOQUE DO SIMAE NO EXERCÍCIO DE 2011.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	(em Reais R\$)		
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 007957 - AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	2	0,0000	241,25
- 006964 - COPAPEL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PAPEL	5	0,0000	6.779,91
- 006384 - ROBERTO TESSARO & CIA LTDA.	14	0,0000	3.201,13
	21		10.222,29

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.060.3.3.90.00.00.00.00 (5) Saldo: 265.200,36

Joaçaba, 9 de Junho de 2011.

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

Lindóia do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato Pregão Presencial Móveis Sob Medida

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2011

Adierson Carlos Bussolaro - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520/02, para aquisição de moveis sob medida, no dia 29 de junho de 2011, as 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no Setor de Licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 09 de junho de 2011.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato Homologação Pregão fms.022.2011 - Medicamentos

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão nº 022/2011

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, ORLANDO FÁVERO, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 0045/2011, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão para Registro de Preço
- Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, DE FORMA PARCELA-DA, DESTINADOS À MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA, DOS PROGRAMAS E DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
- Empresa(s) Vencedora(s):
 - . CENTERMEDI- COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA
 - . LA DALLA PORTA JUNIOR
- Valor Estimado: R\$ 10.525,00

Luzerna (SC), 10 de junho de 2011.

ORLANDO FÁVERO

Gestor do FMS

Extrato de Contrato Nº pml.023.11

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.023.11

MODALIDADE: Tomada de Preços nº 0003/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADA: Carta Convite para Obras e Serviços de Engenharia nº 0005/2011

OBJETO: Fornecimento de material e mão-de-obra para a execução

de 5.911,31m2 de recuperação asfáltica e 273,15m2 de sinalização vertical e horizontal nas Ruas Limeira e Primavera, conforme Projeto, Memorial Descritivo, Orçamento máximo e cronograma em anexo.

VALOR: R\$ 105.489,76 (cento e cinco mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e setenta e seis centavos)

VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias, contados da data de emissão da Ordem de Serviço inicial

DOTAÇÃO:

Conta: 06.0601.04.122.0007.1007.44900000

Reduzido : 161

Órgão : SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Unidade Orçament.: DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Proj/Atividade CONSTRUÇÃO RAMPAS E CONCLUSÃO PISO INFERIOR DO CENTRO ADMINISTRATIVO

Mod. Aplicação : APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte : 00 - Recursos Ordinários

Destinação : 000000 - Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

Luzerna(SC), 09 de junho de 2011.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Contratante

SIMAR JOSÉ ROSA

ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA

Contratada

Massaranduba

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº. 2200 de 07 de Junho de 2011

DECRETO Nº. 2200 DE 07 DE JUNHO DE 2011

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1256 de 07 de Dezembro de 2010, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602 - GERENCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

0602.010.302.0100.2037 - Manutenção do Hospital de Massaranduba

0602 - 33900000 - Aplicações Diretas

0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos- Saúde R\$ 50.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) do programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602 - GERENCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

0602.010.302.0100.2037 - Manutenção do Hospital de Massaranduba

0602 - 44900000 - Aplicações Diretas

0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos- Saúde R\$ 50.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 07 de Junho de 2011
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI
Secretário de Adm. e Finanças

Meleiro

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria n.º 197 /2011

PORTARIA n.º 197 /2011
TRATA DA EXONERAÇÃO DE MÉDICO-PSF.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações e Leis Complementares nº 014/2005 e nº 027/2009, art 3º §1º inciso II e nº 032/2010, RESOLVE:

EXONERAR

Art. 1.º A pedido, o Senhor ALBERTO ROBERGE JÚNIOR, ocupante do cargo de Médico do Programa de Saúde da Família - PSF, exercendo suas atividades vinculadas à Secretaria de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 06/06/2011.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria 118/2011.

Meleiro, 09 de Junho de 2011.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Portaria Nº 198/2011

PORTARIA nº 198/2011
TRATA DA NOMEAÇÃO DE AGENTE ADMINISTRATIVO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000 e Lei municipal n.º 014/2005, de 27 de outubro de 2005, RESOLVE:

NOMEAR

Art. 1.º A Senhora DAIANI MACARINI, para ocupar o cargo de Agente Administrativo, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, aprovada em Concurso Público - Edital nº 001/2010, homologado em 29 de julho de 2010.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 10 de Junho de 2011.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Nova Trento

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 427-A

Portaria nº 427/2011 "A"
Nomeia o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Antenor Cirilo Cattani, Prefeito Municipal em Exercício, usando das atribuições que lhe confere o Art. 94, item VIII da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com a Lei nº 1.284, de 01/10/1993, alterada pelas Leis nº 1.574, de 07/09/1997 e nº 2.323, de 03/06/2009, RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os membros abaixo relacionados para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme identificação a seguir:

I - Representantes de Órgãos Governamentais:

1. Representantes da área da Educação:

Titular: Rosita Sônia Valle Tridapalli
Suplente: Nadia Eliz Bittencourt

Titular: Rosilene Mello Kaipper
Suplente: Tamires Leite

2. Representante da área da Saúde:

Titular: Vilson Dalbosco
Suplente: Godofredo Luiz Tonini

3. Representantes da área da Assistência Social:

Titular: Juliana Mara Dalagasperina
Suplente: Adauto Raulino

4. Representantes da área de Finanças:

Titular: Jonas Luiz Vinotti
Suplente: Moisés Ciprian i

5. Representantes da área da Segurança Pública:

Titular: Giovani Tridapalli
Suplente: Teresinha Ana Cristofolini

II - Representantes de Órgãos não Governamentais:

1. Representantes da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE:

Titular: Moacir Eliseu Battisti Archer
Suplente: Rosimar Darós

2. Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Trento:

Titular: Moisés Till
Suplente: Juliana Vargas

3. Representantes de APPs das Escolas da Rede Municipal/Estadual de Ensino:
(Escola de Ensino Fundamental Professor Francisco João Valle)
Titular: Miria Maria Costa Tonini
Suplente: Rosimeri Tavares de Oliveira

4. Representantes do Clero (Ação Social Neotrentina):
Titular: Eunice Cadorin Bittencourt
Suplente: Enelita A. Tomazoni de Medeiros

5. Representantes da Câmara de Dirigentes Logistas:
Titular: José Piffer
Suplente: Stefania Gandin Santos

6. Representantes da Câmara de Vereadores:
Titular: Josemar Guilherme Franzói
Suplente: Elza Sebastiana Casagrande

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 06 de junho de 2.011.
ANTENOR CIRILO CATTANI
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Portaria, no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art. 1º, Parágrafo Único do Decreto nº039/2009.

MOISÉS CIPRIANI
Secretário M. Administração e Finanças.

Edital 153 Nº595/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 153 595/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
LXJ9507	55929375C	MARILDA GODINHO	5568/0	181 * XIX
MIF6836	55929420C	ANGELINA BERLANDA DAICAMPI	5010/0	162 * I
MIF6836	55929421C	ANGELINA BERLANDA DAICAMPI	5118/0	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 7 DE JUNHO DE 2011

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI

DELEGADO DE POLICIA

Edital 153 Nº596/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 153 596/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
MJG6870	55929359C	JADER LUIZ AMORIM	5568/0	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 7 DE JUNHO DE 2011

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI

DELEGADO DE POLICIA

Edital 153 Nº597/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 153 597/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ACV4956	55928981C	SIDNEI MANTUANELLI	5568/0	181 * XIX
LXE3622	55929276C	JOSE CARLOS BONECHER	5568/0	181 * XIX
LXF4325	55679411B	LUCINEI SCHMITT	5185/1	167
LXF4325	55679411B	LUCINEI SCHMITT	5185/2	167
LYW9532	55928917C	JOSE GERALDO MARIA	5568/0	181 * XIX
MAR9034	55929434C	FERNANDO SCHMITT	5118/0	164 c/c 162 * I
MAR9034	55929438C	FERNANDO SCHMITT	5010/0	162 * I
MAR9034	55929439C	FERNANDO SCHMITT	6599/2	230 * V
MAR9034	55929440C	FERNANDO SCHMITT	5169/1	165
MBG8223	55928926C	CELIO COELHO	5568/0	181 * XIX
MBH4245	55929374C	VALDERI LEMOS FERREIRA	5010/0	162 * I
MBX0348	55928982C	JAQUELINE EMANUELE NUNES PACHECO	5568/0	181 * XIX
MFC4853	55928908C	GASPAR ECCHER	5568/0	181 * XIX
MHQ0665	55233843C	APARECIDA LUCINDA DE FREITAS RAIBIDA	5010/0	162 * I
MHQ0665	55233844C	APARECIDA LUCINDA DE FREITAS RAIBIDA	5061/0	163 c/c 162 * I
MHS7757	55929286C	LUIZ MARTINS TSUZUKI	5185/1	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 7 DE JUNHO DE 2011

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI

DELEGADO DE POLÍCIA

Edital 153 Nº598/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 153 598/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
CBP9479	55928883C	MAURICIO BENTO	5568/0	181 * XIX
LXR5576	55929502C	MAICON DE SOUZA	5568/0	181 * XIX
MAD8358	55928860C	SOLANGE TERESINHA LISBOA DA SILVA	5568/0	181 * XIX
MCC1831	55928967C	ADAIR FERREIRA DA SILVA	5010/0	162 * I
MCC1831	55928968C	ADAIR FERREIRA DA SILVA	5118/0	164 c/c 162 * I
MCC1831	55929002C	ADAIR FERREIRA DA SILVA	7030/1	244 * I
MFQ4253	55929044C	FERNANDO MACHADO	5568/0	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 7 DE JUNHO DE 2011

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI

DELEGADO DE POLICIA

Edital 153 Nº599/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página :

1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N. 153 599/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Nome do Proprietário/Condutor	Cod.Infr./Desd.	Enquadramento
ABT6151	55929395C	ALTINO QUEVEDO	6599/2	230 * V
HSA1123	55929388C	EDSON DATTEIN	5568/0	181 * XIX
LYA7517	55929380C	FABIO HOEPERS	5568/0	181 * XIX
MDM0372	55929217C	VIVIANE VENTURA MARQUES	5568/0	181 * XIX
MDN5781	55929302C	JAIRZINHO MARCELO PEDROTTI	5568/0	181 * XIX
MG16815	55929212C	ELVIMAR TEIXEIRA	5568/0	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 7 DE JUNHO DE 2011

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI

DELEGADO DE POLÍCIA

Novo Horizonte

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto 1875/2011

DECRETO Nº 1.875, de 08 de Junho de 2011.

Abre crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício anterior e dá outras providências.

SANTOS ZILLI, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos arts. 41- I, 42 e 43 - I, da Lei Federal 4.320, e amparado pela Lei 430/2010;

Considerando a ocorrência de Superávit financeiro do exercício anterior;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar por Superávit Financeiro do Exercício anterior no orçamento vigente, no valor de R\$ 4.160,00 (quatro mil cento e sessenta reais), relativos a recursos ordinários, assim consignados:

60.00 - SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

60.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Atividade 2.031 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.
Elemento de Despesa 3.3.50.03.0000.000000 Aplicações Diretas
R\$ 4.160,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 4.160,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC em 08 de Junho de 2011.

SANTOS ZILLI

Prefeito Municipal.

Contrato Temporário 022/2011

EXTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO 022/2011.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

CONTRATADO: FRANCIELI MARIA VARELA

Cargo: Professora língua estrangeira (inglês): Inciso I, do art. 2º c/c § 2º do art. 3º da Lei Municipal nº 410/2009. Vigência: 10/06/2011 à 30/06/2011.

Novo Horizonte-SC, 10/06/2011,

SANTOS ZILLI

Prefeito Municipal.

Paial

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei 472/2011 - de 20 de Abril de 2011.

AUTORIZA O REPASSE MENSAL AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SEARA, PARA CUSTEIO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA - SAMU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALDAR ANTONIO RIGO, Prefeito do Município de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, especialmente nos termos do inciso XXIX, do art. 69, da Lei Orgânica do Município:

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a repassar mensalmente o valor de até R\$ 0,16 (dezesseis centavos) per capita por habitante do município de Paial para o Fundo Municipal de Saúde de Seara-SC, baseando-se na planilha de custos referentes a implantação do Serviço Médico de Urgência- SAMU para o atendimento por ambulâncias de suporte básico aos usuários do Sistema Único de Saúde neste município.

Parágrafo Único: caso os recursos repassados forem insuficientes para manutenção das atividades, o município complementará o repasse mediante planilha de custos elaborada pelo Fundo Municipal de Saúde de Seara-FMS submetida a aprovação do Colegiado de Secretários Municipais de Saúde da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Seara- SDR/SEARA, ou por quem essa vem substituir.

Art. 2º. As despesas para a execução da presente lei correrão por conta do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde do município.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paial-SC, 25 de abril de 2011.

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 145/11, de 24 de maio 2011

Aldair Antonio Rigo, Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 69, VII e IX da Lei Orgânica do Município e artigo 19 da Lei Complementar 22/2010;§ 3º II;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor Arnildo Hilson Vaiss , matrícula 14, ocupante do cargo de Professor II, ,CPF nº 923.750.659-72 RG nº 2.138.053 Progressão por nova Habilitação tendo em vista a conclusão do curso de Pós Graduação em EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, com carga horária de 360 horas.

Art. 2º- O servidor passará ao cargo de Professor III, com Pós Graduação e se enquadrará na Classe 5-Nível 321-A, anexo III da Lei Complementar 22/2010 do Plano de Carreira e Cargos do Magistério Público Municipal.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paial , 24 de maio de 2011.

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

ANTONIO SOSTER

Sec. Mun. de Administração e Finanças.

Portaria Nº 146/11, de 31 de maio 2011.

DEMITE SERVIDOR DO CARGO DE EM COMISSÃO DE ASSESSOR ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

ALDAIR ANTONIO RIGO, Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art ,69, V, da Lei Orgânica do Município ;

RESOLVE:

Art. 1º. Demitir Angelica Fátima Petry, matrícula 561, brasileira, solteira, residente Rua Santa Catarina-Paial, CPF nº 064.161.309-12 RG nº 4.450.112, do cargo em Comissão de Assessor Administrativo, nomeada pela portaria 144/2010 de 04 de outubro de 2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Paial, 31 de maio 2011.

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

ANTONIO SOSTER

Sec. de Admin. e Finanças

Pinheiro Preto

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 1513

LEI Nº 1.513, DE 10 DE JUNHO DE 2011.

PROMOVE DESAFETAÇÃO DE BEM MÓVEL QUE ESPECIFICA, AUTORIZA A VENDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica desafetado da finalidade originária de bem de uso especial, o seguinte bem móvel de propriedade do Município:

Um veículo imp/Ford microônibus, cor azul, combustível a gasolina, placa CBL 1839, renavan nº 437286100, ano fabricação/mo- delo 1995.

Art. 2º Fica o Município de Pinheiro Preto autorizado, através do Chefe do Poder Executivo, a efetuar a venda, na forma legal, do bem móvel inservível descrito no artigo 1º, pelo preço mínimo de R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais), fixado por comissão de avaliação, Processo Administrativo nº 036/2011:

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 10 de junho de 2011

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Lei Nº 1514

LEI Nº 1.514, DE 10 DE JUNHO DE 2011.

NOMINA RUA QUE ESPECIFICA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica nominada Rua "Boa Esperança" o trecho da Estrada Pinheiro Preto a Iomerê, localizada no Bairro Britador, num total de 181,15 m de extensão, totalizando 2.173,809 m², conforme planta anexa, datada de maio/2011

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Porto União

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 593/2011

DECRETO Nº 593, de 09 de junho de 2011.

Altera o Art. 1º do Estatuto da Fundação Municipal de Cultura de Porto União - SC.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, e inciso III do artigo 174, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que o caráter público da Fundação de Cultura;

CONSIDERANDO que o próprio Estatuto designa a Fundação de Cultura como ente público,

CONSIDERANDO a necessidade de reenquadramento fiscal,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a natureza jurídica da Fundação de Cultura de Porto União - SC, que passa a ter a seguinte designação fiscal:

115-5 Fundação Municipal

Art. 2º Fica alterado o Artigo 1º do referido estatuto, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º A fundação Municipal de Cultura de Porto União, criada pela Lei Municipal nº 1.600, de 23 de novembro de 1989, é uma entidade com personalidade jurídica de direito público, designada como Fundação Municipal (115-5), sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Porto União, e se regerá pelo presente estatuto."

Porto União (SC), 09 de junho de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Rio do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria 1608/2010 PORTARIA Nº 1608/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º - Promover a Remoção da servidora municipal VANESSA BAGATTOLI, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, de acordo com o Art. 14º da Lei Complementar n.º 109/2003, a qual altera, suprime e cria novos dispositivos na Lei Complementar n.º 075/2001, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Rio do Sul, alterando sua lotação de 40 horas semanais no Centro Educacional Guilherme Butzke, para 40 horas semanais no Centro de Educação Infantil Francisco Fleisner.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir de 01/01/2011.

30 de dezembro de 2010
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
RIs

Portaria 1623/2010 PORTARIA Nº 1623/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º - Promover a Remoção da servidora municipal MARGARETH DUBIÉLA, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, de acordo com o Art. 14º da Lei Complementar n.º 109/2003, a qual altera, suprime e cria novos dispositivos na Lei Complementar n.º 075/2001, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Rio do Sul, alterando sua lotação de 20 horas semanais no Centro Educacional Ricardo Marchi e 20 horas semanais no Centro Educacional Daniel Maschio, para 20 horas semanais no Centro Educacional Aníbal de Barba e 20 horas no Centro Educacional Daniel Maschio.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir de 01/01/2011.

30 de dezembro de 2010
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
RIs

Portaria 1642/2010 PORTARIA Nº 1642/RH

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, em exercício, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Redistribuir, a partir de 03 de janeiro de 2011, em conformidade com o Art. 42 da Lei Complementar nº 207 de 28 de setembro de 2010, e alterações posteriores, o servidor Roberto Mafli, 30 horas semanais - Educação Física no CE Daniel Maschio e 10 horas semanais - Educação Física, no CE Ribeirão Cobras Norte, em virtude da desativação da piscina do CEI Favinho de Mel II.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor a partir de 03/01/2011

Rio do Sul, 30 de dezembro de 2010
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal
RIs

Portaria Nº 0465/2010 PORTARIA Nº 0465/RH

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, em exercício, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Redistribuir, a partir de 06 de Agosto de 2010, em conformidade com o Art. 42 da Lei Complementar nº 207 de 28 de setembro de 2010 e alterações posteriores, os servidores lotados no Centro Educacional Padre Ângelo Moser, em virtude da desativação dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, conforme abaixo:

- I - Alaíde Fernandes, 20 horas semanais, Anos Iniciais, no CE Aníbal de Barba;
- II - Ana Claudia Demarch Franceschi, 40 horas semanais, Anos Iniciais, no CE Aníbal de Barba;
- III - Diorgenes Roberto Xavier de Liz, 20 horas semanais, Educação Física no CE Aníbal de Barba;
- IV - Luciano Dias, 10 horas semanais, Inglês, no CE Aníbal de Barba;
- V - Mariza Coelho de Souza, 40 horas semanais, Anos Iniciais, no CE Aníbal de Barba.

Rio do Sul, 06 de agosto de 2010
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal
RIs

Portaria Nº 1604/2010 PORTARIA Nº 1604/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º - Promover a Remoção da servidora municipal MARIA APARECIDA LINO DAY, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, de acordo com o Art. 14º da Lei Complementar n.º 109/2003, a qual altera, suprime e cria novos dispositivos na Lei Complementar n.º 075/2001, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Rio do

Sul, alterando sua lotação de 40 horas semanais no Centro de Educação Infantil Pinguinho de Gente, para 40 horas semanais no Centro Educacional Aníbal de Barba.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir de 01/01/2011.

30 de dezembro de 2010
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
RIs

Portaria Nº 1605/2010

PORTARIA Nº 1605/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º - Promover a Remoção da servidora municipal CIMA-RA BENTA DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, de acordo com o Art. 14º da Lei Complementar n.º 109/2003, a qual altera, suprime e cria novos dispositivos na Lei Complementar n.º 075/2001, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Rio do Sul, alterando sua lotação de 40 horas semanais no Centro Educacional Déa Bornhausen, para 40 horas semanais no Centro Educacional Aníbal de Barba.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir de 01/01/2011.

30 de dezembro de 2010
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
RIs

Portaria Nº 1606/2010

PORTARIA Nº 1606/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º - Promover a Remoção da servidora municipal MARIA LUCIANA DA SILVA CAMARGO, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, de acordo com o Art. 14º da Lei Complementar n.º 109/2003, a qual altera, suprime e cria novos dispositivos na Lei Complementar n.º 075/2001, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Rio do Sul, alterando sua lotação de 40 horas semanais no Centro de Educação Infantil Cinderela, para 40 horas semanais no Centro de Educação Infantil Cinderela.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir de 01/01/2011.

30 de dezembro de 2010
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
RIs

Portaria Nº 1607/2010

PORTARIA Nº 1607/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da

Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º - Promover a Remoção da servidora municipal MARLISE DE SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, de acordo com o Art. 14º da Lei Complementar n.º 109/2003, a qual altera, suprime e cria novos dispositivos na Lei Complementar n.º 075/2001, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Rio do Sul, alterando sua lotação de 40 horas semanais no Centro de Educação Infantil Pref. Danilo Lourival Schmidt, para 40 horas semanais no Centro de Educação Infantil Titio Karan.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir de 01/01/2011.

30 de dezembro de 2010
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
RIs

Portaria Nº 1609/2010

PORTARIA Nº 1609/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º - Promover a Remoção da servidora municipal BEATRIZ SELHORST PEREIRA DA COSTA, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, de acordo com o Art. 14º da Lei Complementar n.º 109/2003, a qual altera, suprime e cria novos dispositivos na Lei Complementar n.º 075/2001, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Rio do Sul, alterando sua lotação de 40 horas semanais no Centro Educacional Padre Ângelo Moser, para 40 horas semanais no Centro de Educação Infantil Sebastião Back.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir de 01/01/2011.

30 de dezembro de 2010
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
RIs

Portaria Nº 1611/2010

PORTARIA Nº 1611/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º - Promover a Remoção da servidora municipal ANDRESSA MARTINS DOLZAN, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, de acordo com o Art. 14º da Lei Complementar n.º 109/2003, a qual altera, suprime e cria novos dispositivos na Lei Complementar n.º 075/2001, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Rio do Sul, alterando sua lotação de 40 horas semanais no Centro Educacional Guilherme Butzke, para 40 horas semanais no Centro de Educação Infantil Cobras.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir de 01/01/2011.

30 de dezembro de 2010
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
RIs

Portaria Nº 1621/2010

PORTARIA Nº 1621/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º - Promover a Remoção da servidora municipal SILENE SCHMITZ CONTEZINE, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, de acordo com o Art. 14º da Lei Complementar n.º 109/2003, a qual altera, suprime e cria novos dispositivos na Lei Complementar n.º 075/2001, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Rio do Sul, alterando sua lotação de 40 horas semanais no Centro de Educação Infantil Favo de Mel I, para 40 horas semanais no Centro Educacional Ruth Schroeder Ohf.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir de 01/01/2011.

30 de dezembro de 2010
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
RIs

Portaria Nº 1622/2010

PORTARIA Nº 1622/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º - Promover a Remoção da servidora municipal IRENE DE FÁTIMA KOWALSKI DA CRUZ, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, de acordo com o Art. 14º da Lei Complementar n.º 109/2003, a qual altera, suprime e cria novos dispositivos na Lei Complementar n.º 075/2001, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Rio do Sul, alterando sua lotação de 40 horas semanais no Centro de Educação Infantil Favo de Mel I, para 40 horas semanais no Centro de Educação Infantil Sebastião Back.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir de 01/01/2011.

30 de dezembro de 2010
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
RIs

Portaria Nº 1624/2010

PORTARIA Nº 1624/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º - Promover a Remoção da servidora municipal VÉRIA SCHREIBER SCHVETECHER, ocupante do cargo de provimento

efetivo Professor, de acordo com o Art. 14º da Lei Complementar n.º 109/2003, a qual altera, suprime e cria novos dispositivos na Lei Complementar n.º 075/2001, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Rio do Sul, alterando sua lotação de 40 horas semanais no Centro de Educação Infantil Pref. Danilo Lourival Schmidt, para 40 horas semanais no Centro de Educação Infantil Egídeo Dalmarco.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir de 01/01/2011.

30 de dezembro de 2010
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
RIs

Portaria Nº 1625/2010

PORTARIA Nº 1625/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º - Promover a Remoção da servidora municipal ANGELA MARIA SCHNEIDER, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, de acordo com o Art. 14º da Lei Complementar n.º 109/2003, a qual altera, suprime e cria novos dispositivos na Lei Complementar n.º 075/2001, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Rio do Sul, alterando sua lotação de 40 horas semanais no Centro de Educação Infantil Déa Bornhausen, para 40 horas semanais no Centro de Educação Infantil Francisco Fleisner.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir de 01/01/2011.

30 de dezembro de 2010
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
RIs

Portaria Nº 1626/2010

PORTARIA Nº 1626/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º - Promover a Remoção da servidora municipal DIRCE PREIS, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, de acordo com o Art. 14º da Lei Complementar n.º 109/2003, a qual altera, suprime e cria novos dispositivos na Lei Complementar n.º 075/2001, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Rio do Sul, alterando sua lotação de 40 horas semanais no Centro de Educação Infantil Cinderela, para 40 horas semanais no Centro de Educação Infantil Tia Bea.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir de 01/01/2011.

30 de dezembro de 2010
VANDERLEI PETRI
Secretário Municipal de Administração
RIs

Portaria Nº 1641/2010

PORTARIA Nº 1641/RH

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, em exercício, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Redistribuir, a partir de 03 de janeiro de 2011, em conformidade com o Art. 42 da Lei Complementar nº 207 de 28 de setembro de 2010, e alterações posteriores, a servidora Elisiana Knopf, para o CE Roberto Machado, 20 horas semanais, em virtude da desativação das Séries Iniciais no CE Ruth Schroeder Ohf.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor a partir de 03/01/2011

Rio do Sul, 30 de dezembro de 2010

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

RLs

Contrato Administrativo 0277/2011

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 277/2011

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) LIANE SOFIA GUCKERT portador(a) do CPF nº 021.558.119-93, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Emilio Graubner, 382, Bairro Centro, Trombudo Central - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Pedagogo, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no CEI Ilse Soldatelli, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso público, até a realização de novo concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.960,16 (mil novecentos e sessenta reais e dezesseis centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 13/06/2011 e encerrando-se em 12/09/2011, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de junho de 2011.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Secretário Municipal de Administração

LIANE SOFIA GUCKERT

Contratado (a)

Contrato Administrativo 278/2011

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 278/2011

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) GISLAINE CAPISTRANO HUNTEMANN portador(a) do CPF nº 052.623.319-20, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Pref. Wenceslau Borini, 2045, Bairro Canta Galo, Trombudo Central - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no CEI Romão Trauczynski, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso público, até a realização de novo concurso.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.604,17 (mil seiscentos e quatro reais e dezessete centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância

mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 13/06/2011 e encerrando-se em 12/09/2011, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 09 de junho de 2011.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Secretário Municipal de Administração

GISLAINE CAPISTRANO HUNTEMANN
Contratado (a)

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de Licitação 82/2011

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 27/06/2011, às 09:00 no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 082/2011, PREGÃO PRESENCIAL 57/2011 - OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESF (ESTRATÉGIA DE SAÚDE FAMILIAR) BAIRRO CRUZEIRO. Informações licitacoes@saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRENCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Aviso de Licitações 83//2011

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 28/06/2011, às 09:00 no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 083/2011, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL (REGISTRO DE PREÇOS) Nº 58/2011 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS EM VIGILÂNCIA OSTENSIVA ARMADA E DESARMADA PARA ATENDER POSTOS DE 12 E 24 HORAS INTERRUPTAS . Informações licitacoes@saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRENCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Retificação Itens e Nova Data de Abertura Processo 64/2011

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, através de seu Prefeito Municipal, Sr. Tomé Francisco Etges, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, Torna Público o seguinte:

I - Ficam RETIFICADOS os itens 4.4.3, 4.4.3.1, 4.4.3.3, 4.4.4, e DATA DA ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO nº 64/2011, CONCORRÊNCIA nº 03/2011 , para o DIA 15/07/2011 às 09:00 HORAS, que passam a vigorar a seguinte redação:

"4.4.3-Demonstração de capacidade técnico profissional, através de comprovação de que a proponente possui em seu quadro, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior (Engenheiro Eletricista) para o item 01(um) sonorização e profissional de nível superior (Engenheiro Mecânico) para o item 02(dois) climatização , o qual será obrigatoriamente o engenheiro preposto, detentor de Certidão de Acervo Técnico (CAT), expedido pelo CREA, por execução de obras ou serviços de características semelhantes às exigidas no item 4.4.2.1 deste edital, devendo, ainda, para tal, juntar os seguintes documentos para fins de comprovação:

"4.4.3.1- Cópia da Carteira de Trabalho ou outro documento legal que comprove, nos termos da legislação vigente, que o Engenheiro Eletricista (item 01) e Engenheiro Mecânico (item 02) indicado pertença ao quadro da empresa proponente;

"4.4.3.3 -Certidão de Acervo Técnico (CAT) Profissional emitido pelo CREA deste engenheiro eletricista (item 01) e engenheiro mecânico (item 02) que comprove ter o mesmo se responsabilizando por serviços semelhantes ao exigido no item 4.4.2.1.

"4.4.3.4 -Declaração de que a proponente é conhecedora dos locais onde serão executados os serviços de que trata este Edital, ficando ciente de todos os detalhes, as condições e peculiaridades, descrito no objeto; com a ressalva de que tal documento deve ser assinado pelo representante legal da proponente, juntamente com o seu responsável técnico com formação em Engenharia Eletricista(item 01) e Engenharia Mecânica(item 02). (Modelo sugestivo constante no Anexo VI). Maiores informações do e-mail licitações@saolourenco.sc.gov.br , ou através dos telefones 049 3344 8588 e 3344 8564.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Extrato da Rescisão do Termo de Responsabilidade pelo Uso de Bem Público Nº15, de 22 de Julho de 2010

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº15, DE 22 DE JULHO DE 2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste CNPJ/MF 83.021.873/0001-08 e a servidora municipal ELIANA DE CARVALHO, CPF 030.406.659-10

Objeto: O presente Termo tem por objeto a Rescisão do Termo de Responsabilidade pelo Uso de Bem Público nº 15, de 22 de julho de 2010, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A0452N6I, com registro no patrimônio do Município sob o nº 6816, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Responsabilidade pelo Uso de Bem Público nº 15, de 22 de Julho de 2010.

Data da assinatura: 25 de maio de 2011.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Eliana de Carvalho - servidora pública municipal.

Notificação de Recebimento Recursos Federais entre 06/06/2011 a 08/06/2011**ESTADO DE SANTA CATARINA**
PREFEITURA MUNICIPAL SAO LOURENCO DO OESTE

Betha Sistemas

Exercício de 2011

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Lourenço do Oeste/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Período de: 06/06/2011 até 08/06/2011

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		44.994,80
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	27.413,70
4.1.7.2.1.34.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	7.787,92
4.1.7.2.1.34.01.00.00	Transf. de Rec. Fund. Nac. As. Social	7.787,92
4.1.7.2.1.35.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	19.625,78
4.1.7.2.1.35.03.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAE	14.310,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE	5.315,78
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	17.581,10
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	17.581,10
4.1.7.2.4.01.01.00.00	FUNDEB - MAGISTÉRIO	10.548,66
4.1.7.2.4.01.02.00.00	FUNDEB - OUTRAS DESPESAS	7.032,44

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 10/06/2011

ROBERTO ZOLET
CONTADOR CRC 025778/O-9

NORIVAL JOÃO CENCI
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria n.º 232/2011

PORTARIA n.º 232/2011

NOMEIA INTERINAMENTE CHARLENE APARECIDA RAQUEL JUNKES PARA AS-SUMIR AS FUNÇÕES DE PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, no uso das atribuições conferidas pelo inciso IV do artigo 45 da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

RESOLVE:

Art. 1.º- Nomear interinamente a servidora CHARLENE APARECIDA RAQUEL JUNKES para assumir as funções de Pregoeira, referente ao Pregão nº. 06/2011 FMS, a ser realizado nos dias 16 e 17 de junho do corrente ano, em virtude que a pregoeira titular Viviane Junkes Lopes terá que se ausentar nestes dias a fim de capacitação na cidade de Joaçaba/SC.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 09 de junho de 2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Avisa da abertura do Processo Nº36/2011

AVISO DE LICITAÇÃO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº36/2011 MODALIDADE: Pregão Presencial.

OBJETO:

Aquisição de 850 (oitocentos e cinquenta), palanques para cercas de arame farpado com diâmetro de 10 x 10 serrado e tratamento altoclavado de 2 metros de comprimento, conforme especificações do Edital.

TIPO: Menor Preço DATA DE ABERTURA: 22/06/2011 às 09:30h. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, das 08:00 a 11:30 e das 13:00 às 17:00h, ou no site www.pmspa.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202.

São Pedro de Alcântara, 08/06/2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal.

Avisa da abertura do Processo Nº38/2011

AVISO DE LICITAÇÃO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº38/2011 MODALIDADE: Pregão Presencial. Registro de Preços

OBJETO: O objeto deste procedimento de licitação é a LOCAÇÃO

DE TENDAS, CAMAROTE e BANHEIROS QUÍMICOS com as características e especificações constantes do Edital.

TIPO: Menor Preço Por Item DATA DE ABERTURA: 27/06/2011 às 09:30h. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, das 08:00 a 11:30 e das 13:00 às 17:00h, ou no site www.pmspa.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202.

São Pedro de Alcântara, 10/06/2011.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal.

Schroeder

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 002267/11 de 7 de Junho de 2011

DECRETO Nº 002267/11 DE 7 DE JUNHO DE 2011

Abre Crédito Adicional Suplementar - Superávit Financeiro no Orçamento programa de 2011.

O Prefeito Municipal DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001819/10 de 9 de Novembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 10.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.03 - SETOR DE SAÚDE PÚBLICA

04.03.10.301.0017.2.051 - PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA

4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 10.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair superávit financeiro R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 07 de Junho de 2011

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

DENÍLSON WEISS

Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Registrado e Publicado na mesma data.

ROSÂNGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Decreto Nº 002268/11 de 7 de Junho de 2011

DECRETO Nº 002268/11 DE 7 DE JUNHO DE 2011

Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2011.

O Prefeito Municipal DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001819/10 de 9 de Novembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 3.500,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01.08.243.0018.2.056 - ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E ADOLESCENTE

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 3.500,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01.08.243.0018.2.056 - ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E ADOLESCENTE

3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$ 3.500,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 07 de Junho de 2011

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

DENÍLSON WEISS

Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Registrado e Publicado na mesma data.

ROSÂNGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Decreto Nº 002269/11 de 7 de Junho de 2011

DECRETO Nº 002269/11 DE 7 DE JUNHO DE 2011

Abre Crédito Adicional Suplementar - Superavit Financeiro no Orçamento programa de 2011.

O Prefeito Municipal DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001819/10 de 9 de Novembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 6.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

03.06 - SETOR DE RECURSOS HUMANOS

03.06.04.122.0003.2.003 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE RECURSOS HUMANOS

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 6.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair superávit financeiro R\$ 6.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 07 de Junho de 2011

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

DENÍLSON WEISS

Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Registrado e Publicado na mesma data.

ROSÂNGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Decreto Nº 2.270/2011, de 9 de Junho de 2011

DECRETO Nº 2.270/2011, DE 9 DE JUNHO DE 2011

PRORROGA O DECRETO Nº 2.232/2011, DE 11 DE MARÇO DE 2011, QUE DECLAROU SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, A ÁREA DO MUNICÍPIO, AFETADA POR ENXURRADA.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, conferidas pelo artigo 71 da Lei Orgânica do Município, pelo Art. 7 do Decreto Federal nº 7.257, de 4 de agosto de 2010, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

CONSIDERANDO QUE:

- a continuidade dos efeitos da enxurrada, ocorrida no dia 10 de março de 2011, atingindo parte do município, resultando em danos e prejuízos, constantes do Formulário de Avaliação de Danos e Mapa das Áreas Afetadas pelo Desastre, anexos a este Decreto.

- a recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil, que reavaliou os efeitos do desastre e recomendou a prorrogação da situação de Emergência, em acordo com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;

- concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário e da população afetada, agravado pelo despreparo da defesa civil local frente ao desastre.

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o Decreto nº 2.232/2011, de 11 de março de 2011, que decretou Situação de Emergência por desastre.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão

Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/06/2008, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Schroeder (SC), 9 de junho de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria No4.046/2011, de 3 de junho de 2011

PORTARIA No4.046/2011, de 3 de junho de 2011

REESTRUTURA O COMITÊ DE JULGAMENTO DE RECURSOS IMPETRADOS NA SECRETARIA DE SANEAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL (ÁGUAS DE SCHROEDER).

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas no Art. 71, Inciso I, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990 e de acordo com o Art. 136, do Decreto nº1.941/2009, de 05 de março de 2009,

R E S O L V E :

Art. 1º Reestrutura o Comitê de Julgamento de Recursos Impetrados na Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental (Águas de Schroeder), que será integrada pelos seguintes membros:

Titulares:

- Valvenir Döge - CPF nº017.548.739-10
- Letícia Gazola - CPF nº047.566.749-25
- Elmer Sandro Quadros - CPF nº712.448.169-49
- Lorêncio Gilmar Urnau - CPF nº978.240.540-04

Suplentes:

- Dorival Kreis - CPF nº501.379.059-04
- José Miguel Campestrini - CPF nº292.271.949-91

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 3 de junho de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

JOSÉ DA CRUZ

Secretário de Saneamento e Gestão Ambiental

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria No4.047/2011, de 8 de Junho de 2011

PORTARIA No4.047/2011, DE 8 DE JUNHO DE 2011

NOMEIA A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE BENS EM DISPONIBILIDADE.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas no Art. 71, Inciso I, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990 e de acordo com o Art. 6º, da Lei nº1.749/2009, de 25 de agosto de 2009,

R E S O L V E :

Art. 1º Nomear a Comissão de Avaliação de Bens em Disponibilidade, que será integrada pelos seguintes membros:

Membros Efetivos

- Eloir José Wendt
- Marcos Dellagiustina
- Sérgio Rosnir Voigt

Suplentes:

- Ivanio Dalton Laube
- Luciana Viergutz Vandrei

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 8 de junho de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.048/2011, de 08 de junho de 2011.

PORTARIA Nº. 4.048/2011, de 08 de junho de 2011.

REGULARIZA NOMENCLATURA DE CARGO COMISSIONADO DE ACORDO COM LEGISLAÇÃO VIGENTE.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a sanção da Lei Complementar nº 062/2008, de 02/12/2008;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a fim de regularização, o Sr. Sérgio Rosnir Voigt, para exercer o cargo comissionado de Diretor de Esporte e Lazer, percebendo o nível salarial nº. 002 - Comissionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 08 de junho de 2011.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.049/2011, de 09 de junho de 2011.

PORTARIA Nº. 4.049/2011, de 09 de junho de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão da funcionária, Sra. Rosemari Taborda Weidauer, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 09 de junho de 2011.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

INGRIT ELI ROWEDER EICHENBERGER
Secretária da Saúde e Assistência Social

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.050/2011, de 09 de junho de 2011.

PORTARIA Nº. 4.050/2011, de 09 de junho de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão da funcionária, Sra. Eneke-ly Zimmermann, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 09 de junho de 2011.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário da Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Dispensa Nº 33/2011-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA**
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDERCNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO**
Nr.: 33/2011 - DL**Processo Nr.: 88/2011**
Data: 10/06/2011

Folha: 1/2

Fornecedor: TECTRANS TECNOLOGIA E TRANSPORTES LTDA

Código: 11673

Endereço: RUA PAPA JOAO XXIII, Nº 50, 4 ANDAR

Cidade: CURITIBA - PR

CNPJ: 07.357.910/0001-75

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Contratação de empresa especializada para atualização do plano de transporte desenvolvido no ano de 2010 e análise de avaliação tarifária, fluxo de caixa e valor da outorga do novo sistema de transporte da cidade de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	contratação de empresa especializada para atualização do plano de transporte desenvolvido no ano de 2010 e análise de avaliação tarifária, fluxo de caixa e valor da outorga do novo sistema de transporte da cidade de Schroeder/SC	UN	4.776,00	4.776,00

JUSTIFICATIVA:**Artigo 24 da Lei 8.666/93:**

É dispensável a licitação.

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do incio artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

TEXTO

Se faz necessária, a atualização do Plano de Transporte desenvolvido Pela TECTRANS, (Carta Convite 07/2010 - Contrato 79/2010 - Processo 58/2010) para que o tempo não o torne obsoleto, permanecendo assim atualizado para um processo licitatório em tempo oportuno.

SCHROEDER, 10 de Junho de 2011

FELIPE VOIGT
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER****CNPJ:** 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO****Nr.: 33/2011 - DL****Processo Nr.: 88/2011****Data: 10/06/2011**

Folha: 2/2

DESPACHO FINAL:

Em vista das justificativas e fundamentações retro relatadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, aprovo a realização da despesa, independente de licitação.

SCHROEDER, 6 de Junho de 2011

Valor da Despesa: 4.776,00 (quatro mil setecentos e setenta e seis reais)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Dispensa Nº 4/2011-FAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
 C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 4/2011 - DL

Processo Nr.: 19/2011
Data: 08/06/2011

Folha: 1/2

Fornecedor: RANCHO BOM SUPERMERCADOS LTDA
Endereço: RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 5120
Cidade: SCHROEDER - SC
CNPJ: 08.597.765/0001-62

Código: 10370

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: aquisição de lanche para serem servidos aos participantes das oficinas/projetos socioeducativos oferecidas pelo CRAS - Centro de Referência de Assistência Social da Secretaria Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC,

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	300,00	Suco de fruta, embalagem de 1 litro, estilo embalagem Tetra Park, tampa abre e fecha. Composição: água, açúcar, suco concentrado de frutas, maltodextrina, enriquecido com vitaminas B1, B2, B3, B6, B12 C, ácido fólico e minerais de ferro e zinco, acidulante e cloreto de cálcio, aromatizante, edulcorante artificial, sucralose. Não contém glúten. Sabores: laranja, morango, maracujá, uva ADES	UN	3,39	1.017,00
2	100,00	Suco não fermentado, não alcoólico, em pó, colorido artificialmente, embalagem plástica com 35g, rende 1 litro. Sabores: morango, uva, abacaxi e limão. Composição: açúcar, polpa de fruta desidratada (1%), maltodextrina, ferro, vitaminas: C, niacina (vitamina B3), A, piridoxina (vitamina B6), riboflavina, B2 e ácido fólico, acidulante ácido cítrico, antioxidante, fosfato tricálcio, regulador de acidez, citrato de sódio, aromatizante aroma idêntico ao natural, edulcorantes artificiais: aspartame (23,4mg/100ml), ciclamato de sódio (14,5mg/100ml), acesulfame de potássio (2,7mg/100ml) e sacarina sódica (1,3mg/100ml), espessantes: carboximetil celulose sódica, goma esantana e goma arábica, corante inorgânico, dióxido de titânio. Contém fenilalanina, não contém. TANG	UN	0,67	67,00
3	350,00	Biscoito salgado, embalagem 156g, com 6 unidades de 26g cada pacote. Sabores: bacon, queijo, pizza, presunto, tradicional. 0% de gordura trans na porção. Composição: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal hidrogenada, açúcar, açúcar invertido, sal, fermentos químicos: fosfato monocalcico, bicarbonato de sódio e bicarbonato de amônio. Contém glúten. Informação Nutricional: Porção de 26g (3 biscoitos). CLUBE SOCIAL	UN	2,39	836,50
4	80,00	Biscoito doce, em forma de rosca, sabor chocolate, embalagem plástica com 335g. Composição: farinha de trigo, enriquecido com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, cacau, sal, corante natural, caramelo, fermentos químicos: bicarbonato de sódio e bicarbonato de amônia, estabilizante de soja. Contém glúten. Informação nutricional: porção de 30g (6 biscoitos). PARATI	UN	2,65	212,00
5	30,00	Biscoito salgado, embalagem 370g, com 2 pacotes com embalagem com dupla proteção de 185g, gordura trans 0%. Sabores: tradicional. Composição: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal hidrogenada, açúcar, açúcar invertido, sal, fermentos químicos: fosfato monocalcico, bicarbonato de sódio e bicarbonato de amônio. Informação Nutricional: 30g (7 biscoitos). PARATI	UN	3,59	107,70
6	125,00	Barra de frutas, embalagem contendo 24 unidades - formato agranel, embalagem unitária de 27g, rico em fibras, light. Sabores: banana com cobertura de chocolate branco e banana com cobertura de chocolate preto (podendo variar o sabor). Composição: banana passa, sem adição de açúcar (edulcorantes naturais, maltitol, emulsificantes, lecitina de soja, poliglicerol, polirricinoleato ou isfer de poliglicerol com ácido ricinoleico, interesterificado e aroma idêntico ao natural) gordura de palma, emulsificante, lecitina de soja. Contém glúten. SUPINO	UN	31,20	3.900,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDERCNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Nr.: 4/2011 - DL

Processo Nr.: 19/2011
Data: 08/06/2011

Folha: 2/2

JUSTIFICATIVA:**Artigo 24 da Lei 8.666/93:**

É dispensável a licitação.

V - quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida :
prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;

TEXTO

Devido a duas tentativas de abertura de licitação e ambas deserta.

SCHROEDER , 8 de Junho de 2011

FELIPE VOIGT
PREFEITO MUNICIPAL**DESPACHO FINAL:**

Em vista das justificativas e fundamentações retro relatadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, aprovo a realização da despesa, independente de licitação.

SCHROEDER , 8 de Junho de 2011

Valor da Despesa: 6.140,20 (seis mil cento e quarenta reais e vinte centavos)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Extrato do Contrato Nº. 104/2011-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato nº. 104/2011-PMS

Processo de licitação nº. 81/2011 - PMS -Modalidade Carta Convite nº. 04/2011 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: CEET CENTRO EMPRESARIAL TECNOLOGICO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.923.003/0001-83, estabelecida a Travessa Paulo Bini, nº 139, Vila Rachel, na cidade de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, CEP: 83.501-630.

Objeto: O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa especializada para capacitação dos professores da Rede Municipal de Ensino, nos segmentos da Educação Infantil e Ensino Fundamental a ser realizado nos dias 20, 21 e 22 de julho do corrente ano, totalizando 50 horas/aula, na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	UNI-DA-DE	QTDE.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
	<p>Contratação de contratação de empresa especializada para capacitação dos professores da Rede Municipal de Ensino, nos segmentos da Educação Infantil e Ensino Fundamental a ser realizado nos dias 20, 21 e 22 de julho do corrente ano, totalizando 50 horas/aula, na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura de Schroeder/SC, sendo:</p> <p>1. Tema: Crescimento e Desenvolvimento Humano: ações pedagógicas neste contexto. Ementa: Teorias do desenvolvimento e da aprendizagem. Fases do crescimento humano. Caracterização das faixas etárias da infância até a adolescência no contexto físico, psíquico, emocional, comportamental e social. Relação da prática pedagógica com as necessidades das diferentes idades. Objetivo: Relacionar as especificidades do crescimento, aprendizagem e desenvolvimento das crianças e adolescente às estratégias de ensino para adequarmos a prática docente às suas necessidades, bem como proporcionar o respeito as peculiaridades de cada momento de vida no qual eles se encontram.</p>				

Público Alvo: Diretores e professores que atuam nas turmas da Educação Infantil (3 a 5 anos) ao Ensino Fundamental (6 aos 15 anos). Aproximadamente 75 professores.
Carga horária: 20horas/aula
Dias de Capacitação: 21 e 22 de julho de 2011.

2. Tema: Atividades Lúdicas nas aulas de Recreação/ Educação- Física.
Ementa: Contextualização da importância da Educação Física no currículo escolar. A ludicidade nas aulas: oficina de recreação. O jogo e a brincadeira como instrumentos da ludicidade, através de oficinas de música, dança e artes cênicas.
Objetivo: Vivenciar estratégias que oportunizem momentos lúdicos e recreativos para as aulas de Educação Física, a fim de ressignificar práticas pedagógicas no contexto da escola.
Público Alvo: professores que atuam nas turmas da Educação Infantil (0 a 5 anos) ao Ensino Fundamental (6 aos 15 anos). Aproximadamente 20 professores.
Carga horária: 20horas/aula
Dias de Capacitação: 21 e 22 de julho de 2011.

01	3. Tema: A influência do brincar no Desenvolvimento da criança. Ementa: Vivências de atividades e brincadeiras. Relações entre as atividades práticas e o desenvolvimento da criança. O faz-de-conta e sua influência no desenvolvimento da criança. Objetivo: Reconhecer nas brincadeiras e atividades práticas como acontece a influência do brincar do desenvolvimento da criança, relacionando o fazer pedagógico às diferentes contribuições no atendimento das necessidades da criança de zero a três anos. Público Alvo: professores que atuam nos Centros de Educação Infantil (0 a 3 anos). Aproximadamente 50 professores. Carga horária: 10horas/aula Dias de Capacitação: 20 de julho de 2011.	Unidade	01	4.395,00	4.395,00
VALOR R\$ TOTAL					4.395,00

Valor do contrato: R\$ 4.395,00 (quatro mil trezentos e noventa e cinco reais).

Data da Assinatura: 09/06/2011 - Vigência: 31/12/2011

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal



Extrato do Contrato Nº. 105/2011-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato nº. 105/2011-PMS

Dispensa de Licitação nº. 32/2011-PMS - Processo nº. 86/2011-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: ENGEVALE CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.103.065/0001-01, estabelecida na Rua João Maluta Junior, nº. 1455, Sala 03, Centro, Cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000.

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de estrutura em alvenaria para estação elevatória próxima a ETA - Estação de Tratamento da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, no Município de Schroeder/SC.

Valor do contrato: R\$ 13.450,00 (treze mil quatrocentos e cinquenta reais).

Data da Assinatura: 09/06/2011 - Vigência: 31/12/2011

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Registro de Preço Nº. 106/2011-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato Registro de Preço nº. 106/2011-PMS

Processo de licitação nº. 84/2011-PMS - Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 37/2011 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: CLARIFIL RHEISS SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 80.100.266/0001-45, estabelecida na Rua Geral da Paciência de Baixo, nº 1665, Paciência, na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.301-970.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de areia para filtro de abastecimento público de água para tratamento de água na Estação de Tratamento de Água - ETA, da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante

deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNI-TÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	A areia para filtros utilizados no tratamento de água de abastecimento público deve ser constituída de material silicoso, com maior dimensão menor ou igual a 4,8mm. Com tamanhos efetivos variando entre 0,40mm e 0,55mm. E coeficiente de uniformidade variando entre 1,4 a 2,0. A areia deve ser visualmente livre de pó, barro, argila, mica e matéria orgânica. O produto pode ser fornecido ensacado ou a granel. No caso de areia ensacada, os sacos devem ser resistentes ao manuseio, ao transporte e ao armazenamento. Cada saco deve ter capacidade não superior de 50kg. As condições de fornecimento a granel devem ser tais que não comprometam as características do material e deve atender a norma EB-2097. O material deve ser entregue totalmente lavado.	300	M³	305,00	91.500,00
VALOR R\$ TOTAL					91.500,00

Valor do contrato: R\$ 91.500,00 (Noventa e um mil e quinhentos reais).

Data da Assinatura: 10/06/2011 - Vigência: 10/06/2012

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº. A10/2011 - FMS

TERMO ADITIVO Nº. A10/2011 - FMS

2º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO/CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 85/2009 - FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt; e,

CONTRATADA: FISIOCORPUS CLÍNICA DE FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.018.190/0002-43, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 4548, Centro, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000, doravante denominada simplesmente de CREDENCIADA, neste ato representada pelo Senhor Jerri Luciano Klabunde, inscrita no CPF sob o nº 682.831.569-34, portadora da Carteira de Identidade no 19-R - 1.989.680-SSP/SC.

Considerando o Termo de Credenciamento - Contrato Administrativo nº. 85/2009 - FMS, celebrado em 09 de Outubro de 2009, decorrente da Chamada Pública nº. 01/2009 - FMS, Processo nº. 19/2009 - FMS, contratação de entidades prestadoras de serviços de assistência à saúde, na área ambulatorial, para o conjunto total de procedimentos de Reabilitação Física do referido grupo, na



Tabela Unificada de Procedimentos/SUS do Ministério da Saúde para o Município de Schroeder/SC, conforme edital de Chamamento Público que faz parte integrante deste instrumento como se transcrito, conforme edital de Chamamento Público que faz parte integrante deste instrumento como se transcrito, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas.

Considerando a necessidade de se estabelecer novo prazo para continuação dos serviços, objeto do contrato celebrado com a CONTRATADA. E permissivo legal, inserto no artigo 57e ss da Lei Federal nº. 8.666/93, e no permissivo contratual, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando o pedido da Secretaria de Saúde e Assistência Social para prorrogação de 12 meses, para renovação de reabilitação física para os pacientes que precisam de atendimentos de fisioterapia que lhe é solicitado por seus médicos.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder; em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica prorrogado o Termo de Credenciamento - Contrato Administrativo n.º 85/2009-FMS, até 09 de junho de 2012.

Cláusula 2ª - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder (SC), 09 de Junho de 2011.

CONTRATADA:

FISIOCORPUS CLÍNICA DE FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO LTDA
Jerri Luciano Klabunde
CPF no 682.831.569-34

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Felipe Voigt

TESTEMUNHAS:

1ª _____

Nome: Orlando Tecilla
CPF nº. 311.753.079-34

2ª _____

Nome: Marilene Busch
CPF nº. 037.813.699-27

Edital de Concurso Público Nº 001/2011 - ESF - NASF

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2011 – ESF - NASF
DIVULGAÇÃO DAS NOTAS DA PROVA DE TÍTULOS E RESULTADO FINAL – APÓS RECURSOS

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE EMPREGOS PÚBLICOS NO ÂMBITO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA E NÚCLEO DE APOIO A SAÚDE DA FAMÍLIA - NASF

O PREFEITO MUNICIPAL DE SCHROEDER, Felipe Voigt, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Schroeder, tendo em vista a autorização legislativa para a realização de concurso público no ano corrente, consubstanciada na Lei Municipal nº. 1.751/2009 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, resolve,

TORNAR PÚBLICO.

1. A divulgação das notas da prova de títulos dos candidatos ao Concurso Público para os cargos de seu Quadro de Pessoal, para provimento de vagas existentes, quando vierem a existir ou que forem criadas dentro do prazo de validade do Concurso, nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas no Edital nº 001/2011, após prazo recursal, bem como divulgação do resultado final do Concurso Público – Edital n.º 001/2011/ESF - NASF

2. A listagem abaixo estará ordenada de acordo com o somatório final das notas totais dos candidatos.

3. Para os candidatos que não entregaram títulos, não foi adicionado nenhum valor às notas das provas objetivas e práticas.

4. Os candidatos que entraram com recurso contra a nota da prova de títulos estão recebendo a resposta por e-mail e por correspondência no endereço informado no ato da inscrição, ou ainda podem retirar diretamente na sede da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, situada à Rua Paulo Jahn, n.º 147, Centro, no Município de Schroeder(SC).

5. A listagem abaixo consignada apresenta a aplicação do critério de desempate definido no Edital de Concurso Público n.º 001/2011/ESF - NASF.

RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO, APÓS PRAZO RECURSAL

1 – Médico					
1.1 - Geral - 40h/semanais					
1.1 - Geral - 40h/semanais	NOME DO CANDIDATO	NOTA DA PROVA OBJETIVA	TOTAL DE PONTOS DOS TÍTULOS	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
21288	RENATO DE OLIVEIRA GOULART	7,90	0,10	8,00	01
21156	JULIANA BIZATTO	7,40	0,00	7,40	02
27723	CRISTIANY BITTEN-COURT BENKEN-DORF	7,20	0,00	7,20	03
21032	CELSE EDUARDO FONTANINI BELEZE	6,80	0,20	7,00	04
23876	ANA PAULA DE SOUSA	6,00	0,00	6,00	05

2 - Odontólogo					
2.1 - Geral - 40h/semanais					
1.1 - Geral - 40h/semanais	NOME DO CANDIDATO	NOTA DA PROVA OBJETIVA	TOTAL DE PONTOS DOS TÍTULOS	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
26581	JACKELINE DELITSCH	9,20	0,32	9,52	01
22225	JANICE MENGARDA	7,00	1,26	8,26	02
24830	JANAÍNA GONÇALVES DE JESUS	8,10	0,00	8,10	03

21865	DANIELE DE OLIVEIRA SODRÉ	7,50	0,00	7,50	04
24821	EDUARDO FERNANDES WALTER	7,50	0,00	7,50	05
24287	CAMILA COSTA NETTO MUNIZ	7,50	0,00	7,50	06
28070	DENIS EDUARDO ROSÁ	7,20	0,30	7,50	07
20990	LEILA HAAG MARIANO RAMOS	7,10	0,00	7,10	08
27880	ANTONIO GONÇALVES ANTUNES DO AMARANTE	6,70	0,00	6,70	09
27120	BRUNA BOGO BOWICZ	6,10	0,00	6,10	10
22667	ROBERTA DANUSA DIAS	6,00	0,06	6,06	11
22934	MONIQUE ZONTA HENSCHER	6,00	0,02	6,02	12

3 - Enfermeiro

3.1 - Geral - 40h/semanais

1.1 - Geral - 40h/semanais	NOME DO CANDIDATO	NOTA DA PROVA OBJETIVA	TOTAL DE PONTOS DOS TÍTULOS	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
21199	TAISE GEHRMANN SEEFELDT	7,70	0,40	8,10	01
24929	RAQUEL DE MELO SILVA	7,00	0,24	7,24	02
24120	BÁRBARA EMILLY DOS SANTOS	7,20	0,00	7,20	03
21393	GABRIELA SOARES GERALDI	6,90	0,00	6,90	04
24147	PAULO ROBERTO GOLEMBIEWSKI JUNIOR	6,90	0,00	6,90	05
21822	ALMIRATO VIEIRA ROCHA	6,90	0,00	6,90	06
22888	LUDIMARA DE OLIVEIRA ROSA	6,80	0,00	6,80	07
25585	DIULI OLIVEIRA PINTO	6,50	0,00	6,50	08
21733	ANA CLAUDIA PASQUALI	6,20	0,00	6,20	09

26654	ANA PAULA DA SILVA-NUNES	6,20	0,00	6,20	10
22098	IVANI CAMILA APPELT	6,00	0,00	6,00	11

4 - Farmacêutico - NASF

4.1 - Geral - 40h/semanais

1.1 - Geral - 40h/semanais	NOME DO CANDIDATO	NOTA DA PROVA OBJETIVA	TOTAL DE PONTOS DOS TÍTULOS	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
25798	CARIN LUCIANE DENK TSCHÖKE	7,80	0,00	7,80	01
27707	CRISTIANE PORTES RIBEIRO WAPPLER	6,10	0,00	6,10	02

5 - Psicólogo - NASF

5.1 - Geral - 40h/semanais

1.1 - Geral - 40h/semanais	NOME DO CANDIDATO	NOTA DA PROVA OBJETIVA	TOTAL DE PONTOS DOS TÍTULOS	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
23892	PATRICIA FERREIRA BONASSA	7,30	0,00	7,30	01
26298	GEOVANI ZARPELON	7,30	0,00	7,30	02
22381	MATHEUS VINICIUS MUNHOZ	7,10	0,18	7,28	03
27499	FERNANDA GEHLEN TESSARO	7,00	0,00	7,00	04
25992	ALICE PICOLI	6,70	0,06	6,76	05
22276	GABRIEL ALIDIO BERRI	6,60	0,00	6,60	06
22942	FABIÉLI WEBER	6,60	0,00	6,60	07
27103	CÍNTIA CINARA SABEL	6,40	0,00	6,40	08
23418	JACKSON FELLER	6,10	0,00	6,10	09
27073	CHARLENE PAULA FELDMANN	6,10	0,00	6,10	10
27197	MARCIA KASMIRSKI	6,00	0,00	6,00	11
27782	GLÁUCIA REGINA SEVEGNANI	6,00	0,00	6,00	12

6 - Fisioterapeuta - NASF

6.1 - Geral - 40h/semanais

1.1 - Geral - 40h/semanais	NOME DO CANDIDATO	NOTA DA PROVA OBJETIVA	TOTAL DE PONTOS DOS TÍTULOS	NOTA FINAL	CLASSIFI CAÇÃO
26808	MARIA ANGÉLICA APARECIDA DA SILVA	6,70	0,00	6,70	01
21512	MARCOS RODRIGO DE OLIVEIRA SOKOLOSKI	6,50	0,00	6,50	02
26867	ANDRESSA SCHMIDT	6,10	0,34	6,44	03
27146	TULAINÉ ECCEL	6,00	0,00	6,00	04

9 - Técnico de Enfermagem

9.1 - Geral - 40h/semanais

1.1 - Geral - 40h/semanais	NOME DO CANDIDATO	NOTA DA PROVA OBJETIVA	TOTAL DE PONTOS DOS TÍTULOS	NOTA FINAL	CLASSIFI CAÇÃO
26476	JONATAN FRANCISCO ABEL	8,30	0,40	8,70	01
26255	TATIANE KATH	7,00	0,00	7,00	02
26492	MAKSON DO PRADO SANTOS	6,10	0,00	6,10	03

10 - ACS Agente Comunitário de Saúde

10.10 - Área 002 - Microárea 05 - 40h/semanais

1.1 - Geral - 40h/semanais	NOME DO CANDIDATO	NOTA DA PROVA OBJETIVA	TOTAL DE PONTOS DOS TÍTULOS	NOTA FINAL	CLASSIFI CAÇÃO
20958	CLADIS MARCI HA- CKBARTH	7,60	0,00	7,60	01
27596	IRACI SCHNEIDER WACKHOLZ	6,50	0,00	6,50	02

10 - ACS Agente Comunitário de Saúde

10.14 - Área 002 - Microárea 09 - 40h/semanais

1.1 - Geral - 40h/semanais	NOME DO CANDIDATO	NOTA DA PROVA OBJETIVA	TOTAL DE PONTOS DOS TÍTULOS	NOTA FINAL	CLASSIFI CAÇÃO
21989	VENESIL- DA DE LOURDES PINHEIRO DE CASTRO HORNBERG	6,30	0,00	6,30	01

10 - ACS Agente Comunitário de Saúde

10.19 - Área 003 - Microárea 04 - 40h/semanais

1.1 - Geral - 40h/semanais	NOME DO CANDIDATO	NOTA DA PROVA OBJETIVA	TOTAL DE PONTOS DOS TÍTULOS	NOTA FINAL	CLASSIFI CAÇÃO
24678	IVELI BA- ESSO	8,70	0,00	8,70	01
27561	JOSEANE SILVA DOS SANTOS	7,30	0,02	7,32	02
21571	MARIA DA GLORIA MARTINS DE ABREU	6,20	0,00	6,20	03

10 - ACS Agente Comunitário de Saúde

10.25 - Área 004 - Microárea 03 - 40h/semanais

1.1 - Geral - 40h/semanais	NOME DO CANDIDATO	NOTA DA PROVA OBJETIVA	TOTAL DE PONTOS DOS TÍTULOS	NOTA FINAL	CLASSIFI CAÇÃO
26980	SILMARA STEINERT CASTRO	7,70	0,00	7,70	01

Schroeder (SC), 13 de junho de 2011.

LUÍS APARÍCIO RIBAS

Presidente da Comissão do Concurso Público

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preço Pregão 98/2010-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 1/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 67/2010

Número do Registro de Preços: 67/2010

Data do Registro: 13/12/2010

Válido até: 13/12/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de materiais operacionais para manutenção, ampliação e consertos em geral no sistema de abastecimento de água para a Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefeitura de Schroeder/SC, a

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Tê de Serviço Integrado para execução de Ramais Prediais de Polietileno de DN 20 derivados de rede de distribuição de água em PVC Rígido Junta Elástica DN 100, corpo em peça monolítica (braçadeira superior, derivação de acoplamento e ferramenta de corte), braçadeira inferior em peça monolítica e elementos de fixação (sistema articulado e parafusos), corpo e braçadeira inferior fabricados a partir de copolímero de polipropileno, garra fabricada a partir de poliacetal branco - POM conforme norma ASTM D 3677, vedação da braçadeira e da tampa em borracha nitrílica, ferramenta de corte deve ser monolítica e fabricada de um único material em liga de latão de alta resistência ou liga de aço inoxidável, elementos de fixação fabricados a partir de liga de aço inoxidável AISI 304, rosca do corpo, ferramenta e tampa, conforme norma da ABNT NBR NM ISO R7 - 1 e a rosca do acoplamento da porca ao corpo conforme norma ISO 228-1, Pressão de Trabalho = 1,6 Mpa. Os materiais empregados na fabricação dos componentes do tê de serviço integrado não devem transmitir, para a água potável que por eles flui, elementos ou compostos que possam alterar as características físicas, químicas ou organolépticas, de acordo com norma de potabilidade vigente. O material escolhido para o corpo do tê de serviço integrado deve estar conforme ISO/TR 9080 e ISO 12162 que estabelece o valor da resistência mínima requerida (MRS - Minimum Required Strength). Não poderá ser utilizado material reprocessado ou reciclado na fabricação das peças. O fabricante deve apresentar certificados atualizados (com validade máxima de um ano), fornecidos por laboratórios especializados de reconhecida competência e idoneidade, atestando a adequação da matéria-prima utilizada na fabricação das conexões, para uso em contato com água potável, atendendo à legislação. O Tê de serviço integrado deve apresentar superfície com cor e aspecto uniformes, isenta de corpos estranhos, bolhas, fraturas, rachaduras, rebarbas ou outros defeitos que indiquem descontinuidade do material ou do processo de produção, e que possam comprometer sua aparência, desempenho e durabilidade. Deve acompanhar folheto do fabricante com informações sobre o produto e as instruções de montagem com desenhos ilustrativos para a adequada montagem do Tê de serviço. DN 100/DE 110 x 20MM	PC	DOAL PLASTIC INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA (11196)	DOAL	0	41,0000	1
			FERNANDES MANÁ MAT. E EQUIP. LTDA (11944)	POLIERG	0	43,2500	2
			LÉA LOUREIRO ME (11178)	DOAL	0	63,2000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 2/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 67/2010

Número do Registro de Preços: 67/2010

Data do Registro: 13/12/2010

Válido até: 13/12/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de materiais operacionais para manutenção, ampliação e consertos em geral no sistema de abastecimento de água para a Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefeitura de Schroeder/SC, a

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
2	Tê de Serviço Integrado para execução de Ramais Prediais de Polietileno de DN 20 derivados de rede de distribuição de água em PVC Rígido Junta Elástica DN 50, corpo em peça monolítica (bracadeira superior, derivação de acoplamento e ferramenta de corte), braçadeira inferior em peça monolítica e elementos de fixação (sistema articulado e parafusos), corpo e braçadeira inferior fabricados a partir de copolímeros de polipropileno, garra fabricada a partir de poliacetal branco - POM conforme norma ASTM D 3677, vedação da braçadeira e da tampa em borracha nitrílica, ferramenta de corte deve ser monolítica e fabricada de um único material em liga de latão de alta resistência ou liga de aço inoxidável, elementos de fixação fabricados a partir de liga de aço inoxidável AISI 304, rosca do corpo, ferramenta e tampa, conforme a norma ABNT NBR NM ISO R7 - 1 e a rosca do acoplamento da porca ao corpo conforme a norma ISO 228-1, Pressão de Trabalho = 1,6 Mpa. Os materiais na fabricação dos componentes do Tê de serviço integrado não devem transmitir, para a água potável que por eles flui, elementos ou compostos que possam alterar as características físicas, químicas ou organolépticas, de acordo com a norma de potabilidade vigente. O material escolhido para o corpo do Tê de serviço integrado deve estar conforme ISO/TR 9080 e ISO 12162 que estabelece o valor da resistência mínima requerida (MRS - Minimum Required Strength). Não poderá ser utilizado material reprocessado ou reciclado na fabricação das peças. O fabricante deve apresentar certificados atualizados (com validade máxima de um ano), fornecidos por laboratórios especializados de reconhecida competência e idoneidade, atestando a adequação da matéria-prima utilizada na fabricação das conexões, para uso em contato com água potável, atendendo a legislação. O Tê de serviço integrado deve apresentar superfície com cor e aspecto uniformes, isenta de corpos estranhos, bolhas, fraturas, rachaduras, rebarbas ou defeitos que indiquem descontinuidade do material ou do processo de produção, e que possam comprometer sua aparência, desempenho e durabilidade. Deve acompanhar folheto do fabricante com informações sobre o produto e as instruções de montagem com desenhos ilustrativos para a adequada montagem do Tê de serviço. DE 60 x 20 MM.	PC	DOAL PLASTIC INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA (11196)	DOAL	0	18,7000	1
			C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)	HIFER	0	19,8000	2
			FERNANDES MANÁ MAT. E EQUIP. LTDA (11944)	POLIERG	0	24,2500	3
3	CAP para ligações prediais de água, fabricado por processo de injeção a partir de PVC 6,3PN 750KPA, extremidade com bolsa para tubo de PVC junta soldável, conforme ABNT NBR 5648:1999 e respectivas preferências normativas da mesma. DE 60 DN 50.	PC	C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)	AMANCO	0	3,0500	1
			SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)	KRONA	0	3,1000	2
			FERNANDES MANÁ MAT. E EQUIP. LTDA (11944)	AMANCO	0	3,3700	3
4	Kit cavalete para ligação de água ¾ em PVC rosca branco com registro esfera com borboleta ¾ em PVC.	UN	DOAL PLASTIC INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA (11196)	DOAL	0	15,6000	1
			C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)	C&M	0	16,5000	2
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	CEB	0	17,5000	3
			FERNANDES MANÁ MAT. E EQUIP. LTDA (11944)	POLIERG	0	23,2900	4
5	Registro com rosca machoxfêmea dn 3/4" (ABNT 11306)	PC	DOAL PLASTIC INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA (11196)	DOAL	0	2,8000	1
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	DOAL	0	4,1400	2
			LÉA LOUREIRO ME (11178)	DOAL	0	4,2000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 3/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 67/2010

Número do Registro de Preços: 67/2010

Data do Registro: 13/12/2010

Válido até: 13/12/2011

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de materiais operacionais para manutenção, ampliação e consertos em geral no sistema de abastecimento de água para a Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefeitura de Schroeder/SC, a

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	Luva de correr, fabricada por processo de injeção a partir de PVC JEI rígido 6,3PN, 1,0MPa, extremidades com Bolsas para junta elástica, com anéis de vedação de borracha, conforme ABNT NBR 5647:2004 - Partes 1 e 2 e respectivas referências normativas das mesmas, DE 200. (Defofo).	PC	C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)	C&M	0	62,0000	1
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	CEB	0	63,0000	2
			SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)	INFRAFORT	0	64,0000	3
7	Luva de correr, fabricada por processo de injeção a partir de PVC JEI rígido 6,3PN, 1,0MPa, extremidades com bolsas para junta elástica, com anéis de vedação de borracha, conforme ABNT NBR 5647:2004 - Partes 1 e 2e respectivas normativas das mesmas, DE 150. (Defofo).	PC	C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)	C&M	0	32,9000	1
			SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)	INFRAFORT	0	33,0000	2
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	CEB	0	37,0000	3
8	Adaptador de PVC rígido azul para ligações prediais de água, com registro, uma extremidade com rosca externa e outra extremidade com junta mecânica para tubo de polietileno PE 80. Neste conjunto (junta mecânica) as garras deverão ser de poliacetal ou PVC rígido azul e ainda assim seu interior será composto por no mínimo dois anéis de travamento para evitar a ruptura dos tubos de PEAD - não serão aceitas garras que não tiverem estas características, a esfera e a haste do registro deverão ser fabricadas em preferencialmente em poliacetal, e os batentes laterais da esfera preferencialmente em poliuretano, PN 0,75 Mpa, conforme ABNT NBR 11306, NBR 9052 e NBR NM ISO R7-1 e respectivas referências normativas das mesmas DN 20 x DNR 3/4".	PC	C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)	VICAP	0	2,7500	1
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	TIGRE	0	2,8000	2
			FERNANDES MANÁ MAT. E EQUIP. LTDA (11944)	TIGRE	0	2,9200	3
9	Cruzeta redução BBBB PVC JEI DEFOFO x PBA DN200MM x DE60MM.	PC	SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)	INFRAFORT	0	130,0000	1
			COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA (9073)	CEB	0	198,0000	2
			FERNANDES MANÁ MAT. E EQUIP. LTDA (11944)	INFRAFORT	0	201,2800	3
10	Hidrômetro ¾ multijato, transmissão magnética DN 3/4" com vazão nominal (qn) de 1,5m3/h e vazão máxima (qmax) de 3,0m3/h, com pintura de resina epóxi eletrostática, com mecanismos internos confeccionados com plásticos, com eixos de aço inox retificados, visor de relojoaria com inclinação de 45°.	UN	VECTOR SISTEMAS DE MEDIÇÃO LTDA (11945)	VECTOR	0	44,1000	1
			SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)	SENSUS	0	57,0000	2
11	Tê, fabricado por processo de injeção a partir de PVC rígido 6,3PN, 1,0MPa, extremidades com Bolsas para Junta Elástica, com anéis de vedação de borracha, conforme ABNT NBR 5647:2004-Partes 1 e 2 e respectivas referências normativas das mesmas, DN50/DE60.	PC	C.E. MACEDO E CIA LTDA (10774)	AMANCO	0	9,9000	1
			SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA (9069)	TIGRE	0	10,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 4/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 67/2010**Número do Registro de Preços: 67/2010****Data do Registro: 13/12/2010****Válido até: 13/12/2011**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de materiais operacionais para manutenção, ampliação e consertos em geral no sistema de abastecimento de água para a Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefeitura de Schroeder/SC, a

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LÉA LOUREIRO ME (11178)	TIGRE	0	11,5600	3

SCHROEDER, 13 de Dezembro de 2010.

Timbó

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de Licitação 00028-2011 Objetivando a aquisição de materiais elétricos

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SAMAE SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
EDITAL PREGÃO Nº 00028/2011
AVISO DE LICITAÇÃO

O SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, torna público, de acordo com a Lei nº 8.666/93, que fará realizar "Pregão", do tipo Menor Preço, por itens, para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS. O edital encontra-se à disposição dos interessados no Departamento de Licitações, Rua Duque de Caxias, 56 - Centro, Timbó/SC das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, disponível também na Internet, no seguinte endereço www.timbo.sc.gov.br

Os envelopes (Habilitação e Propostas) serão recebidos até 17 de Junho de 2011 as 14 horas e 45 minutos, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Timbó, no Departamento de Compras sala nº 1, na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro, com participação aberta às proponentes e ao público.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

Aviso de Pregão Presencial 63-2011 Vale-transporte

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO Nº 000063/2011

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE VALE TRANSPORTE PARA SERVIDORES, CONTRATADOS E ESTAGIÁRIOS QUE UTILIZAM TRANSPORTE COLETIVO PARA DESLOCAMENTO MUNICIPAL E INTERMUNICIPAL NO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 09h00min do dia 24 de junho de 2011. ABERTURA: dia 24/06/2011 às 09h05min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Depto de Licitações sito à Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br

Timbo (SC), 10/06/2011.
LAÉRCIO D. SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Comunicado Edital de Pregão 50-2011 Mat. Limpeza, Copa e Cozinha

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EDITAL DE PREGÃO Nº. 000050/2011
COMUNICADO

O MUNICÍPIO DE TIMBÓ, leva ao conhecimento dos interessados que o Edital de Pregão Presencial nº. 000050/2011, do tipo menor preço, por itens ou por lote, que trata da aquisição de produtos de limpeza, copa e cozinha, no dia 16/06/2011 as 08:30 ocorrerá a entrega dos envelopes conforme edital. Nesta data se procederá somente o credenciamento dos participantes e a abertura dos envelopes de propostas. No dia 21/06/2011 às 08:30 será realizada a etapa de lances.

JOSÉ STOLF
Pregoeiro

Extrato contrato 2011_116

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2011/116

CONTRATANTE: Município de Timbó.
CONTRATADO: Sol Mineração Ltda ME
OBJETO: Contratação de empresa para serviços em pedra folhe-lho, talude de contenção e demais atividades.
VALOR TOTAL: R\$ 43.900,00 (quarenta e três mil e novecentos reais).
PRAZO: 10/06/2011 a 08/08/2011

Timbó, 07 de junho de 2011.
LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JÚNIOR
Prefeito de Timbó

CÂMARA DE VEREADORES

portaria Nº6 de 2011

Portaria Nº 6/2011

Concede férias à servidora Patrícia Xavier ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessora de Comunicação da Câmara Municipal de Timbó.

O presidente da Câmara Municipal de Timbó, no uso da atribuição que lhe confere o art. 16, III da Lei Orgânica, art. 84 do Estatuto do Servidor Público e art. 50, § 3º, I, do Regimento Interno, RESOLVE:

Art. 1º Conceder vinte dias de férias à servidora Patrícia Xavier, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessora de Comunicação da Câmara Municipal de Timbó, com início no dia 13 de Junho de 2011 e término no dia 2 de Julho de 2011, relativos ao período aquisitivo 11/02/2010 a 10/02/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Timbó, 10 de Junho de 2011.
ISMAEL MAAS
Presidente

Tunápolis

PREFEITURA MUNICIPAL

Processo de Licitação Nº 15/2011

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 15/2011
Edital de Pregão Presencial nº 08/2011

O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo julgamento de menor preço por hora/item, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação serviços técnicos automotivos manutenção preventiva e corretiva - através de serviços mecânicos, incluindo a mão-de-obra e instalação de peças, nos veículos leves e Médios, pertencentes ao Fundo Municipal da Saúde, cujas solicitações verificar-se-ão em função da necessidade do Fundo. Entrega das propostas até às 9h00min do dia 27/06/2011. Informações e íntegra do Edital, no Setor de Compras do município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

BRUNO JOSÉ HEBERLE
Gestor do Fundo

Dispensa de Licitação Nº 05/2011

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2011
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

1. DO OBJETO

O presente processo de dispensa tem por objeto a contratação de Empresa para efetuar o levantamento patrimonial do Município de Tunápolis, envolvendo os seguintes serviços:

a) Identificação física dos bens móveis em todas as repartições públicas municipais (escolas, centros de idosos, ginásios de esportes, estádio de futebol, bibliotecas, museus, parques de exposições, postos de saúde, almoxarifado, garagem e outros).

b) Deslocamento até os locais onde os bens estão localizados (cidade e interior do município) com veículo próprio;

c) Fixação das etiquetas fornecidas pelo Município em todos os bens móveis;

d) Digitação no sistema informatizado, com detalhamento das características de todos os bens móveis e imóveis;

e) Registro Fotográfico das fotos daqueles bens patrimoniais mais relevantes (edificações, veículos, máquinas, equipamentos agrícolas e outros);

f) Reavaliação/depreciação de todos os bens de acordo com a Legislação vigente;

g) Elaboração de relatórios dos bens inservíveis, por unidade responsável, para que sejam tomados os procedimentos de baixa;

h) Elaboração de relatório dos bens móveis e imóveis por unidade responsável;

i) Elaboração dos termos de responsabilidade por unidade responsável;

j) Fornecimento de planilhas com os valores a serem ajustados na contabilidade, restando a Contabilidade, apenas efetuar os lançamentos.

2. DA JUSTIFICATIVA

Considerando a necessidade urgente de melhorar o controle patrimonial do Município que se encontra com diversos imóveis não cadastrados devidamente, com valores desatualizados e em locais diferentes do registro cadastral, além de não conter os termos de responsabilidade da unidade responsável;

Considerando a necessidade na continuidade dos serviços, visando atender ao interesse do serviço público e ao controle efetivo do Patrimônio Municipal.

Além disso, em razão do baixo valor para contratação, prevista nos termos do art. 24, inciso II, da Lei n.º 8.666/93 que possibilita a utilização da dispensa da licitação, conforme segue:

[]

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a" do inciso II do artigo anterior e para alienação nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizado de uma só vez.

Fundamentado na legislação e considerando necessidade e

relevância do objeto desta dispensa, visando garantir o bem e atender aos interesses municipais.

Tunápolis - SC, 26 de maio de 2011.

JACKSON SCHERER

Secretário Municipal da Administração, Planejamento e Finanças.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2011
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

3. DO FORNECEDOR

FAEE Suprimentos e Locação de Sistemas Ltda

CNPJ: 07.753.029/0001-93

Rua da Consolação, 317 - Edifício Bossini - Bairro Matinho
Xanxerê - SC.

4. RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR.

O fornecedor supracitado foi escolhido pelo menor preço após comparativo de preços entre empresas do mesmo ramo de atividade. Considera-se empresa legalmente constituída, com apresentação das certidões negativas para comprovação da idoneidade.

5. DO VALOR CONTRATADO E DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO.

O valor contrato é R\$ 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais). O preço ajustado para a contratação condiz com o praticado no mercado regional.

6. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

Unidade Orçamentária Descrição

Orgão 03 - Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças.
Projeto/Atividade 2.009 (dotação 08)

3.3.90.00.00.00.00.0104 - Manutenção dos Serviços da Secretaria de Administração

7. PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de contratação para esta dispensa de licitação inicia-se em 26 de maio de 2011 com vigência estabelecida até o dia 26 de julho de 2011.

Tunápolis - SC, 26 de maio de 2011

SHEILA INÊS BIEGER EIDT

Responsável pelo Setor de Compras

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2011
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

8. ENCAMINHAMENTO

Exmo Sr.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Encaminhamos a Vossa Excelência para ratificação, o Processo de Dispensa de Licitação nº 05/2011, para o qual solicitamos a possibilidade de viabilizá-lo, com a expedição do Termo de Ratificação do Processo.

Tunápolis - SC, 26 de maio de 2011.

SHEILA INÊS BIEGER EIDT

Responsável pelo Setor de Compras

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2011
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

9. DO DESPACHO.

Tendo em vista as exposições motivadas neste documento e levando-se em consideração o relevante interesse público municipal em questão, com base no inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93, ratifico este processo de dispensa e autorizo a



efetiva realização da despesa conforme fundamentado nos atos acima invocados. Publique-se de acordo com o artigo 26, da Lei nº 8.666/93.

Tunápolis - SC, 26 de maio de 2011.

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal

10. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO.

Fica homologado e Adjudicado o presente processo de dispensa de Licitação em favor de FAEE SUPRIMENTOS E LOCOMOÇÃO DE SISTEMAS LTDA, estabelecido na Rua da Consolação, 317 na cidade de Xanxerê - SC.

Assim, por consequência, determino a elaboração de autorização de fornecimento, com subsequente empenho, nos moldes deste documento, depois de cumpridas todas as exigências impostas pela Lei Federal nº. 8.666/93 para a efetivação do mesmo.

Tunápolis - SC., 26 de maio de 2011.

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal

MARCOS ANDRE BONAMIGO
Assessor Jurídico OAB/SC 21.991

Videira

PREFEITURA MUNICIPAL

Resolução Nº 008/2011 - Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO Nº 008/2011

Concede renovação de inscrição do Lar O Bom Samaritano, como Entidade de Assistência Social do município de Videira.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

RESOLVE:

1º - Conceder renovação de inscrição do Lar O Bom Samaritano, como entidade de Assistência Social do Município de Videira, por período de dois anos, sob ata nº 153 de 30 de maio de 2011, tendo em vista a apresentação de documentação exigida pela Resolução CMAS nº 001 de 12 de junho de 2002 e Resolução CNAS nº 16 de 05 de maio de 2010.

2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

JUSTINA INÊS FRUET DE LIMA
Presidente do CMAS

Resolução Nº 009/2011 - Conselho Municipal de Assistência Social

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Lei Municipal nº 162/96 de 20/11/1996

RESOLUÇÃO Nº 009/2011

Dispõe sobre a prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

RESOLVE:

1º - Definir, sob ata nº 153 de 30 de maio de 2011, que a prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, seja realizada trimestralmente, sendo que o órgão gestor deverá apresentar documentação para apreciação no referido Conselho. Parágrafo único: Além da apresentação trimestral, anualmente far-se-á a prestação do mesmo, de forma qualiquantitativamente.

2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário

JUSTINA INÊS FRUET DE LIMA
Presidente do CMAS

Resolução Nº 010/2011 - Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO Nº 010/2011

Dispõe sobre a aprovação de Prestação de Contas do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS do Município de Videira, referente ao primeiro trimestre de 2011.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

RESOLVE:

1º - Aprovar sob a ata nº 153 de 30 de maio de 2011, a Prestação de Contas do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, referente ao período de janeiro a março de 2011.

2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

JUSTINA INÊS FRUET DE LIMA
Presidente do CMAS

Resolução Nº 011/2011 - Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO Nº 011/2011

Dispõe sobre a aprovação de reprogramação do Saldo Financeiro de 2010 do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS e aplicação dos recursos para o ano de 2011.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

RESOLVE:

1º - Aprovar sob a ata nº 153 de 30 de maio de 2011, a reprogramação do Saldo Financeiro de 2010 do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, designando sua aplicação para o ano de 2011, referente os valores reprogramados para aquisição de material permanente em fevereiro do corrente ano, visto que os mesmos não podem ser reprogramados para este fim, ficando assim acordado: Idoso - R\$ 6.000,00 (seis mil reais), CREAS - R\$ 11.771,34 (onze mil setecentos e setenta e um reais e trinta e quatro centavos), e R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais) para o CRAS. Os referidos valores foram reprogramados para sua aplicação em custeio.

2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

JUSTINA INÊS FRUET DE LIMA
Presidente do CMAS

Portaria Nº 0312/11

PORTARIA nº 0312/11

Admite Médico - Estratégia Saúde da Família

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 1.942/07 e no Memorando nº 278/2011 SAU, da Secretaria de Saúde e Ação Social,

RESOLVE

Admitir, JEFERSON RODRIGUES, para exercer o emprego público de Médico - Estratégia Saúde da Família, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de junho de 2011.

Videira, 06 de junho de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de junho de 2.011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0313/11

PORTARIA nº 0313/11

Admite Médico - Estratégia Saúde da Família

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 1.942/07 e no Memorando nº 277/2011 SAU, da Secretaria de Saúde e Ação Social,

RESOLVE

Admitir, GERSON MAGNO DE SOUSA, para exercer o emprego público de Médico - Estratégia Saúde da Família, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2011.

Videira, 06 de junho de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de junho de 2.011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0315/11

PORTARIA nº 0315/11

Autoriza o Uso do Largo da Estação Ferroviária

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município e, à vista do contido no Processo Administrativo nº 7859/11,

RESOLVE

Autorizar o uso do Espaço do Largo da Estação Ferroviária pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Videira - APAE, no dia 11 de junho de 2011, a partir das 09:00h, para promoção de uma "Ação entre Amigos".

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 07 de junho de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 07 dias do mês de junho de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0316/11

PORTARIA nº 0316/11

Nomeia Comissão de Avaliação de Imóvel para fins de locação

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta na Comunicação Interna nº 208/11, da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura;

RESOLVE

Art. 1º Designar ARNALDO POSANSKE, MIGUEL ALBERTO VIECELI E MARCELO RODRIGO VELOSO LIMA, para comporem a Comissão de Avaliação, a fim de avaliarem, no prazo de até 10 (dez) dias, para fins de locação, um imóvel, com a área aproximada de 322,62 m2, localizada na Rua Antônio Pinto, nº 173, Bairro Alvorada, Videira-SC, de propriedade de Iris Testa Colle, inscrita no CPF nº 864.067.289-04, a ser utilizada pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 07 de junho de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 07 dias de junho de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0318/11

PORTARIA nº 0318/11

Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 7611/11.

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a VANDA MARISA CHRISTANI AGOSTINI, Especialista Educacional, E-PE-MAG-I, de 1º de agosto de 2011 até 1º de dezembro de 2011, referente ao quinquênio de 05 de março de 2003 até 04 de março de 2008.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de agosto de 2011.

Videira, 08 de junho de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de junho de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0319/11
PORTARIA nº 0319/11
Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 7844/11.

RESOLVE
Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a FLÁVIO DE CARVALHO, Professor, MG04, de 16 de julho de 2011 até 16 de outubro de 2011, referente ao quinquênio de 10 de maio de 2006 até 09 de maio de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 16 de julho de 2011.

Videira, 08 de junho de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de junho de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0320/11
PORTARIA nº 0320/11
Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 7767/11.

RESOLVE
Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a DANIELE GALLI BRESSAN, Auxiliar de Serviços Gerais, E-PE-SGE-I, de 15 de julho de 2011 até 15 de outubro de 2011, referente ao quinquênio de 05 de junho de 2006 até 04 de junho de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 15 de julho de 2011, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 289/11.

Videira, 08 de junho de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de junho de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0321/11
PORTARIA nº 0321/11
Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 7710/11.

RESOLVE
Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a TEREZINHA MARIA LIKOSKI ZIMMERMANN, Auxiliar de Serviços Gerais, E-PE-SGE-I, de 1º de dezembro de 2011 até 1º de março de 2012, referente ao quinquênio de 02 de outubro de 2006 até 1º de outubro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de dezembro de 2011.

Videira, 09 de junho de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de junho de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0322/11
PORTARIA nº 0322/11
Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 7711/11.

RESOLVE
Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a ANA PAULA KALENIK, Auxiliar de Serviços Gerais, E-PE-SGE-I, de 1º de dezembro de 2011 até 1º de março de 2012, referente ao quinquênio de 02 de outubro de 2006 até 1º de outubro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de dezembro de 2011.

Videira, 09 de junho de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de junho de 2011.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Aplicação Penalidade

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 75/2011-PMV

O Prefeito Municipal de Videira comunica que, à empresa VP INFORMÁTICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.898.298/0001-48, estabelecida à Rua Saul Brandalise, 1300, na cidade de Videira/SC, foi aplicada a penalidade de suspensão de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal pelo prazo de mais 06 (seis) meses, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/02, c/c art. 87, inciso III da Lei nº 8.666/93.

Videira, 06 de junho de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

PR 103/2011 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/2011 - PMV
REGISTRO DE PREÇO

O Prefeito Municipal torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 103/2011. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE BRINQUEDOS PARA PARQUE INFANTIL, A SEREM INSTALADOS NOS 16 CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 29 de Junho de 2011, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 10 de Junho de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Edital de Convocação Nº 060/11

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 060/11

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a servidora abaixo relacionada para, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do presente Edital, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de tomar posse no cargo para o qual foi nomeada, em razão de aprovação no Concurso Público nº 001/2008:

CONVOCADADA	CARGO	PORTARIA NOMEAÇÃO
1. IVETE RITA CAGNIN	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	0314/11, DE 07/06/2011

A convocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;

- Certidão de Antecedentes da 1ª e 2ª Varas (Fórum);
- Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso);
- Avaliação Cardiológica;
- Avaliação Neurológica;
- RX Tórax;
- RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- Hemograma;
- VDRL;
- ABO RH;
- Glicemia;
- Ex. Quant. Urina;
- EPF;
- Avaliação Audiométrica.

Obs: Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência.

O não atendimento à presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 07 de junho de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Associações

AMFRI

Extrato de Contrato

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ - AMFRI.

EXTRATO DE CONTRATO

Objeto: A CONTRATADA se compromete a empreender os maiores esforços na captação de recursos na iniciativa privada e pública, elaborar, desenvolver e planejar o evento desenvolver o plano de marketing e de, indicar empresa para apresentar as estatísticas de marketing após o evento, bem como o efetuar o gerenciamento geral técnico da produção da "Parada no Brasil da Regata Volta ao Mundo Volvo Ocean Race 2011/2012" de acordo com o especificado nos anexos I, II, III e IV do presente contrato, a realizar-se em Itajaí, Santa Catarina, no período de Janeiro de 2011 a maio de 2012, na Avenida Marcos Konder, s/n, ao lado do Centro de Eventos Itajaí, de acordo com o cronograma de ação, conforme Caderno de Encargos do evento e obrigações contratuais firmados. Valor Global: R\$ 485.000,00 (quatrocentos e oitenta e cinco mil reais)

Contratado: Brasil1 Esporte & Entretenimento S/A.

Vigência: 05/04/2011 e término em 30/09/2011.

Extrato de Contrato

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ - AMFRI.

EXTRATO DE CONTRATO

Objeto: Prestação de serviços de assessoria e orientação jurídica na realização do evento esportivo caracterizado pela etapa de Itajaí, Santa Catarina, Brasil, da Volvo Ocean Race 2011/2012, bem como execução de pareceres, contratações, processos licitatórios, vistos, e demais ações jurídicas que por ventura vierem a demandar, dentro dos limites estabelecidos pela Constituição Federal, Lei 8.666/93 e demais disposições pertinentes à matéria, bem como

a Lei 8.906/94.

Fundamento Legal: Artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93.

Valor Global: R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais)

Contratado: Dr. Cirino Adolfo Cabral Neto - OAB/SC 25.073

Vigência: 07 (sete) meses, de 05.04.2011 a 05.11.2011.

Extrato de Contrato

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ - AMFRI.

EXTRATO DE CONTRATO

Objeto: a prestação de serviços de assessoria e orientação contábil na movimentação financeira do evento esportivo caracterizado pela etapa de Itajaí, Santa Catarina, Brasil, da Volvo Ocean Race 2011/2012, bem como execução da prestação de contas nos moldes da contabilidade pública quando se tratando de recursos públicos conforme prevêem as Leis Federais n.ºs 4.320/64 e 8.666/93 com suas alterações posteriores, as normas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Lei Estadual 13.336/05, legislação municipal e demais legislações e normativos pertinentes.

Fundamento Legal: Artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93.

Valor Global: R\$ 32.900,00 (trinta e dois mil e novecentos reais)

Contratada: AGPE - ASSESSORIA NA GESTÃO PÚBLICA E EMPRESARIAL LTDA. - ME.

Vigência: 07 (sete) meses, de 05.04.2011 a 05.11.2011.

Extrato de Contrato

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ - AMFRI.

EXTRATO DE CONTRATO

Objeto: Prestação de serviços como Coordenador na realização do evento esportivo caracterizado pela etapa de Itajaí, Santa Catarina, Brasil, da Volvo Ocean Race 2011/2012.

Fundamento Legal: Artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93.

Valor Global: R\$ 91.000,00 (noventa e um mil reais)

Contratado: João Luiz Demantova

Vigência: 07 (sete) meses, de 05.04.2011 a 05.11.2011.

Extrato de Contrato

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ - AMFRI.

EXTRATO DE CONTRATO

Objeto: Prestação de serviços como Gerente de Recursos Humanos e Operações na realização do evento esportivo caracterizado pela etapa de Itajaí, Santa Catarina, Brasil, da Volvo Ocean Race 2011/2012.

Fundamento Legal: Artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93.

Valor Global: R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)

Contratado: Maria Helena de Freitas

Vigência: 07 (sete) meses, de 05.04.2011 a 05.11.2011.

Consórcios

CIGA

Extrato Contrato 73 - Rateio - Três Barras

Extrato de Contrato nº 73/2011

Contrato de Rateio - Três Barras

CONTRATANTE: Município de Três Barras

CNPJ: 83.102.400/0001-35

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 060/2011

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Três Barras e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 004/2010.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 588,00 (quinhentos e oitenta e oito reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2011.

Florianópolis, 09 de junho de 2011.

EDINANDO BRUSTOLIN

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 77 - Rateio - Paial

Extrato de Contrato nº 77/2011

Contrato de Rateio - Paial

CONTRATANTE: Município de Paial

CNPJ: 01.614.376/0001-59

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 07/2011

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Paial e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 011/2010.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 224,00 (duzentos e vinte e quatro reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato é referente ao exercício de 2011 e vigorará até 31 de dezembro de 2011.

Florianópolis, 09 de junho de 2011.

EDINANDO BRUSTOLIN

Diretor Executivo do CIGA